FUUSA – FLORIDA UNIVERSITY USA A

IAO - INTERNATIONAL ACCREDITATION ORGANIZATION

IACHED - INTERNATIONAL ACADEMIC HIGHER EDUCATION

DOUTORADO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

JULIO CESAR MAIA DE ALMEIDA

PRECEITOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO SACERDOTAL: Análise da Dimensão Intelectual para a Vida do Presbítero

Florida - USA

2025

JULIO CESAR MAIA DE ALMEIDA

PRECEITOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO SACERDOTAL: Análise da Dimensão Intelectual para a Vida do Presbítero

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da FUUSA Florida University - USA como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Leopoldino Vieira Neto

Florida - USA

2025

FUUSA – FLORIDA UNIVERSITY USA
IAO - INTERNATIONAL ACCREDITATION ORGANIZATION
IACHED - INTERNATIONAL ACADEMIC HIGHER EDUCATION

PRECEITOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO SACERDOTAL: Análise da Dimensão Intelectual para a Vida do Presbítero.

JULIO CESAR MAIA DE ALMEIDA

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Educação da FUUSA Florida University USA, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

APROVAÇÃO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2025

Nome dos examinadores da Banca:

Documento assinado digitalmente
gov.br
LEOPOLDINO VIEIRA NETO
Data: 22/11/2025 19:32:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ORIENTADOR: Prof. Dr. Leopoldino Vieira Neto
Florida University USA – **FUUSA/USA**

Documento assinado digitalmente
gov.br
KELEN CRISTINA SANT ANNA DE LIMA
Data: 25/11/2025 13:20:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EXAMINADOR INTERNO: Profa. Dra. Kelen Cristina Sant'Anna Lima
Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG/SP**

EXAMINADOR EXTERNO: Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento
Pontifícia Universidade Católica – **PUC/SP**
Universidade Federal do Espirito Santo **- UFES**

Documento assinado digitalmente
gov.br
JARBAS VARGAS NASCIMENTO
Data: 24/11/2025 21:48:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EXAMINADOR EXTERNO: Dr. Pe. Donizete Luiz Ribeiro
Centro Cristão de Estudos Judaicos. **CCEJ/SP.**
Universidade Católica – PUC/RJ

Documento assinado digitalmente
gov.br
DONIZETE LUIZ RIBEIRO
Data: 23/11/2025 17:37:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EXAMINADOR EXTERNO: Dr. Pe. José Antonio da Silva
Vigário Geral da Diocese de Valencia – Rio de Janeiro/RJ
Professor da FAPLAC - Faculdade do Planalto Central – Goiás

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE ANTONIO DA SILVA
Data: 22/11/2025 21:32:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Paroquia Santa Luzia por todo incentivo.

AGRADECIMENTO

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo desta jornada acadêmica.

À minha família, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos amigos, pela amizade sincera, pelas palavras de incentivo e pela presença alegre nos dias desafiadores.

À universidade, por oferecer o ambiente de aprendizado e crescimento que tornou possível esta realização.

Ao meu orientador, pela orientação segura, paciência e por compartilhar seu conhecimento com dedicação e generosidade.

A todos, o meu sincero agradecimento e reconhecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central investigar a complexa estrutura da formação sacerdotal à luz da Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis, buscando desenvolver uma análise aprofundada acerca do papel da dimensão intelectual na configuração da vida e do ministério do presbítero. A pesquisa propõe-se a contribuir para a compreensão do processo formativo dos candidatos ao ministério presbiteral, em consonância com as exigências e desafios contemporâneos da Igreja.

A investigação delineia o itinerário formativo dos postulantes desde o ingresso no Seminário, evidenciando tratar-se de um processo integral, sistemático e progressivo, constituído por múltiplas etapas educativas e formativas. Nesse contexto, o estudo confere especial relevo à dimensão intelectual da formação dos futuros presbíteros, considerando que estes devem estar adequadamente preparados para estabelecer um diálogo crítico, consistente e fecundo com o mundo contemporâneo, marcado por profundas transformações de ordem estrutural, tecnológica, social e cultural.

Sob essa perspectiva, a formação intelectual apresenta-se como elemento fundamental no processo de configuração da identidade sacerdotal, favorecendo o aprofundamento da vocação e a adequada preparação para as etapas subsequentes da formação. Ademais, em um contexto de crescente secularização e pluralidade de perspectivas, o presbítero dotado de sólida formação intelectual encontra-se mais apto a dialogar com diferentes culturas, com o saber científico e com diversas correntes de pensamento, oferecendo respostas teologicamente fundamentadas e existencialmente significativas, inspiradas pela integração entre fé e razão. A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão de literatura, mobilizando autores, documentos e produções acadêmicas pertinentes ao tema, com vistas a fundamentar teoricamente o objetivo proposto. Os resultados evidenciam que a dimensão intelectual, para além de seu caráter instrumental, exerce papel humanizador no processo formativo, oferecendo subsídios consistentes para a vivência da espiritualidade sacerdotal. Tal dimensão possibilita ao presbítero uma compreensão mais aprofundada de si mesmo, do mundo e do mistério da fé, capacitando-o a comunicar os dons divinos à assembleia de forma sensível, crítica e pastoralmente eficaz, sem perder de vista a complexidade e a fragilidade da condição humana.

Palavras-chaves: Formação sacerdotal. Dimensão Intelectual. Dialogicidade. Fé.

ABSTRACT

The present study has as its central objective to investigate the complex structure of priestly formation in light of the Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis, seeking to develop an in-depth analysis of the role of the intellectual dimension in shaping the life and ministry of the presbyter. The research aims to contribute to the understanding of the formative process of candidates for the presbyteral ministry, in accordance with the contemporary demands and challenges of the Church. The investigation outlines the formative journey of postulants from their entry into the Seminary, highlighting that it is an integral, systematic, and progressive process, composed of multiple educational and formative stages. In this context, the study places special emphasis on the intellectual dimension of the formation of future presbyters, considering that they must be adequately prepared to establish a critical, consistent, and fruitful dialogue with the contemporary world, marked by profound structural, technological, social, and cultural transformations.

From this perspective, intellectual formation emerges as a fundamental element in the process of shaping priestly identity, fostering the deepening of vocation and the proper preparation for subsequent stages of formation. Furthermore, in a context of increasing secularization and plurality of perspectives, a presbyter endowed with solid intellectual formation is better equipped to engage with different cultures, scientific knowledge, and various currents of thought, offering theologically grounded and existentially meaningful responses, inspired by the integration of faith and reason.

The present research was developed through a literature review, drawing on authors, documents, and academic works relevant to the theme, in order to provide a solid theoretical foundation for the proposed objective. The results demonstrate that the intellectual dimension, beyond its instrumental character, plays a humanizing role in the formative process, offering consistent support for the living of priestly spirituality. Such a dimension enables the presbyter to attain a deeper understanding of himself, the world, and the mystery of faith, equipping him to communicate divine gifts to the assembly in a sensitive, critical, and pastorally effective manner, without losing sight of the complexity and fragility of the human condition.

Keywords: Priestly formation. Intellectual dimension. Dialogical. Faith.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA – *Apostolicam Actuositatem*

ACS – Ad *Catholici Sacerdotii*, Carta Encíclica sobre o sacerdócio católico, Pio IX.

AG – Decreto *Ad Gentes*

AM – Africae *Munus,* Exortação Apostólica sobre a Igreja na África, Bento XVI.

AP – Ad *Pascendum*, Carta Apostólica sob a forma de Motu Próprio, Paulo VI.

Cân. Cânone.

CCE – Catecismo da Igreja Católica

CIC – *Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico)

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CVII – Concílio Vaticano II

DA – Documento de Aparecida

DFPIB **–** Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil,

DGAE – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil

DNC – Diretório Nacional de Catequese

DV – Dei *Verbum*, Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação, Concílio Vat. II.

GE – Declaração *Gravissimum Educationis*

GS – *Gaudium et Spes*

SC – *Sacrosanctum Concilium*

JPII – João Paulo II

LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*

OL – Decreto *Orientalium Ecclesiarum*

OT – Decreto *Optatam Totius*

PDV – Pastores *Dabo Vobis*

PO – Decreto *Presbyterorum Ordinis*

RFIS - *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*

SC – Constituição *Sacrosanctum Concilium*

SDV – Summi *Dei Verbum*, Carta Apostólica sobre a constituição dos Seminários, Pio IX.

VD – Exortação Apostólica sobre a Palavra de Deus, Bento XVI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Determinações fundamentais para a instituição dos Seminários..... 100
Quadro 2 – Crescimento dos Seminários no Brasil entre 1880 e 1960 104
Quadro 3 – Problemas, desafios e causas da diminuição de seminaristas e sacerdotes 106
Quadro 4 – Matérias que podem caracterizar o período propedêutico..... 115
Quadro 5 – Objetivos e métodos de ensino 124
Quadro 6 – Indicações práticas relevantes para os métodos didáticos 125
Quadro 7 – Objetivos da formação intelectual 128
Quadro 8 – Princípios da formação intelectual 128
Quadro 9 – Aspectos da visão de Pedro Demo sobre Formação Intelectual..... 129
Quadro 10 – Formação intelectual segundo Freire..... 130
Quadro 11 – Características da formação intelectual na concepção do Papa Francisco 131
Quadro 12 – Argumentações de Magalhães sobre a importância da dimensão intelectual.... 136
Quadro 13 – Papa Francisco e o conceito de dimensão intelectual..... 137
Quadro 14 – Importância da maturidade intelectual para o homiliasta..... 141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

2 REVISÃO DA LITERATURA 15
2.1 – CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO SACERDOTAL 15
2.1.1 Breve histórico dos Fundamentos Doutrinários da formação Sacerdotal 15
2.1.2 Formação Sacerdotal sob a Luz da *Ratio Fundamentalis* 22
2.1.3 Formação Inicial 24
2.1.4 Etapas da Formação Inicial 28
2.1.4.1 Etapa Propedêutica 28
2.1.4.2 Etapa do Discipulado 29
2.1.4.3 Etapa dos Estudos Teológicos 31
2.1.4.4 Etapa Pastoral 32
2.1.5 A Formação Permanente 33
2.1.6 Desafios na implementação da RFIS 35

2.2 – CAPÍTULO 2: CELIBATO E A DIMENSÃO INTELECTUAL 37
2.2.1 Conceito e breve histórico do celibato na vida da Igreja 38
2.2.1.1 A Reforma Gregoriana 42
2.2.1.2 O Concílio Vaticano II e a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* 45
2.2.1.3 Direito Canônico e o Celibato: Câns. 276; § 1,2 e 277; § 1 48
2.2.2 Formação sacerdotal e celibato 52
2.2.3 O Celibato como vocação da libertação em Cristo 53
2.2.4 A construção da identidade celibatária na formação sacerdotal 57
2.2.5 O celibato como amor de Cristo e do sacerdote para com a Igreja 59
2.2.6 Celibato e espiritualidade presbiteral 62
2.2.7 Dificuldades da doutrina do celibato na formação atual 65
2.2.8 A dimensão intelectual como caminho da maturidade e compreensão do celibato 66

2.3 – CAPÍTULO 3: FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PRESBITERAL 71
2.3.1 Desafios da Formação Sacerdotal 74

2.3.1.1 A experiência da própria fraqueza 75
2.3.1.2 O risco de sentir-se um funcionário sagrado 75
2.3.1.3 O desafio da cultura contemporânea 76
2.3.1.4 A atração do poder e da riqueza 76
2.3.1.5 O desafio do celibato 76
2.3.1.6 A dedicação total ao próprio ministério 77
2.3.2 A formação da identidade do presbítero 78
2.3.3 As dimensões do processo pedagógico-formativo 79
2.3.3.1 Dimensão humano-afetiva 79
2.3.3.2 Dimensão Espiritual 80
2.3.3.3 Dimensão comunitária 82
2.3.3.4 Dimensão pastoral-missionária 82
2.3.3.5 Dimensão intelectual 84

2.4 – CAPÍTULO 4: DIMENSÃO INTELECTUAL NA FORMAÇÃO PRESBITERAL 89
2.4.1 A Evolução da Educação no Brasil 91
2.4.2 Seminários e a formação católica no Brasil 97
2.4.2.1 Breve histórico 98
2.4.2.2 Reflexões de educadores e impactos da educação brasileira na formação intelectual do seminarista 107
2.4.2.3 Normas para admissão e permanência no Seminário 109
2.4.2.4 Organização dos estudos para a formação intelectual do futuro presbítero ... 113
2.4.3. Algumas considerações sobre formação intelectual e a relevância da dimensão intelectual para futuros presbíteros 127
2.4.4 Desafios contemporâneos da formação intelectual nos Seminários 132
2.4.5 Relevância da dimensão intelectual para os presbíteros 136
2.4.6 A homilia como espaço de expressão da maturidade intelectual 139

3 METODOLOGIA 143
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 145
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 147

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a formação sacerdotal no Brasil se desenvolve principalmente por meio da reflexão de dois documentos eclesiais: a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, de 2016, e as Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil, de 2019, cuja inspiração foi a *Ratio Fundamentalis*. Tais documentos dão subsídios para a formação integral dos vocacionados ao ministério presbiteral. Além disso, apresentam uma análise dos desafios que esses jovens muitas vezes enfrentam para a consecução do seu itinerário vocacional, para que possam gradualmente formar-se discipulamente ao Cristo, Bom Pastor.

Na realidade, a formação sacerdotal é um processo complexo e multidimensional, que tem como objetivo preparar o candidato não somente intelectual e espiritualmente, mas também a nível pessoal, afetivo e pastoral, aprontando-o para as premissas do ministério e para os reveses do mundo atual. O percurso formativo, que dura muitos anos, abrange etapas distintas, como formação de caráter, estudos filosóficos e teológicos e o desenvolvimento de uma identidade sacerdotal em sintonia com Cristo.

O período de formação passa por fases como o Propedêutico, onde se constrói as bases sólidas na vida espiritual e conhecimento pessoal, o Discipulado, que está centrado no estudo da Filosofia e na entrega da relação com Jesus Cristo, a Configuração que abarca os estudos de Teologia, aprofundando a identidade ministerial do sacerdote e a etapa Síntese Vocacional/Pastoral, onde o seminarista pratica o estágio e missão, terminando na ordenação.

A formação sacerdotal é multifacetada pois possui uma natureza holística que abarca várias dimensões, como a intelectual, que desenvolve no seminarista a razão e o pensamento filosófico para uma fé sólida e aprofundada; a dimensão humano-afetiva cujo objetivo é a integração da vida afetiva, maturidade emocional e capacidade de relacionamento e dialogicidade humana; a dimensão pastoral que capacita o seminarista a atuar na evangelização da comunidade, contribuindo para a sua fé e a dos outros; a dimensão espiritual que leva o seminarista a cultivar a piedade, a vida de oração e a participação nas celebrações litúrgicas; e; a dimensão comunitária que possibilita ao seminarista o aprendizado de viver em comunidade, desenvolvendo relações saudáveis e fraternas.

São muitos os desafios encontrados para a formação no mundo atual, como a preparação de jovens provenientes de diferentes realidades sociais e culturais, muitos deles com severas defasagens educacionais. Além disso, por meio de um acompanhamento psicológico é basilar que o processo de formação esteja associado à promoção da dimensão afetiva e psicológica que

garanta a maturidade requerida no ministério, conforme foi orientado pelo Papa Francisco[1]. Fora os aspectos humanos e acadêmicos a formação sacerdotal tem que estar fundamentada na ação do Espírito Santo e na oração. O sacerdote deve ser levado à busca pela santificação, à semelhança com Jesus cristos, objetivo central do processo formativo, que muitas vezes deixa a desejar por aqueles candidatos que não são realmente vocacionados.

Na apresentação do texto-base da nova Ratio, o Papa Francisco faz a seguinte referência às vocações: "a vocação é um tesouro escondido no campo". Ou seja, a vocação é um tesouro que emana do Criador, e é colocado no coração daqueles que são escolhidos e chamados a seguir Jesus em diferenciadas maneiras, dentre elas, o ministério presbiteral (FRANCISCO, 2014)[2].

A vocação e o ministério presbiteral são dons de Deus à sua Igreja para que missão de Jesus Cristo, Bom Pastor, seja continuada. Neste sentido "os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo (JOÃO PAULO II, 1992)[3]. O papel da Igreja é o de acolher os vocacionados ao sacerdócio.

A formação sacerdotal possui uma série de doutrinas como a Doutrina de Cristo, a Doutrina da Trindade, a Doutrina da Redenção e as Doutrinas dos Sacramentos. Além destas abrange a Doutrina do Homem, a Doutrina da Igreja, Escatologia, a Doutrina do celibato e a relevância da vida de oração e da formação intelectual, humano-afetiva e pastoral. A Doutrina de Cristo leva a compreensão da divindade de Jesus, sua ação como Sumo Sacerdote, assim como sua relação com a humanidade. A Doutrina da Trindade parte da crença de um único Deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. A Doutrina da Redenção explica o processo no qual Jesus Cristo salvou a humanidade do pecado. A Doutrina dos Sacramentos apresenta os sete sacramentos da Igreja Católica e explica o significado de cada um deles para a vida dos fiéis. A Doutrina do Homem busca a compreensão da natureza humana, sua dignidade e o chamado à santidade. A Doutrina da Igreja revela o papel da Igreja como comunidade de fé e corpo de Cristo. A Escatologia volta-se para a doutrina das dimensões finais, como a morte, o julgamento e a vida eterna. A Doutrina do celibato é apresentada como um dom para a Igreja, ou seja, um sinal de entrega total a Deus, um modo de imitar Jesus Cristo, que também era celibatário.

---

[1] FONSECA, Thulio. (2024). *Papa aos seminaristas:* trabalhem a maturidade afetiva e humana, essencial para a vocação. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-02/papa-audiencia-seminaristas-napoles-16-02-24.html.

[2] FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco à Plenária da Congregação para o Clero*. 03 de outubro de 2014 - 1. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141003_plenaria-congregazione-clero.html.

[3] Pastores *Dabo Vobis*, 15.

No decorrer da pesquisa observou-se que no processo de formação deve ser levada em conta, principalmente, a maturidade emocional do seminarista, que lhe possibilitará confrontar suas emoções de maneira construtiva e equilibrada. Deve também ser levado à compreensão das emoções dos outros, a tolerar frustrações e aprender lidar com situações difíceis de maneira madura, procurando resolver as questões através de soluções equilibradas e práticas e não por meio de reações impulsivas e irreflexivas.

A *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* – RFIS (2016) dá importância para todas as dimensões acima citadas, mas considera a dimensão intelectual como central uma vez que o documento destaca a necessidade de o seminarista construir uma formação sólida em conhecimentos, habilidades e criatividade para o seu futuro ministério pastoral. Para a RFIS (2016) a dimensão intelectual contribui não somente para a aquisição de conhecimentos, mas também para o aprofundamento de sua própria identidade vocacional, o que irá possibilitar ao futuro presbítero servir ao Igreja e ao Povo de Deus com sabedoria e discernimento.

Desse modo, será por meio da dimensão intelectual que o seminarista terá oportunidade de preparar-se para o ministério sacerdotal, obtendo conhecimentos filosóficos e teológicos imprescindíveis para compreender e viver sua vocação, desenvolvendo uma vida de fé sólida, adquirindo as ferramentas para o seu serviço pastoral e para sua futura missão na Igreja.

Diante do que acima este exposto, a pesquisa adota a seguinte pergunta norteadora: “De que maneira a dimensão intelectual auxilia no trabalho ministerial e missionário do futuro presbítero? ”

O estudo parte das seguintes hipóteses:

— Se a dimensão intelectual objetiva o crescimento dos conhecimentos do seminarista, ela pode auxiliar na promoção de habilidades e criatividade, fundamentais para a vida e o ministério do futuro sacerdote;

— Se a dimensão intelectual é fundamental para a formação presbiteral, deve ser capaz de oferecer amadurecimento vocacional e auxiliar na construção da identidade sacerdotal;

— Se a dimensão intelectual prepara o seminarista mediante o estudo aprofundado, é provável que o ajude a desenvolver sua capacidade de raciocinar para melhor executar sua liderança espiritual e missão pastoral.

O objetivo do trabalho foi estudar a complexa estrutura da formação sacerdotal, buscando fazer uma análise do papel da dimensão intelectual para a vida do presbítero. Para tanto vai-se falar sobre formação sacerdotal, celibato sacerdotal, organização dos estudos do seminarista, tipos de seminário, critérios de admissão dos candidatos, importância da dimensão

intelectual na vida dos vocacionados ao ministério presbiteral, assim como as dificuldades enfrentadas nesse processo de formação.

O Estudo se justifica porque a formação dos seminaristas é voltada para uma vida de doação e amor, num processo integral e contínuo, focado no desenvolvimento espiritual, pastoral e intelectual, por meio do hábito de oração, estudo, trabalho e, principalmente da escuta e interação com a vida do povo de Deus. A formação sacerdotal tem como objetivo preparar homens de Deus, homens da Igreja que desenvolvam a capacidade de viver um amor pastoral desapegado numa profunda comunhão com a Igreja e seu Magistério, numa reflexão simples da vida e dos sentimentos de Jesus.

Neste sentido, pode-se verificar a grande dificuldade desse tipo de formação, principalmente nesse mundo secularizado, onde os valores se distanciam cada vez mais da religião, centralizando o indivíduo num mundo onde o prazer passa a ser peça chave da existência. Por isso, é interessante demonstrar a possibilidade do desenvolvimento de vocacionados para servirem na construção de um mundo mais humano e mais próximo do amor de Cristo. Indivíduos chamados pelo Pai que aceitaram o convite para viver uma vida conduzida pela Palavra de Jesus, que reconhecem a importância da fé e dos valores divinos para o seu desenvolvimento, para sua realização pessoal e para sua relação com os outros.

O trabalho se divide em cinco partes. Na Introdução encontram-se elencados os aspectos gerais, o problema, as hipóteses, os objetivos, a justificativa e a estrutura do trabalho. Na segunda parte encontra-se a Revisão da Literatura, subdividida em quatro tópicos: Formação Sacerdotal; Celibato e a Dimensão intelectual; Fundamentos da Formação Presbiteral e; Dimensão Intelectual na Formação Presbiteral. A terceira parte é a Metodologia onde são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na construção do texto. As Considerações Finais trazem as principais observações concernentes ao estudo. Nas referências encontram-se todos os textos e autores que subsidiaram a pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 – CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO SACERDOTAL

No contexto histórico da Igreja Católica Apostólica Romana, o sacerdócio não pressupunha, fundamentalmente, estudo e formação. Sendo somente a partir do Concílio de Trento (1545-1563) que se estabeleceu a necessidade de uma preparação formal, num lugar apropriado, o Seminário, para todos aqueles que estivessem dispostos a seguir uma carreira eclesiástica (PIERRARD, 2002)[4].

2.1.1 Breve histórico dos Fundamentos Doutrinários da formação Sacerdotal

Jesus nasceu no Ano I da denominada era cristã, filho de Maria e do marceneiro José, residentes na cidade de Nazaré, na Galileia. A história revela que José era o pai adotivo, e que Jesus era filho de Deus Pai, todo poderoso, criador do Céu e da Terra, sendo, portanto, ele próprio Deus, formando a Santíssima Trindade; Pai, Filho e Espírito Santo.

Jesus na teologia cristã é a personificação de Deus na Terra, tendo como missão a salvação da humanidade que se encontrava prestes a sucumbir no pecado. Assim, entrega sua vida para a remissão dos pecados do mundo, sendo, crucificado, morto e sepultado. Durante o período que viveu na Terra, arrebanhou muitos discípulos, escolhendo doze dentre deles que passaram a ser seus apóstolos. Todos acreditavam que ele era o filho de Deus, acompanhando-o em suas missões, expandindo o nome de Deus Pai em todas as partes, evangelizando aqueles que encontravam pelos caminhos.

Próximo a morte de Jesus, os apóstolos se reuniram no dia de Pentecostes e, comandados pelo Espírito Santo, fundaram a Igreja de Cristo, que teve em sua ressurreição, ao terceiro dia, o fundamento para a sua prédica gratificante. Assim a Igreja Apostólica Romana começou. A Igreja foi entendida como as Cartas de Paulo – reunião – e o termo católica significa universal, ou seja, para todos. Apostólica, devido aos apóstolos e, Romana, que surgiu mais tarde, designando o local da sede dessa reunião universal – Roma (PIERRARD, 2002).

---

[4] PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

Apesar de ter seu início com a pregação de Cristo, A Igreja Católica edificou-se sob a liderança de Pedro e dos outros apóstolos, sendo, ao longo dos tempos, dirigida por seus sucessores. Passou por muitas crises, mas nenhuma a fez decair, tornando-se uma instituição poderosa, mesmo politicamente, por manter relações com diversos Estados e por instituir os seu próprio Estado, o Vaticano (PIERRARD, 2002).

O Livro Êxodo, imputado a Moisés, revela que os sacerdotes antes do aparecimento de Jesus, eram líderes religiosos dos judeus, sendo intermediários entre Deus e seu povo, os israelitas. Nesse período os sacerdotes deviam ser descendentes de Aarão, pertencentes à tribo de Davi, a mesma de Moisés. No que tange às suas responsabilidades destacam-se o cuidado do templo e dos objetos sacros, a realização de sacrifícios em benefício de si próprios e do povo, além de preservar e ensinar as leis[5].

No livro escrito a partir da presença de Cristo e da Igreja – Novo Testamento, a Epístola dirigida aos Hebreus assinala que o sacerdócio conferido aos descendentes da tribo de Levi transferiu-se para Jesus Cristo, natural da tribo de Judá. Tal fato se deu porque o Sumo Sacerdote Jesus Cristo foi eleito por sua imortalidade. Os sacerdotes levíticos eram mortais, que não lhes permitia o sacerdócio eterno. Sobre a necessidade das maneiras distintas dos sacerdotes em relação aos outros homens, a Epistola aos Hebreus 17, 26-27 revela que:

> Tal é, com efeito, o Pontífice que nos convinha: santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e elevado além dos céus, que não tem necessidade, como os outros sumo-sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifício, primeiro pelos pecados próprios, depois pelos do povo; pois isto o fez de uma só vez para sempre, oferecendo-se a sim mesmo[6].

Traçou-se, dessa forma, o perfil moral do Sumo Sacerdote, que daí para frente, serviria como modelo para todos os que se interessassem em seguir a doutrina católica, compreendida como o conjunto de verdades, dogmas da fé, ensinamentos e leis da Igreja. Dentro desta nova perspectiva Cristo configura-se como a cabeça da Igreja, não havendo restrições no que diz respeito ao matrimônio ou ao gênero. As escrituras não pontuam o sacerdócio como sendo exclusividade masculina ou feminina, mas sim aos que assumiam responsabilidades de realizar missas, ministrar sacramentos e supervisionar a congregação local (LIÉBAERT, 2000)[7].

Dessa maneira, todo cristão, homem ou mulher, era considerado como um sacerdote aos olhos de Deus. Com o passar do tempo, a Igreja começou a destinar o lugar do homem,

---

[5] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[6] Ibid.
[7] LIÉBAERT. Jacques. *Os padres da igreja*. Tradução Nadyr Salles Penteado. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (V. 1, séculos I-IV).

excluindo a mulher da experiência sacerdotal. Em concordância com a filosofia católica, os apóstolos foram os primeiros sucessores de Cristo, por pregarem a boa nova e a paz entre os homens. Estes foram sucedidos pelos padres apóstolos, que conviveram e foram discípulos dos primeiros apóstolos. No tempo dos apóstolos, início do século I da era cristã, a Igreja estava fundamentada na pregação da salvação da alma e do espírito. Já no período dos padres apóstolos, entre a segunda metade do século I e o final do século II caracterizava-se pela diversidade linguística, pois a palavra do Senhor expandia-se rapidamente por todos os cantos (LIÉBAERT, 2000).

Nesse período a formação dos apóstolos não era diferenciada dos demais cristãos. Alguns eram pescadores, André, Pedro, Thiago Maior e João; outros agricultores, Tiago Menor e Judas Tadeu; um cobrador de impostos, Mateus; um carpinteiro, Tomé; um contador, Judas; tendo também os que não tinham ocupação definida, Bartolomeu, Filipe e Simão. Tais apóstolos não foram escolhidos por seus conhecimentos acadêmicos ou filosóficos, nem por causa de suas características intelectuais, mas sim por seu carisma, dom, ou graça, ofertado por Deus (ALMEIDA, 2007)[8].

No tocante à instrução espiritual dos apóstolos, esta acontecia por meio do contato com Cristo, que os convidou e os ensinou o caminho da salvação e da vida devota, com seu exemplo e suas pregações. Após a ressurreição de Jesus, juntaram-se aos apóstolos muitas pessoas para a realização da pregação querigmática e, Paulo, Barnabé, Tiago, Timóteo, Tito, Lucas, Marcos, dentre outros, registrados por Paulo, compõem os textos do Novo Testamento (ALMEIDA, 2007). Assim:

> Do contato com estes e aqueles, surgem os chamados padres apóstolos, que foram sendo formados pelo convívio, pelos exemplos e mesmo pelos ensinamentos dos primeiros. Por serem homens mais intelectualizados, estudiosos da Filosofia, foram atribuindo à Igreja um caráter mais institucional, mais hierárquico. Afinal, ela não começa uma instituição, ela vai se instituindo (ALMEIDA, 2007, p. 43).

Essa era a época de Inácio de Antioquia; Clemente Romano (Papa São Clemente I – 88-99); Papias de Hierápolis; Policarpo de Esmirna; Pastor de Hermas; assim como Aristides e Antenágoras de Atenas; Teófilo de Antioquia; Justino o teólogo leigo e filósofo cristão e Irineu de Lião que com seus conceitos sobre o judaísmo, helenismo e da gnose, delinearam um caminho filosófico e teológico adotado pela Igreja que começava a se estruturar (LIÉBAERT, 2000).

---

[8] ALMEIDA, Frei Humberto Pereira de. *O sacerdócio e sua história*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

De acordo com Llorca (1951)[9]:

> Foi nesse período que foram fundadas ou oficialmente instituídas as primeiras Escolas Catequéticas. A primeira foi na cidade de Alexandria (Egito), conhecida por seus estudos e principalmente por sua biblioteca, onde a filosofia pagã e judaica florescia, produzindo ocasião para que a comunidade cristã organizasse ali um centro de instrução teológica, embora não se saiba ao certo quando iniciou. Consta que em 180 assumiu um caráter mais científico, quando se encarregou de sua direção o filósofo estoico Panteno. Essa escola teve como ramificação a Escola de Cesareia (Israel) fundada por Orígenes no século III. Estas escolas se distinguiam por sua tendência à interpretação da Escritura. Completando a tríade das grandes Escolas Catequéticas, havia a Escola de Antioquia (Turquia), que apesar de assemelhar-se às outras no conteúdo, que privilegiavam a exegese bíblica, diferenciava-se no que se refere ao método, por ser mais realista e literal, enquanto as outras duas adotavam métodos mais rebuscados e alegóricos (LLORCA, 1951, p. 87).

Outras Escolas foram fundadas. Sirinelli (1997) pontua que:

> Através dos fenômenos de circulação e transmissão, ficamos naturalmente no centro da história cultural. Na condição, todavia, de não perdermos de vista que o meio constituído pelas elites culturais é um organismo vivo, cuja densidade estatística e composição – e, portanto, na confluência desses dois parâmetros, a morfologia – evoluíram no tempo (SIRINELLI, 1997, p. 265).

Assim, segundo Pierrard (2002), no século III já se podia perceber a propagação da filosofia cristã criada pelos padres da Igreja (pensamento patrístico). E, nesse século a Igreja tem uma grande expansão:

> [...] Ásia, Síria, delta e vale do Nilo, Cirenaica (Líbia), Ilíria (Sérvia, Montenegro, norte da Albânia, Bósnia-Herzegovina e Croácia), Hispânia (Península Ibérica – Portugal, Espanha, Andorra e Gibraltar), Itália Central, Sul da Gália, Grã-Bretanha, Sicília e Norte da África que agregou, em Cartago, uma centena de Bispos e realizou um Concílio, por volta de 235 (PIERRARD, 2002, p. 92).

Assim, nesse século origina-se o cristianismo latino, destacando-se Tertuliano de Cartago. Liébaert (2000) assinala que os padres latinos assim como os alexandrinos distinguiam-se por uma formação clássica iniciada em casa, com ensinamentos da doutrina cristã e da escritura sagrada, sendo complementada pelas disciplinas helênicas e pela Filosofia platônica fornecidas nas Escolas Catequéticas.

O século IV é caracterizado pela imbricação política da Igreja, uma vez que o imperador romano Constantino (272-337) converteu-se ao Cristianismo. Essa conversão mudou de maneira abrupta o curso da Igreja. Apesar de Constantino ter dado liberdade ao culto, submeteu

[9] LLORCA, Bernardino. *Manual de historia eclesiástica*. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1951.

a Igreja ao poder temporal, por transformar o catolicismo em religião oficial do império, outorgado uma série de privilégios e riquezas a seus membros, o que trouxe confusão no que se refere aos seus propósitos. De acordo com Almeida (2007, p. 20) São Jerônimo analisou no seu texto "Vulgata" que: "Desde que a Igreja tem imperadores cristãos, ela certamente cresceu em poder e riqueza, mas diminuiu na sua força e no espírito".

Outro dado importante, que também marcou profundamente o catolicismo foi a difusão do monaquismo[10], que surgiu no Egito com Santo Antão, no século III. A vida monástica era vista por muitos religiosos como a melhor forma de conhecimento do transcendental. O século IV também ficou conhecido como a era de ouro dos padres, uma vez que a grande maioria era pertencente à elite intelectual da sociedade, graças aos ensinamentos oferecidos nas Escolas Catequéticas (ALMEIDA, 2007).

Na Idade Média (do século V ao XV) a Igreja Católica atravessou diversas fases como perseguição, heresia, inquisição, cruzadas, controle de leituras (mesmo a Bíblia) etc., começou também a dedicar-se a formação sacerdotal. Em 787, a *Epistula de litteris colendis* buscou evidenciar a obrigação da santidade e da dedicação ao estudo e, também deliberou que os futuros presbíteros:

> [...] além de não poderem negligenciar os estudos literários, com humildade e por amor a Deus, deveriam aprender com perseverança para penetrarem de maneira mais fácil e correta nos mistérios das escrituras. E, como nas páginas sagradas existem imagens, metáforas e textos complexos, o futuro sacerdote irá entender melhor o sentido espiritual se tiver sido instruído no magistério das letras (MANACORDA, 2018, p. 132)[11].

Durante o papado de Eugênio II (824-827) foi enunciada uma legislação pontifícia a respeito das escolas episcopais, que perdurou até o Concílio de Trento, no século XVI. O motivo, segundo Manacorda (2018), o Can. IV deixava claro:

> Chegam-nos de alguns lugares notícias de que não se encontram mestres e que ninguém se interessa pelo estudo das letras. Dessa maneira, nos lugares em que se fizer necessário, tomem-se todas as previdências para nomear mestres e doutores que ensinem as letras, as artes liberais e os sagrados dogmas, pois nestes, especialmente é que se manifestam os mandamentos de Deus (MANACORDA, 2018, p. 133).

[10] O monaquismo, também chamado de monasticismo, é um modo de vida religiosa em que indivíduos se afastam do mundo secular para se dedicarem exclusivamente a atividades espirituais (ALMEIDA, 2007).

[11] MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação:* da antiguidade aos nossos dias. Tradução Gaetano Lo. Mônaco. São Paulo: Cortez, 2018.

No final do século VIII e na metade do século IX, Carlos Magno[12] (747-814) e seus sucessores, assim como o Papa Eugênio II (824-827) e o Papa Leão IV (847- 855) criaram um novo direito eclesiástico, fixando as metas para a formação do clero, episcopal e cenobial, tendo como direção o Estado. De acordo com Manacorda (2018) no referente à disciplina e aos conteúdos ensinados, os alunos aprendiam Salmos, Canto, Música, Gramática, Cálculo, Leitura e Escrita, o *Tivium*, o *Quadrivium* e os dogmas sagrados, havendo também um tipo de especialização pois no cerne da preparação e instrução religiosa existia a sugestão "de manter separados os alunos que leem os livros, os que executam o canto e os que estudam a escritura, tendo mestres especializados para cada grupo (MANACORDA, 2018, p. 134).

No século X, as escolas do clero secular possuíam como mestres o bispo, e nas paróquias o padre, que tinham a tarefa de ensinar as letras e a doutrina cristã, culminando na Teologia. Anos a frente, mas ainda na Idade Média, tal tarefa foi transferida para um *scholasticus* ou *magischola*, cuja importância foi crescendo ao longo dos anos, fazendo com que o *magischola* assumisse, dentro da Igreja, altas funções educativas (MANACORDA, 2018).

A partir de então, começou a venda de autorização de ensinar, *denominada licentia docendi*, onde o ensino assumiu uma característica de simonia, perdurando até 1179, época da convocação do terceiro Concílio de Latrão pelo Papa Alexandre III (1159-1181) que restabeleceu o projeto da Igreja com o ensino dos clérigos e dos pobres (PIERRARD, 2002).

No século XVI, no final da Idade Média, a Igreja passava por uma série de conflitos, necessitando de uma reforma geral. Tentando melhorá-la o movimento denominado Reforma, o padre católico Martinho Lutero (1483-1546) fundou uma nova Igreja que ficou conhecida como Protestantismo. A cúpula católica, procurando assegurar a unidade da fé assim como a disciplina eclesiástica, convocou, na cidade de Trento, o seu décimo nono Concílio (1545-1563), no que ficou designado como movimento de Contrarreforma (MANACORDA, 2018).

Assim, segundo Pierrard (2002), por um lado surgiu o protestantismo e, por outro, o catolicismo iniciou seu renascimento. A Igreja encontrava-se teológica e filosoficamente bem estruturada através dos estudos de São Tomás de Aquino, no entanto, muitos sacerdotes encontravam-se muito aquém do desejado. Para o autor: "A chaga do clero do século XVI era a ignorância – ignorantes! Assim eram considerados os clérigos pré-tridentinos". (PIERRARD, 2002, p. 242).

---

[12] Carlos Magno ou Carlos, o Grande foi Rei dos Francos a partir de 768, Rei dos Lombardos a partir de 774 e Imperador dos Romanos a partir do ano 800. Durante o início da Idade Média, Carlos Magno uniu a maior parte da Europa ocidental e central (BARBERO, Alessandro. *Charlemagne:* Father of a Continent. Berkeley: University of California Press, 2004).

O autor complementa:

> Eram tidos como clérigos giróvagos, sem bispo, sem capacidade para pronunciar as fórmulas dos sacramentos, mesmo as mais simples. Tal degradação do clero, aliada ao movimento orquestrado por Lutero e pelos reformadores ao entendimento de sacerdote e ao status da Igreja, fez com que a Igreja Tridentina recomendasse uma classe sacerdotal baseada na ação prática das mais elevadas virtudes. Para tanto, os catedráticos intelectuais do Concílio lançaram uma proposta da necessidade de uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros sacerdotes, tendo como proposta um ser isolado, embora colocado no coração do mundo, cuja perfeição deverá exceder a dos religiosos e cuja ação terá de estar constantemente associada à de Cristo, o religioso de Deus seu Pai (PIERRARD, 2002, p. 256).

Tal proposta de formação deveria constar da mais estrita e rigorosa disciplina clerical, além disso, deveria ocorrer num local propício – Seminário – onde se aprenderia de maneira mais conveniente a Sagrada Escritura, canto, gramática etc. Até porque, no momento de seleção dos noviços, seriam privilegiados os filhos de matrimônio legítimo e só seriam recebidos aqueles que soubessem ler e escrever (O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO, 1781)[13].

O Concílio de Trento também regulamentou a disciplina eclesiástica nos Seminários diocesanos:

> Todas as catedrais metropolitanas e igrejas maiores que estas tenham a obrigação de manter e educar religiosamente e insistir na disciplina eclesiástica segundo as faculdades e extensão da diocese, certo número de jovens da mesma cidade e diocese, e se não houver nestas, então que sejam da mesma província, em um colégio situado perto das mesmas igrejas ou em outro lugar oportuno conforme ache o Bispo (O SACROSSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO, 1781, p. 153).

As universidades passaram a completar a formação do sacerdote, colocando-o ao lado dos mestres da Igreja. No que se refere aos fundamentos doutrinários da formação sacerdotal, Cole (2007)[14] pontua que a Filosofia e a Teologia de São Tomás de Aquino eram fundamentais para a aprendizagem universal de todos os vocacionados ao sacerdócio. Sendo essa a formação da Santa Sé Católica no tocante à educação e formação sacerdotal, que perdurou até o início do século XX.

Nas palavras do Papa Leão XIII (1878-1903):

---

[13] O Sacrossanto e Ecumênico Concilio de Trento em latim e português. Lisboa: Oficina Patriarc de Francisco Luiz Aneno, 1781. (João Baptista Reycend, Organizador).

[14] COLE, Basil. *The Hidden Enemies of the Priesthood:* The Contributions of St. Thomas Aquinas. The Society of St. Paul/ Alba House, New York, 2007.

> Quanto ao mais, diligenciem os mestres, cuidadosamente escolhidos por vós, fazer penetrar no espírito dos discípulos a doutrina de São Tomás; façam, sobretudo, notar claramente quanto esta é superior às outras em solidez e elevação. Que as Academias que tendes instituído ou houverdes de instituir para o futuro, expliquem esta doutrina a defendam e utilizem para refutação dos erros dominantes (LEÃO XIII, 1879, p. 14)[15].

Assim, como pontua Pierrard (2002), o modelo de formação sacerdotal foi elaborado ao longo dos séculos, tendo como referência a análise das experiências vivenciadas em cada período. Assim no princípio bastava ser carismático para ser sacerdote; mais tarde só o conhecimento já bastava; num outro momento a vida ascética; mais adiante a obediência à instituição estatal, e assim vai. Até que os mentores da Igreja Católica optaram por uma formação doutrinal, filosófica e teológica num lugar especial de formação, o Seminário. Nesta perspectiva, a formação dos presbíteros não se focou em nenhuma maneira de escolarizar o sacerdote, sendo sim, um conjunto de metodologias educativas e doutrinárias, baseadas principalmente numa cultura de bom comportamento, para que pudesse servir de exemplo de fé e integridade.

Atualmente a Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis, documento da Igreja Católica de 2016, estabelece as diretrizes para a formação sacerdotal, tanto inicial quanto permanente.

2.1.2 Formação Sacerdotal sob a Luz da *Ratio Fundamentalis*

A Igreja assumiu a proposta de revisar e atualizar sua reflexão-ação na formação sacerdotal, culminando em 08 de dezembro de 2016, numa nova *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* – RFIS (Norma Fundamental de Formação Sacerdotal). Tal documento jurídico e canônico, apresenta orientações e normas educativas que devem ser refletidas e aplicadas, buscando contemplar as especificidades que a formação sacerdotal abriga nos diferentes contextos territoriais, nacionais ou regionais. Sendo, portanto, necessária a elaboração da *Ratio Fundamentalis Nationalis* (Norma Fundamental Nacional) para que sejam

[15] Papa Leão XIII – Encíclica *"Aeterni Patris"* − a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a Santa Sé apostólica. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_li_enc_04081879_aeternipatris_en.html.

compostos os projetos formativos e o regulamento de cada casa de formação (RFIS, 2016, 3-5)[16].

A vocação ao ministério presbiteral é apresentada na RFIS (2016) como um dom precioso de Deus, destacando que tal tesouro é confiado à diligência da Igreja para um imprescindível, cuidadoso e extenso processo formativo. De acordo com o Documento:

> O chamado divino interpela e envolve o ser humano concreto. É necessário que a formação ao sacerdócio ofereça os meios adequados para facilitar o seu amadurecimento, com vista a um exercício autêntico do ministério presbiteral. Para este fim, o seminarista é chamado a desenvolver a própria personalidade, tendo por modelo e fonte Cristo, o Homem perfeito (RFIS, 2016, n. 93, p. 44).

Este ser humano é inevitavelmente assinalado por qualidades e imperfeições. O papel da Igreja é o de proporcionar seu processo formativo, utilizando os meios adequados para o seu amadurecimento e desenvolvimento integral. Cabe destacar que o agente primeiro da formação sacerdotal é sempre o seminarista, que deverá apresentar um bom desempenho durante o itinerário formativo, abrindo-se à ação da graça. Neste deverá ser cultivada "a humildade, a coragem, o sentido prático, a magnanimidade do coração, a retidão no juízo, a discrição, a tolerância, a transparência, o amor à verdade e à honestidade (RFIS, 2016, n. 93, p. 44).

O candidato ao sacerdócio ministerial deve, antes de tudo, ser um vocacionado, ou seja, se deixar levar pelo dom divino especial, inserido no amplo projeto de amor e salvação que Deus tem para todos, assumindo realmente o chamado d'Ele para si e fazendo real a felicidade N'ele. Pois Deus escolhe alguns para seguirem seu Filho Jesus Cristo mais de perto, fazendo-os seus ministros, como está descrito nos Evangelhos: "[...] chamou os que ele quis [...]"[17] e "[...] farei de vós pescadores de homens [...] (Mt 4, 19)[18].

Cabe destacar que a implementação da RFIS passa por significativos desafios, principalmente no que tange à integração da formação humana, intelectual, espiritual e pastoral, sem falar no processo de adaptação às diferentes realidades locais e culturais. A RFIS defende a importância de uma formação integral e unitária, o que nem sempre é alcançado na prática,

---

[16] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. (2016). *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. O Dom Da Vocação Presbiterial. Disponível em: https://www.clerus.va/en/ministri-ordinati/sacerdoti/documenti-dicastero/ratio-2016.html. Acesso em: 02 de agosto de 2024.
[17] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[18] Ibid.

quando se leva em consideração a complexidade da vida contemporânea e pluralidade de contextos (CENCINI, 2025)[19].

Cencini (2025) pontua ainda que:

> Ratio significa regra, projeto definitivo, indicação vinculativa. Não é fácil num tempo como o nosso falar nestes termos, sobretudo em relação a uma instituição que vive uma fase bastante problemática, e a uma figura que está no centro dela (tanto da instituição como da crise), como a do padre. Este documento corre o risco de o fazer, sem pretender responder a todas as dúvidas ou definir tudo ou propor sabe-se lá que novidades, mas lembrando que este texto é apenas e, em todo caso, um ponto de referência para o projeto que cada igreja local terá que pensar, discernir e implementar.

Observa-se que a RFIS é um documento importante para a formação sacerdotal, e que enriqueceu bastante as Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil, principalmente no que se refere à compreensão da formação, assim como a respeito das etapas, em que são articulados os processos formativos. A explicitação da RFIS, acolhida pelas Diretrizes, objetiva a criação de uma atuação formativa contínua, superando a visão errônea de que com a ordenação o processo formativo termina. Muitos sacerdotes se acomodam e não consideram a formação permanente como uma necessidade imperativa na vida presbiteral, deixando, dessa forma, de corresponderem aos desafios da sociedade contemporânea e da vida eclesial.

As etapas da formação inicial, apesar de permanecerem objetivamente as mesmas, passaram a ter com a RFIS um novo enfoque e significado. A etapa propedêutica, por exemplo, passou a ser obrigatória em todos os países, abrangendo todos os candidatos ao sacerdócio. Esta etapa, segundo o texto visa o favorecimento da identidade e autonomia.

O texto da RFIS busca, portanto, preparar os indivíduos para obterem as necessárias qualidades para serem bons pastores do povo de Deus, no entanto, sua implementação requer algumas considerações voltadas para as realidades locais.

2.1.3 Formação Inicial

A vocação sacerdotal (clamor divino a ser presbítero), passa por um percurso especial de desenvolvimento, iniciando em feitio de semente que foi arremessada e, em seguida acolhida

[19] CENCINI, Amedeo. (2025). *Por uma Igreja e por um padre em missão*. Comentário da 'Ratio Institutionis Sacerdotalis' da Itália. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/648117-por-uma-igreja-e-por-um-sacerdote-em-missao-artigo-de-amedeocencini#:~:text. Acesso em: 22/05/2025.

pelo sujeito que recebeu o chamado, por sua família e pela comunidade cristã, sendo posteriormente cuidada e amadurecida no seminário, para, tornar-se uma árvore que dá frutos de bem e salvação a todos com que o sacerdote convive e exerce seu ministério. Por outro lado, o sacerdote também se santificará (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2013)[20].

No que concerne à dinâmica e estrutura católicas, a Igreja possui como missão "cuidar do nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações (RFIS, 2016, n. 13, p. 12). De acordo com o Cân. 232 do Código de Direito Canônico (1983): "A Igreja tem o dever e o direito próprio e exclusivo de formar aqueles que hão de dedicar-se aos ministérios sagrados". Sempre levando em conta a fidelidade ao perfil identitário do sacerdócio assumido por Cristo (JOÃO PAULO II, 1992)[21].

A formação inicial segundo a RFIS (2016, n. 55, p. 28):

> 55. A formação inicial diz respeito ao tempo que precede a ordenação sacerdotal, desde o início do período propedêutico, que é parte integrante da mesma. Por conseguinte, essa deve ser caracterizada por conteúdos formativos que preparam o seminarista para a vida sacerdotal. Isso exige um paciente e rigoroso trabalho sobre a pessoa, aberta à ação do Espírito Santo; a sua finalidade é a formação de um coração sacerdotal.

A fundamentação e o objetivo da formação sacerdotal incidem no fato da criação de uma identidade presbiteral (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2013). Tornar-se sacerdote é imitar a Cristo, Bom Pastor, colaborando com seu projeto salvífico. "Dar-vos-ei pastores segundo o Meu coração" (Jer 3:15).

A vida e o ministério sacerdotal se orientam por uma perspectiva complexa que perpassa a Antropologia, a Ciência, a Sociologia e o dinamismo profissional, onde entrelaçam-se mistérios dialógicos e comunhão espiritual entre seres humanos e divinos (PAULO VI, 1965)[22], que tornam o elemento padre um modo de ser, comprometido e compromissado com Jesus Cristo, Eterno e Sumo Sacerdote, Inspirador do estar, agir, fazer, viver, do sacerdote (PRESBYTERORUM ORDINIS, 1965; RFIS, 2016).

O mistério sacerdotal ultrapassa o profissionalismo, assumindo uma opção elementar de vida, configurando e conferindo uma identidade característica à pessoa do sacerdote (RFIS,

---

[20] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. (2013). *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*. Disponível em:https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cclergy/documents/rc_con_cclergy_doc_20130211_direttorio-presbiteri_po.html.

[21] Pastores Dabo Vobis, 3-5, 1992.

[22] PAULO VI. (1965). Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Sobre a Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html.

2016). Na realidade, "o sacramento da Ordem imprime caráter indelével (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, p. 1582)[23], pois como visto em Hebreus (5: 6-10): "tu és sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedek"[24].

O sacerdócio é uma vocação, um chamado, um dom, uma iniciativa divina explicada somente pelo amor misericordioso de Deus e não nos méritos ou dons pessoais, que é respondido com a simplicidade de um sim, "que se vai discernindo, construindo e tornando-se total no tempo, a partir de uma disposição inequívoca e definitiva de doação total de si" (JOÃO PAULO II, 1992)[25].

Confere-se em Hebreus (5: 1) que "todo sumo sacerdote, tomado dentre os homens é constituído a favor dos homens nas coisas concernentes a Deus [...]". Dessa maneira, um melhor entendimento da missão e identidade sacerdotal tem que passar por uma abordagem científica, antropológica, e, principalmente, teológica.

A vocação sacerdotal, ou chamamento divino para o sacerdócio, começa como uma semente lançada, que depois é acolhida pelo indivíduo, por sua família e pela comunidade cristã, passando a ser essencialmente tratada e amadurecida no seminário, para mais tarde, como árvore bem formada, oferecer frutos de salvação aos seres e às comunidades, com quem se vai exercer e viver o mistério, num processo em que o próprio padre se santifica (RFIS, 2016).

Na estrutura e condução católicas a Igreja tem como missão "cuidar do nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações" (RFIS, 2016, p. 13). De acordo com o Direito Canônico: "A Igreja tem o dever e o direito próprio e exclusivo de formar aqueles que hão de se dedicar aos ministérios sagrados" (Cân. 232)[26].

Constata-se em Benelli (2006)[27] que:

> A formação sacerdotal, a produção do padre católico (que entendemos como produção de subjetividade), é um processo que acontece no bojo de uma conjuntura social e eclesial específica. Ela se processa particularmente no âmbito do seminário, estabelecimento fechado, criado pela Igreja católica para preparar os membros da hierarquia clerical. Escutar os discursos que circulam no estabelecimento e procurar detectar quais são as práticas predominantes no processo formativo são aspectos importantes para se estudar a produção de subjetividade no seminário católico. Se pudermos ouvir esses discursos, captar as práticas desenvolvidas no contexto institucional de um seminário católico

[23] CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. *Edição típica vaticana*. São Paulo: Loyola, 2000.
[24] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[25] Pastores *Dabo Vobis*, p. 36.
[26] CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. (1983). Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf.
[27] BENELLI, Silvio José. O Seminário Católico e a Formação Sacerdotal: Um Estudo Psicossocial. *Psicologia USP*, v. 17, n. 3, p.145-182, 2006.

> e olhar também para o contexto global, então, talvez, possamos entender o que é essa instituição e o que ela pode produzir nas atuais circunstâncias. A partir de um diagnóstico institucional, se houver demanda, será possível pensar em estratégias políticas que visem à transformação dessa realidade (BENELLI, 2006, p. 148).

O candidato ao sacerdócio, ou seja, o seminarista tem um longo caminho a percorrer de formação teórica e prática, espiritual e humana, realizada nos seminários diocesanos. O futuro sacerdote deverá concluir o Ensino Médio, no seminário, cursar Filosofia e Teologia, tendo pelo menos mais de sete anos de formação (DENZINGER, 1983)[28].

Os jovens aspirantes geralmente entram no Seminário Menor que segundo a RFIS (2016, n. 18, p. 14) apresenta o seguinte objetivo:

> 18. A finalidade do Seminário Menor é ajudar a maturação humana e cristã dos adolescentes[29] que mostrem trazer dentro de si o germe da vocação ao sacerdócio ministerial, a fim de desenvolver, de acordo com a própria idade, aquela liberdade interior que os capacite a corresponder ao desígnio de Deus sobre sua vida.

Nos Seminários Menores devem ser levadas em conta certas qualidades dos jovens, e, principalmente os indícios específicos de vocação. De maneira concreta as avaliações das experiências anteriores são de grande utilidade para a vida de fé desses rapazes. A RFIS (2016, n. 19, p. 14) cita como exemplos:

> [...] A ligação espiritual a um sacerdote; o recurso frequente aos sacramentos; uma já inicial prática de oração, a experiência eclesial paroquial vivida em grupos, movimentos e associações; a participação em atividades vocacionais promovidas pela Diocese; o empenhamento em algum serviço no âmbito da realidade eclesial a que pertence.

Ainda segundo a RFIS (2016) é também importante a consideração de certas realidades humanas, que quando devidamente desenvolvidas auxiliam os rapazes em seu amadurecimento vocacional. "Cabe aos formadores verificar a idoneidade global (espiritual, física, psíquica, moral e intelectual) dos eventuais candidatos" (RFIS, 2016, n. 19, p. 15).

O jovem deverá ser considerado em diversas facetas de sua vida como prescreve a *Ratio*:

> 20. Durante o caminho vocacional do Seminário Menor, deverá levar-se em consideração a dinâmica do crescimento da pessoa, atendendo à sua idade e a alguns aspectos em particular: a sinceridade e a lealdade diante de si e dos

[28] DENZINGER, Enrique. *El Magistério de la Iglesia*. Barcelona: Editorial Herder, 1983.
[29] Cf. *Apostolorum successores*, n. 86.

> outros, o progressivo desenvolvimento afetivo, a predisposição a viver em comunidade, a capacidade de cultivar amizades fraternas, o bom grau de responsabilidade relativamente aos deveres pessoais e aos compromissos confiados, a criatividade e o espírito de iniciativa, o justo uso da liberdade, a disponibilidade a percorrer um caminho de oração e de encontro com Cristo (RFIS, 2016, n. 20, p. 15).

Observa-se, portanto, que o jovem só encontrará sua identidade presbiteral por meio de um caminho formativo, num processo progressivo de configuração a Jesus Cristo, até poder assumir, já como presbítero, "os sentimentos e as atitudes de Cristo em relação à Igreja, amada ternamente através do exercício do ministério; portanto dele se pede que seja capaz de amar a gente com um coração novo, grande e puro [...] (RFIS, 2016, n. 39, p. 21).

2.1.4 Etapas da Formação Inicial

De acordo com a RFIS (2016), a formação inicial se subdivide em quatro etapas: a etapa propedêutica, a etapa dos estudos filosóficos ou do discipulado, a etapa dos estudos teológicos ou de configuração, e, finalmente, a etapa pastoral ou de síntese vocacional.

A *Ratio* aconselha que ao término de cada etapa deve-se verificar se os objetivos do período educativo foram alcançados, por meio de avaliações periódicas (semestrais ou anuais). Tendo sempre em mente que a ordenação deve ser representativa da meta espiritual cumprida, que "gradualmente ajudou a seminarista a tomar consciência da chamada recebida e das características próprias da identidade sacerdotal, consentindo-lhe alcançar a necessária maturidade humana, cristã e sacerdotal" (RFIS, 2016, n. 58, p. 29).

2.1.4.1 Etapa Propedêutica

A etapa propedêutica do seminário trata-se da fase inicial da formação dos candidatos ao sacerdócio. É um período imprescindível para a formação sacerdotal e para o desenvolvimento vocacional. A palavra "propedêutico" tem o significado de preparação ou período preparatório, sendo uma etapa de transição entre a vida familiar e a vida no seminário. Neste período, os candidatos são preparados para ingressar na comunidade de Filosofia.

A *Ratio* explica a necessidade dessa etapa:

> 59. À luz da experiência acumulada nas últimas décadas, chegou-se ao reconhecimento da necessidade de dedicar inteiramente um período de tempo – ordinariamente não inferior a um ano e não superior a dois – a uma preparação de caráter introdutório, com vista à sucessiva formação sacerdotal, ou, ao invés, da decisão de trilhar outro caminho de vida (RFIS, 2016, n. 59, p. 29).

A fase propedêutica tem como objetivos principais: assentar bases para a vida espiritual; favorecer o autoconhecimento; desenvolver o senso de pertencimento à Igreja; aprofundar a vocação. Sendo, portanto, um tempo ideal para o conhecimento da doutrina cristã, por meio do estudo do Catecismo da Igreja Católica, e "para o desenvolvimento de si na experiência paroquial e caritativa. Por fim, a fase propedêutica poderá ainda ser útil para um eventual complemento da formação cultural" (RFIS, 2016, n. 59, p. 30).

2.1.4.2 Etapa do Discipulado

Essa fase é a primeira etapa da formação do futuro presbítero no Seminário Maior. Pois conforme pontua a *Ratio*:

> Convém que a fase propedêutica seja vivida numa comunidade distinta daquela do Seminário Maior e, onde isso for possível, que tenha uma sede específica. Estabeleça-se, portanto, um propedêutico, com seus próprios formadores, que vise uma boa formação humana e cristã, e uma séria seleção dos candidatos ao Seminário Maior[30] (RFIS, 2016, n. 60, p. 30).

Assim, nessa etapa da formação o seminarista torna-se um discípulo que estuda Filosofia e vive numa comunidade para tornar-se discípulo de Jesus. A *Ratio* define discipulado:

> 61. O conceito de discipulado. O discípulo é aquele que é chamado pelo Senhor a ficar com Ele (cf. Mc 3, 14), segui-lo e tornar-se missionário do Evangelho. Ele aprende quotidianamente a entrar nos segredos do Reino de Deus, vivendo uma relação profunda com Jesus. O estar com Cristo torna-se uma caminho pedagógico-espiritual, que transforma a existência e permite tornar-se testemunha do Seu amor no mundo (RFIS, 2016, n. 61, p. 30).

---

[30] FRANCISCO, *Discurso na Plenária da Congregação para o Clero* (03 de outubro de 2014): *L'Osservatore Romano* 226 (04 de outubro de 2014), 8: "precisa-se estudar bem o percurso de uma vocação! Examinar bem se aquela é do Senhor, se aquele homem é sadio, se aquele homem é equilibrado, se aquele homem é capaz de doar a vida, de evangelizar, se aquele homem tem a capacidade para formar uma família, mas renuncia a esta para seguir a Jesus".

Nessa etapa além dos estudos de Filosofia, os seminaristas aprendem a conviver em comunidade, escutam a Palavra de Jesus, praticam a Palavra de Jesus, desenvolvem o amadurecimento da liberdade interior e o amadurecimento da decisão de vida.

> Por esse motivo, os seminaristas hão de habituar-se a disciplinar o seu caráter, crescer na fortaleza de ânimo e, em geral, aprender as virtudes humanas como "a sinceridade, a preocupação constante da justiça, a fidelidade às promessas, a gentileza no trato, a modéstia e caridade no falar"[31], que farão dele um reflexo vivo da humanidade de Jesus e uma ponte que une os homens a Deus (RFIS, 2016, n. 63, p. 31).

A etapa do discipulado é um caminho transformador que abarca toda a comunidade. Nele, os formadores e o Diretor Espiritual, devem traçar um itinerário pedagógico que possibilite aos seminaristas um crescimento espiritual e a conscientização da importância da graça de Deus e da correção fraterna. "A duração desta etapa, que não deve ser inferior a dois anos, abarcará um tempo suficiente para alcançar os objetivos que lhe são próprios e, ao mesmo tempo, adquirir o necessário conhecimento da Filosofia e das ciências humanas [...]" (RFIS, 2016, n. 66, p. 32).

A *Ratio* destaca ainda que essa fase deve ser valorizada e compreendida nas suas especificidades, não podendo assim, "ser considerada simplesmente como passagem obrigatória para aceder a outros estudos teológicos" (RFIS, 2016, n. 66, p. 32).

2.1.4.3 Etapa dos Estudos Teológicos

Essa fase da formação sacerdotal católica também é conhecida como etapa de configuração. De acordo com a Ratio, a trajetória de um presbítero é marcada por uma formação contínua desde o instante em que recebe seu chamado: trata-se do processo de se tornar um discípulo de Jesus, sempre aberto à atuação do Espírito Santo em seu ministério na Igreja.

Nos primeiros anos do Seminário, a pedagogia da formação inicial tem como objetivo primordial conduzir o candidato a se integrar à sequela Christi. Ao fim dessa fase, chamada de discipulado, a formação se concentra na conformação do seminarista a Cristo, Pastor e Servo, para que, unido a Ele, possa oferecer sua vida como um presente aos outros.

---

[31] *Optatam Totius*, n. 11: *AAS* 58 (1966), 720.

Esse processo de configuração demanda uma imersão profunda na contemplação da Pessoa de Jesus Cristo, o Filho amado do Pai, que é enviado como Pastor do Povo de Deus. Essa conformação não apenas estreita a relação com Cristo de maneira mais íntima e pessoal, mas também promove um entendimento mais profundo e a aceitação da identidade sacerdotal.

Esse período apresenta como principais objetivos a intensificação da vontade do seminarista de se configurar a Cristo; a formação espiritual do seminarista; a integração da maturidade humana e espiritual do seminarista; a promoção da integração entre oração e teologia. Além disso promove o gradual enraizamento da fisionomia do Bom Pastor, "que conhece as suas ovelhas, dá a vida por elas[32] e vai à procura das Ovelhas que estão fora do redil" (RFIS, 69, 2016, p. 33).

> O conteúdo desta etapa é exigente e requer muito empenho. Exige-se, de fato, uma responsabilidade constante no viver as virtudes cardeais, bem como as teologias e os conselhos evangélicos[33], e no ser-se dócil à ação de Deus através dos dons do Espírito Santo, segundo uma perspectiva claramente presbiteral e missionária; além de uma gradual releitura da própria história pessoal, segundo um coerente perfil de caridade pastoral, que anima, forma e motiva a vida do presbítero[34].

Durante esta fase, conforme o desenvolvimento de cada seminarista e em função das oportunidades educativas, os candidatos receberão os ministérios de leitor e acólito. Isso permitirá que pratiquem essas funções por um período adequado, preparando-se melhor para futuros serviços relacionados à Palavra e ao Altar. O ministério de leitor apresenta ao seminarista o "desafio" de se deixar transformar pela Palavra de Deus, que é o foco de sua oração e estudo. Por outro lado, a atribuição do ministério de acólito envolve uma participação mais intensa no mistério de Cristo, que se entrega e se faz presente na Eucaristia, na assembleia e no próximo (RFIS, 2016).

A fase dos estudos teológicos, ou de configuração, tem como foco a preparação para a recepção das Sagradas Ordens. Ao final dessa etapa, ou durante a próxima, se o Bispo, após consultar os formadores, considerar o seminarista apto, ele solicitará e receberá a ordenação diaconal. Com isso, o seminarista passará a ser clérigo, assumindo as responsabilidades e direitos que lhe correspondem, e será vinculado a uma "Igreja particular, uma prelazia pessoal,

---

[32] Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros, 2013, n. 8 "Pode-se, portanto, dizer que a configuração a Cristo, mediante a consagração sacramental, define o sacerdote no seio do povo de Deus, fazendo-o participar a seu modo no poder santificador, de magistério e pastoral do próprio Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja. O sacerdote, tornando-se mais parecido com Cristo, torna-se – graças a Ele, não a si mesmo – colaborador da salvação dos irmãos, não é mais ele que vive e existe, mas Cristo nele" (cf. Gl 2, 20).

[33] Cf. *Pastores Dabo Vobis*, n. 27: *AAS* 84 (1992), 710.

[34] Cf. *ibid*., n. 23: *AAS* (1992), 691-694.

um instituto de vida consagrada, uma sociedade...", ou ainda a uma Associação ou um Ordinariado que possua essa prerrogativa (RFIS, 2016).

2.1.4.4 Etapa Pastoral

A etapa pastoral também é conhecida como síntese vocacional, tratando-se de um período de formação no recorte de tempo entre o final do seminário e a ordenação sacerdotal. Pode-se constatar na Ratio que:

> 74. A etapa pastoral (ou de síntese vocacional) corresponde ao período que medeia entre a estadia no Seminário e a sucessiva ordenação presbiteral, passando obviamente através da concessão do diaconato. São duas as finalidades desta etapa: por um lado, trata-se da inserção na vida pastoral, com uma gradual assunção de responsabilidades, em espírito de serviço; por outro, de um esforço no sentido de uma adequada preparação, recebendo um específico acompanhamento com vista ao presbiterado. Nesta etapa, o candidato é convidado a declarar de modo livre, consciente e definitivo a própria vontade de ser presbítero, uma vez que tenha recebido a ordenação diaconal[35] (RFIS, 2016, n. 74, p. 35).

Nessa fase tem-se a compreensão de que a formação sacerdotal não fica limitada à dimensão intelectual, mas é apresentada como uma trilha de amadurecimento humano e crescimento na fé. Conforme pondera a Ratio:

> Aqueles que recebem a Sagrada Ordenação têm necessidade de uma conveniente preparação, especialmente de caráter espiritual[36]. O espírito orante, fundado sobre a relação com a pessoa de Jesus, e o encontro com figuras sacerdotais exemplares, acompanhem a meditação assídua dos ritos de ordenação, que, nas orações e nos gestos litúrgicos, compendiam e exprimem o profundo significado do sacramento da Ordem na Igreja (RFIS, 2016, n. 77, p. 36).

Assim, a síntese vocacional é uma fase de integração na vida pastoral, com o espírito de serviço, é uma oportunidade de amadurecimento humano e crescimento da fé, é o período em que o futuro sacerdote insere à sua vida o exercício do ministério sacerdotal, sendo, portanto, mais um importante momento de aproximação do Coração de Cristo.

---

[35] C.I.C., cân. 265.
[36] Cf. *Optatam totius*, n. 12: *AAS* 58 (1966), 721.

2.1.5 A Formação Permanente

Salvador (2011, p. 79)[37] descreve que se faz necessária a complementariedade entre formação inicial (que acontece no Seminário) e a formação permanente, que abarca diferentes etapas da vida presbiteral. Para o autor "é necessário despertar a consciência de que a formação só termina com a morte. São necessários projetos diocesanos bem articulados e constantemente renovados".

De acordo com a Ratio (2016, n.81, p. 37):

> 81. A formação permanente destina-se a assegurar a fidelidade ao ministério sacerdotal, num caminho de contínua conversão, para reavivar o dom recebido com a ordenação[38]. Tal percurso é a continuação natural daquele processo de construção da identidade presbiteral que teve início no Seminário e se cumpriu sacramentalmente na ordenação sacerdotal, com vista a um serviço pastoral que a faz amadurecer ao longo do tempo[39].

Assim, a formação permanente não pode ser compreendida como uma atualização, de natureza pastoral e cultural, no que se refere à formação inicial no Seminário, uma vez que "desde o Seminário Maior é preciso preparar para a futura formação permanente, e abrir para ela o espírito e desejo dos futuros presbíteros, demonstrando a sua necessidade, as suas vantagens e o seu objetivo, e assegurando as condições da sua realização"[40].

Pode-se comprovar na Ratio que:

> 56. A formação permanente representa uma necessidade imprescindível na vida e no exercício do ministério de cada sacerdote; de fato, a atitude interior do sacerdote deve ser caracterizada por uma disponibilidade permanente à vontade de Deus, seguindo o exemplo de Cristo. Essa implica uma contínua conversão do coração, a capacidade de ler a vida e os fatos à luz da fé e, particularmente, à luz da caridade pastoral, para um dom total de si à Igreja segundo o desígnio de Deus (RFIS, 2016, n. 56, p. 28).

A literatura tem revelado que o jovem candidato ao se identificar com o modelo presbiteral, necessita se envolver num processo de formação permanente, dentro de uma perspectiva que abra horizontes formando-o para uma vida significativa. É pensamento bastante difundido que dentro de cada seminarista existe um padre escondido. Neste sentido acontece

---

[37] SALVADOR, Ângelo Domingos. Formação presbiteral inicial e permanente. *Encontros Teológicos*, v. 60, n. 3, p. 45-79, 2011.
[38] Pastores *Dabo Vobis*: Cf. *ibid.*: *AAS* 84 (1992), 778-782.
[39] Cf. Ibid., n. 71: *AAS* 84 (1992), 782-783.
[40] Cf. *ibid*. n. 71: *AAS* 84 (1992), 783.

uma contínua ressignificação da essencialidade ministerial; natureza, identidade e missão, com a medida fundamental do imaginário social e do eclesiástico implícito. Por isso a Igreja preconiza que "o próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação, autoformação" (JOÃO PAULO II, 1992)[41].

No que se refere à ressignificação presbiteral, Mendonça Filho (2010, p. 83)[42] preconiza que:

> O modelo presbiteral, a relação com o sagrado, e as narrativas que expressam uma forma de ser no mundo estão se redefinindo. A metamorfose acontece no ver a partir do mito. Daí o surgir de um "novo clero", sobretudo a partir do ano 2000, mesmo que com traços do antigo: mais centralizador, burocrático e com pouca expressão cultural. Como consequência, a conexão está com o avatar que supera em qualidade o real, mas não sobrevive sem este. O papel, portanto, da formação permanente é saber ler o intertexto que aí se produz. Para início de conversa faz-se urgente entender que as leis e os dogmas só poderão ajudar se entendermos suas narrativas, senão serão transgredidos sem nenhum pudor.

Ou seja, a formação permanente deve trazer o entendimento de que o homem é um ser de fé e necessita crescer continuamente neste aspecto. O presbítero é um homem de comunhão, que partilha sua vida e fé entre irmãos e irmãs. Neste entendimento sua consciência necessita amadurecer para que seja de fato imagem do Cristo Pastor (JOÃO PAULO II, 1992)[43]. O sacerdote, em sua plenitude, é o homem da comunhão, atuando juntamente com o povo, com o presbitério, religiosos e religiosas.

O sacerdote tem, assim, que ser levado a seguir Cristo na gratuidade do dom da vocação. A vocação é um chamado de Deus para a pregação de sua Palavra. A formação continuada faz do presbítero um discípulo missionário, que trilha caminhos de fé em comunhão com o povo. O ministro só será feliz a partir do momento que aprender a doar a vida para que outros tenham uma vida abundante.

O sacerdote não é um funcionário de Deus, mas sim seu servidor, pois conforme salientou Bento XVI (2011)[44] o sacerdote não é um administrador, mas um homem a quem Deus escolheu para imitar Cristo, "alguém que sabe como Ele ser humilde, amar a humanidade, ter sensibilidade para com os pobres, sustentar com coragem a Igreja lá onde ela é ameaçada".

---

[41] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 69.
[42] MENDONÇA FILHO, João da Silva. A ressignificação da formação permanente, da identidade presbiteral e da identidade do presbítero. *Revista de Cultura Teológica*. v. 18. n. 71, p. 79-89, 2010.
[43] Cf. *ibid.*, 1992, n. 73.
[44] BENTO XVI. (2011). *Sacerdote não é patrão da fé, destaca Bento XVI*. Disponível em: https://noticias.cancaonova.com/mundo/sacerdote-%C2%93nao-e-um-patrao-da-fe%C2%94-destaca-bento-xvi/.

Tudo isso, sem nunca perder o entusiasmo inicial, sem se entregar meramente a serviços burocráticos, a um clericalismo absurdo, ao afastamento do povo. O padre deve, antes de tudo, buscar a paixão ao Deus que serve para compartilhá-lo com o povo ao qual deve se doar sem medidas.

A formação continuada é a vivência pura da fé partilhada. O sacerdote deve sempre partilhar sua fé. "Somente Deus pode fazer-nos sacerdotes, somente Deus pode escolher os seus sacerdotes e se somos escolhidos, somos escolhidos por Ele" (BENTO XVI, 2011). A formação continuada é, dessa forma, o aprimoramento da vida espiritual ao longo da existência presbiteral.

2.1.6 Desafios na implementação da RFIS

Como dito anteriormente, existem muitos desafios na implementação da RFIS. No que concerne à formação integral, é fato notável que a formação humana, intelectual e pastoral trata-se de uma dificuldade por exigir uma concepção holística do candidato e uma eficaz coordenação por parte dos diferentes setores formativos (WONG, 2018)[45]. A RFIS destaca a relevância do acompanhamento individualizado dos candidatos, o que acaba demandando tempo, recurso e adequado preparo dos formadores (CNBB, 2019).

A RFIS também está voltada para as particularidades culturais e eclesiais da cada região, exigindo experiência e criatividade dos que são responsáveis pela formação sacerdotal. Além disso, como a RFIS trata a questão da sexualidade mais explicitamente acabam sendo gerados debates e dificuldades na aplicação prática, principalmente no tocante à vivência do celibato e da castidade. Rose (2015)[46] discorre que é no Seminário que os jovens devem ser preparados para a vida em celibato, para tanto, os seus orientadores devem ser exemplos de retidão e fé, vivenciando verdadeiramente uma vida santificada em Cristo.

A crise vocacional é outro grande desafio, pois tem-se observado que o número de candidatos tem diminuído bastante em algumas regiões, fazendo com que seja pensada a premência de uma formação de qualidade, que atraia e prepare cada vez mais jovens para o

---

[45] WONG, Jorge Carlos Patrón. *Sacerdotes Profundamente Humanos:* Formação humana e vida espiritual. In: o Encontro com os Reitores e padres Espirituais dos Pontifícios Seminários Regionais da Itália, 13 de abril de 2018. Disponível em: http://www.clerus.va/contente.dam.clerus/Dox/Incontri/Forma%C3%A7%C3%A3o%20humana.pdf.

[46] ROSE, Michael S. *Goodbye, Good Men:* How Liberals Brought Corruption into the Catholic Church. Washington: Regnery, 2015.

ministério sacerdotal. Bustillo (2022)[47] propõe que a ordenação sacerdotal seja revisitada, regressando-se às fontes, para que os desafios laboriosos do mundo contemporâneo sejam respondidos. Para o autor as crises devem ser trabalhadas no sentido de encorajar os padres velarem por sua humanidade cuidarem do seu lado interior, cultivarem seus desejos e não sufocarem seus sonhos. Complementa que a missão do sacerdote não é salvar o mundo por meio de táticas e estratégias mirabolantes e sim conseguir viver sua vocação com paixão.

Não se pode também esquecer que a sociedade da contemporaneidade traz em seu bojo desafios inéditos, como o avanço da tecnologia, a secularização e a mudança de valores que vêm exigindo uma adequada resposta formativa da Igreja. THOMAS (2023)[48] defende em seu livro "*How to Resurrect a dying church",* que a tecnologia tem exercido um papel cada vez maior nas igrejas, quer seja no setor administrativo, na área pastoral e no modo como a fé é vivenciada e compartilhada, facilitando a gestão interna, melhorando a comunicação com os fiéis e expandindo o alcance da mensagem religiosa. No processo de formação sacerdotal, a autora defende que a tecnologia pode ser um estímulo para que o jovem vocacionado se sinta mais engajado com o mundo contemporâneo. A autora pontua ainda que a tecnologia dispõe de poderosas ferramentas para a modernização das igrejas. No entanto, adverte que a tecnologia deve ser utilizada de maneira eficiente, com sabedoria e discernimento, tendo como foco principal a promoção da fé e do bem comum.

De acordo com Cencini (2025) para que os desafios sejam superados faz-se necessário um empenho conjunto de toda a Igreja, contando com a assistência de bispos, formadores, teólogos e especialistas em diferentes áreas, fazendo com que a RFIS possa ser implementada de maneira relevante e eficaz no processo de formação de futuros presbíteros.

---

[47] BUSTILLO, Francois-Xavier. *A vocação do padre perante as crises*. Fátima – Portugal: Secretariado Nacional de Liturgia, 2022.

[48] THOMAS, Creola. *How to Resurrect a dying church*. eBook Kindle, 2023.

2.2 – CAPÍTULO 2: CELIBATO E A DIMENSÃO INTELECTUAL

O celibato sacerdotal é um tema que tem sido muito discutido ao longo dos anos. Como não é encontrado no Novo Testamento um preceito explícito sobre o assunto, aparecem muitas controvérsias e opiniões, dividindo o tema no campo eclesiástico. Na Igreja Latina os padres não podem contrair matrimônio (ALMEIDA, 2023)[49].

Destaca-se que a relação entre matrimônio e sacerdócio não é um tema que possa ser rapidamente explicado, para um melhor esclarecimento se faz necessária uma análise das Escrituras e também da Tradição. No entanto, já que toda construção – principalmente a intelectual parte dos fundamentos, deve-se antes compreender a ideia de celibato. Para tanto, vai-se destacar os eventos e momentos da história da Igreja que mais profundamente versaram sobre esse tema.

O celibato é enxergado por muitos indivíduos como pesado, pois estes o compreendem apenas como uma condição para a formação sacerdotal na Igreja, sem se darem conta do despertar de muitos candidatos no sentido de aderirem livre e conscientemente a vida célibe. Silva (2012)[50] descreve que o celibato ainda é compreendido por muitos como algo imposto pela Igreja. Neste sentido há uma imprecisão no que se refere à vida celibatária, que deve ser construída com tranquilidade, durante o processo formativo do futuro presbítero.

Essas perspectivas não surgiram do nada, ao contrário, vêm promovendo discussões a respeito do celibato ao longo da história. Dessa maneira, é importante se fazer uma breve análise das principais implicações históricas e teológicas, para se poder argumentar a respeito do celibato numa reflexão pastoral.

Ao escrever a Carta *Sacerdotalis Caelibatus*, em 1967, o Papa Paulo VI pontua que: "o celibato sacerdotal, que a Igreja guarda desde há séculos, como brilhante pedra preciosa, conserva todo seu valor mesmo nos nossos tempos, caracterizados por transformação profunda na mentalidade e nas estruturas"[51]. Tal encíclica pós-conciliar (Concílio Vaticano II) evidencia desde sua Introdução que o celibato sacerdotal foi e vem sendo muito criticado a partir do momento de sua obrigatoriedade. No entanto, para uma melhor compreensão da realidade, no

---

[49] ALMEIDA, Júlio Cesar Maia de. *O Celibato Sacerdotal:* Perspectiva Teológica, Histórica e Canônica. Niterói: Angelicum, 2023.

[50] SILVA, Luís Henrique Eloy e. (org.). *O dom do celibato na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2012.

[51] *Sacerdotalis Caelibatus*, 1967, n. 1. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis.html.

que se refere ao tema, será feito aqui um breve retrocesso histórico. Onde se buscou apresentar uma evolução da ideia de celibato, ao longo dos anos, buscando-se fazer uma correlação entre o papel da dimensão intelectual para uma melhor compreensão e maturidade desta doutrina.

2.2.1 Conceito e breve histórico do celibato na vida da Igreja

A partir dos primeiros séculos da Igreja até os dias de hoje o conceito de continência é basilar quando se busca designar claramente a obrigação do ministro sagrado. Na sua etimologia latina, tem o significado de capacidade de se conter, ser dono de suas afeições carnais, imperando sobre si mesmo, reafirmando a máxima da lei do espírito sobre a carne (STICKLER, 1993)[52].

A palavra utilizada pelo Concílio Vaticano II quando trata do celibato no Decreto *Presbyterorum ordinis* é: "Continência perfeita e perpétua por amor ao Reino dos Céus, recomendada por Cristo Senhor"[53].

No entanto, conforme ressalta Jésus Hortal (2011)[54], a obrigação da continência perfeita – que vincula os presbíteros – vai além do próprio celibato, uma vez que alude a abstenção de todo ato, interno ou externo, contra o Sexto e Nono Mandamento do Decálogo. Isto significa que enquanto a lei do celibato volta-se somente para um impedimento exterior, a continência abrange a concepção de um compromisso da prática dos votos também na prerrogativa interna, sendo continente não somente aos olhos dos homens, mas, principalmente aos de Deus (LIMA, 2010).

Almeida (2023) pontua que o conceito de celibato se desenvolveu aos poucos na vida da Igreja. Ou seja, este conceito não nasceu de uma teoria e sim da prática que se foi vivenciando ao longo da história, de maneira que os casados não fizessem uso da via matrimonial e os solteiros permanecessem sem se casar.

Cristo escolheu os seus ministros da salvação, querendo que participassem dos mistérios do reino celestial (Mt 13,11; cf. Mc 4,11; Lc 8,10), que fossem cooperadores de Deus e seus embaixadores na Terra (2Cor 5,20). Jesus os chamou de amigos e irmãos (cf. Jo 15,15; 20,1),

---

[52] STICKLER, Alfonso M. *Celibato eclesiástico- história e fundamentos teológicos* –tradução do Pe. Anderson Alves, 1993. Disponível em: http://www.presbiteros.com.br/site/celibato-eclesiastico-historia-fundamentos-teologicos/.

[53] CONCÍLIO VATICANO II. *Presbyterorum ordinis*, n.16: AAS 58 (1966), 1015.

[54] HORTAL, SJ, Jesús. Comentário ao cânon 277. In: CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 12ª edição revista e ampliada com a Legislação Complementar da CNBB. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2011, p.151.

consagrando-se por eles para que também eles se consagrassem na verdade (cf. Jo 17,19), prometendo uma recompensa muito abundante a todos que abandonassem a casa, família, mulher e filhos pelo reino de Deus (cf. Lc 18, 29-30). Recomendando também com palavras de mistério e promessas, uma perfeita consagração ao reino dos céus, com a virgindade, em decorrência de um dom especial (cf. Lc 18, 29-30).

O motivo de correspondência desse carisma é o reino dos céus, e, será neste reino (cf. Lc 18, 29-30), no Evangelho (Mc. 10, 29-30), e no nome de Cristo (Mt 19,29), que se encontrará estímulos para aceitar o convite de Jesus às renúncias da carne.

Dentro desta concepção, o celibato é, portanto, o mistério da novidade de Jesus, de tudo o que Ele significa, tratando-se do resultado da soma do Evangelho e do reino. É uma revelação da graça, oriunda do ministério pascal do redentor, tornando desejável e digna a escolha da continência perfeita daqueles que foram chamados por Cristo a participarem do ministério pascal e também a compartilharem com Ele o mesmo estado de vida (THURIAN, 2012)[55].

Entre os aspectos que provocam admiração nos ensinamentos da Igreja pode-se destacar a continuidade histórica, que veio ao longo dos anos revelando uma verdade fundamental, na Terra, depois do pecado original, o próprio Espírito Santo passou a guiar o povo de Deus. Neste sentido o celibato sacerdotal seguiu os passos do Corpo Místico de Cristo, que escolheu estabelecer esse modo de vida (PAXIMADI, 2012).

A Igreja, como maravilhosa Mãe e fidelíssima Esposa, estimulou com doçura e custodiou com firmeza essa dádiva de Cristo, Sacerdote e Virgem, como pode ser verificado nesse trecho do documento do início do século IV, escrito pelo Sínodo de Elvira (atual Espanha): "Ficou plenamente decidido impor aos Bispos, aos presbíteros e aos diáconos, como a todos os clérigos no exercício do ministério, a seguinte proibição: que se abstenham de suas esposas, e não gerem filhos; quem, porém, o fizer deve ser afastado do estado clerical"[56].

No entanto, esse cânon, considerado a mais antiga legislação sobre o tema que chegou até os dias atuais, não pode ser considerado como a origem da história do celibato, constituindo-se mais uma advertência contra a decadência. Segundo Pio XI[57], naquela época o celibato já era uma obrigação tradicional bem conhecida. Na verdade, o papel do sínodo foi recordá-la, acrescentando novas sanções para quem não a cumprisse.

---

55 THURIAN, Max. (2012) *Base Teológica do Celibato Sacerdotal*. Disponível em: http://www.presbiteros.com.br/site/base-teologica-do-celibato-sacerdotal/.

56 Sínodo de ELVIRA, cân. 33: DH 118-119.

57 "A lei do celibato eclesiástico, cujo primeiro traço escrito, o qual supõe evidentemente um costume mais antigo, encontra-se em um cânon do Concílio de Elvira no começo do século IV, quando durava ainda a perseguição, não faz senão tornar obrigatória uma certa exigência moral, poderíamos dizer, que brota do Evangelho e da pregação apostólica" (PIO XI. *Ad catholici sacerdotii*: AAS 28 [1935], 25).

De acordo com Stickler (1993) foi por meio de uma declaração estabelecida pelo Segundo Concílio Africano (ano 390), depois repetida pelo Concílio Cartaginense (de 419), que contou a com a presença de Santo Agostinho, que se estabeleceu uma luz sobre a questão do celibato sacerdotal. Onde pode ser lido:

> Convém que os sagrados Bispos, os sacerdotes de Deus, e os levitas, ou seja, todos aqueles que servem nos divinos sacramentos, sejam continentes por completo, para que possam obter sem dificuldades o que pedem ao Senhor; para também custodiemos o que os Apóstolos ensinaram e que todo o passado conservou (STICKLER, 1993, p. 36).

Pode-se observar por meio do texto acima descrito que a lei do celibato originou-se na pregação dos apóstolos, ou seja, surgiu dos seus ensinamentos que são parte da Divina Revelação, que não pode ser alterada. Assim o celibato só pode ser compreendido sob o prisma da novidade de Jesus, sacerdote máximo e eterno, que estabeleceu o sacerdócio ministerial como coparticipe do seu sacerdote único (TOUZE, 2002)[58].

Na realidade são poucos os homens chamados por Deus a configurar-se com seu filho no sacerdócio. Tal grupo não pode ter uma vida triste ou voltada para si, deve olhar com grandeza para sua missão e para a dignidade dela decorrente. Somente assim estarão totalmente conscientes de que suas almas precisam ser puras, para que o Espírito Santo nunca os abandone, conforme afirmava São João Crisóstomo[59].

E é com grande amizade e carinho que o Paráclito lhes fala pela boca do Apóstolo:

> Quisera ver-vos livres de toda preocupação. O solteiro cuida das coisas do Senhor, de como agradar o Senhor. O casado preocupa-se com as coisas do mundo, procurando agradar a esposa. [...] Digo isto para vosso proveito, não para vos estender um laço, mas para vos ensinar o que melhor convém, o que vos poderá unir ao Senhor sem partilha (I Cor 7, 32-33.35)[60].

Neste sentido, são várias passagens no Antigo Testamento que demonstram a crescente elevação moral do Povo de Deus e a consequente valorização da castidade. Primeiramente, se verifica um valor reconhecido ao matrimônio e à condenação do adultério: “o homem deixará o pai e a mãe, para se unir à mulher; e os dois serão uma só carne” (Gn 2, 24); “Se um homem

---

[58] TOUZE, Laurent. *Célibat sacerdotal et théologie nuptiale de l’ordre*, Dissertationes - Series Theologica, IX, Edizioni Università della Santa Croce, Roma, 2002.
[59] Cf. SÃO JOÃO CRISÓSTOMO. *Sur le sacerdoce*, VI, 2: SC 272, 307.
[60] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

cometer adultério com a mulher do seu próximo, o homem adúltero e a mulher adúltera serão punidos com a morte" (Lv 20, 10); "Não cometerás adultério" (Ex 20, 14)[61].

Mais tarde se observa o reconhecimento da nobreza da castidade: "A alma casta não tem preço" (Ecl 26, 20); "Quem poderá subir à montanha do Senhor e apresentar-se no seu santuário? O que tem as mãos inocentes e o coração limpo" (Sl 23, 3-4). E existem passagens que enaltecem a virtude da castidade: "Amaste a castidade e não quiseste, depois da morte de teu marido, conhecer outro homem; por isso o Senhor confortou-te, e serás eternamente bendita" (Jdt 15, 11)[62].

Jesus Cristo, unigênito de Deus, foi enviado ao mundo pelo Pai para que a humanidade submetida à morte e ao pecado, se regenerasse e, através de um novo nascimento (Jo 3, 5; Tt 3,5), entrasse no reino dos céus. Consagrando-se totalmente ao desejo do Pai (Jo 4, 34; 17,4), Jesus, por meio do seu ministério pascal realizou esta nova criação (2 Cor 5, 17; G 16, 15), trazendo para o mundo uma nova forma de vida, divina e sublime, que tem a capacidade de transformar a conjuntura terrena da humanidade (Gl 3, 28)[63].

No entanto, conforme destaca Silva (2008)[64] entre o Antigo e Novo Testamento, apesar de existirem elementos de continuidade, a valorização do celibato cristão é uma inovação no que se refere ao Judaísmo, que possuía uma ideia bastante positiva a respeito do matrimônio e da procriação, fundamentada na obediência a Deus, onde o Criador proclama: "Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele" (Gn 2, 18), ou: "Crescei, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra" (Gn, 1, 28). Neste contexto, pode-se observar que o estado celibatário era considerado uma situação humilhante para os judeus[65].

A perfeita continência, que os primeiros sacerdotes cristãos vivenciaram, era diferente da continência dos sacerdotes judeus, uma vez que para os cristãos "o ponto de referência era o exemplo e missão de Cristo, não a pureza ritual do Antigo Testamento". No Antigo Testamento, o Livro do Levítico apresenta muitas considerações a respeito da pureza ritual

---

[61] Ibid.
[62] Ibid.
[63] Ibid.
[64] SILVA, José Amilton da. (2008). *O olhar das religiões sobre a sexualidade*. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf.
[65] Cf. MANZI, Franco. O Celibato Sacerdotal: um pouco de história. O celibato sacerdotal é uma disciplina da Igreja Latina ou tem origem bíblica? In: CATTANEO, Arturo (org.). *Padres casados?* 30 questões provocadoras sobre o celibato. Brasília: Edições CNBB, 2012, p. 20-27.

exigida dos sacerdotes, só assim poderiam comer dos dons sagrados e exercer as cerimônias rituais (PAXIMADI, 2012, p. 19)[66].

Por meio do Novo Testamento chega-se à compreensão de que Jesus teve uma vida célibe, não contraiu matrimônio e nem gerou filhos, justificando sua opção numa entrega total pela causa do reino de Deus (TOUZE, 2002).

Assim, pelo celibato, um ato de amor ao reino dos céus, os sacerdotes se consagram a Cristo de uma maneira privilegiada, pois poderão se aderir mais a Ele com o coração indiviso, dedicando-se mais profundamente a Ele e por Ele no serviço de Deus e aos homens, servindo com maior disponibilidade ao reino e à obra do Senhor, tornando-se mais aptos a receber a paternidade em Cristo, gerando filhos para o reino de Deus (MARZOTTO, 1979)[67].

2.2.1.1 A Reforma Gregoriana

Historicamente a origem e o desenvolvimento da disciplina do celibato não possui uma percepção consensual, pois alguns estudiosos entendem uma procedência de origem divina, outros, por sua vez, principalmente no que se refere à disciplina da Igreja latina, defendem que se trata de uma instituição eclesiástica, que começou a desenvolver-se a partir do século IV, e para muitos foi introduzida a partir do Concílio de Latrão (LORDA, 2009)[68].

O Concílio de Elvira, acontecido no início do século IV, e o Concílio de Latrão (1139) são apresentados efetivamente como dois pontos fundamentais, uma vez que é a partir deles que o celibato sacerdotal foi estendido para toda a Igreja. No entanto, somente no Direito Canônico de 1917 que irá aparecer uma legislação sobre o celibato, ou seja, será a primeira vez que se verá uma referência explícita sobre o tema, denominado como continência (STICKLER, 1993).

Entre os séculos XI e XIII o papado procurou liderar um movimento de reformas. Desde o período de Gregório VII (1020-1085) se lutava por uma modificação na estrutura organizacional da Igreja e da própria sociedade. Esse movimento, tratou-se de um processo

---

[66] PAXIMADI, Giorgio. O Celibato Sacerdotal: um pouco de história. Não é um resíduo, agora superado da pureza ritual, requerida para o sacerdote do Antigo Testamento? In: CATTANEO, Arturo (org.). *Padres casados?* 30 questões provocadoras sobre o celibato. Brasília: Edições CNBB, 2012, p. 17-20.

[67] MARZOTTO, Damiano, «Sulla natura del celibato sacerdotale. Analisi degli ultimi documenti del Magistero (1964-1974)», in *La Scuola Cattolica*, 107 (1979) 591-628.

[68] LORDA, Juan Luis. *El celibato sacerdotal: Espiritualidad, disciplina y formación de las vocaciones al sacerdócio*. Pamplona: Eunsa, 2009.

amplo e complexo. Dentre suas muitas questões destacou-se a preocupação com a moral clerical, pois havia a compreensão de que todo esforço por parte da cúria só seria efetivo se o conjunto dos clérigos, seculares ou regulares[69], fosse distinguido dos leigos por sua obediência à Igreja, por meio do seu comportamento moral. Assim, os clérigos deveriam ser continentes, sóbrios, celibatários e santificados, ou seja, deviam manter o controle sobre os impulsos e desejos carnais (STICKLER, 1993).

A Reforma Gregoriana também ficou conhecida como Reforma Papal. Nas palavras de Silva e Lima (2002)[70]:

> Denomina-se Reforma Papal o longo e complexo movimento de reformulação da Igreja, promovido pelos pontífices romanos e seus auxiliares, entre os séculos XI e XIII. Desenvolvida a partir das iniciativas secular e monástica de reforma eclesial, tornou-se independente e resultou no nascimento da Igreja Católica Romana, que reuniu, sob a direção da Cúria Papal, todas as dioceses ocidentais. Os pontos principais desta reforma foram: a organização de toda a hierarquia clerical tendo como liderança o bispo de Roma; a luta contra a intervenção laica nas questões eclesiais; a moralização do clero e a catolicalização da sociedade (SILVA; LIMA, 2002, p. 89).

Desse modo, muitas estratégias foram utilizadas pela Igreja buscando instaurar o seu projeto ideal de vida religiosa e de sociedade. Nesse período, o Direito Canônico foi reformulado e ampliado; a Igreja passou a escolher o papa por meio de um Colégio de Cardeais; os arcebispos começaram a ser eleitos; foram fundadas cortes eclesiásticas para tratar de problemas eclesiais e também de problemas de caráter moral, como casamentos e heranças; começou uma maior preocupação com a educação de clérigos e leigos; foi imposta o uso da liturgia romana para toda a cristandade ocidental; a corte papal foi organizada; foram instituídos e enviados legados como representantes diretos da Igreja para a introdução da reforma em diferentes regiões; começaram os concílios universais e a divulgação de decretos conciliares nas províncias eclesiásticas; normalizou-se o casamento leigo e se impôs a continência e/ou

---

[69] Os seculares eram os que atuavam diretamente com os fiéis e tomavam ordens sagradas. Poderiam ser clérigos pertencentes às ordens maiores (subdiáconos, diáconos, presbíteros, bispos) ou às menores (ostiários, leitores, exorcistas e acólitos). Atuavam nos templos locais (ermitas, capelas etc.), nas paróquias, nas catedrais ou até mesmo nos cabidos e na cúria, ocupando diferentes cargos, como arciprestes, arcediagos, arcebispos, cardeais ou papas. Os regulares eram religiosos vinculados a uma determinada instituição – geralmente iniciada pela ação de um fundador – e poderiam pertencer a uma das quatro grandes ordens: monástica, mendicante, militar ou canônica. Realizavam votos de obediência, pobreza e castidade e viviam em comunidade sob a diretriz de uma regra (SILVA; LIMA, 2002, p. 91-92).

[70] SILVA, Andréia Cristina Lopes da; LIMA, Marcelo Pereira. A Reforma Papal, a Continência e o Celibato Eclesiástico: Considerações sobre as práticas Legislativas do Pontificado de Inocêncio III (1198-1216). *História: Questões & Debates*, Curitiba, 37(2): 83-109, 2002.

celibato para os clérigos; começou a organização dos processos de canonização, e a difusão da confissão e comunhão anual etc. (BOLTON, 1985)[71].

Assim além de ser estabelecido um governo eclesiástico, por meio da criação de inúmeros organismos e instâncias de poder, se buscou também a implantação de um modelo de sociedade onde todos – clérigos e leigos, deveriam ter espaços e condutas bem definidos. "Os organizadores, centralizadores e moralizadores de todo o corpo eclesiástico, tendo como ponto central a Cúria Papal e delimitando as esferas de ação dos leigos, tinham como escopo o fortalecimento e a independência da Igreja (SILVA; LIMA, 2002, p. 90).

Um dos objetivos buscados pela Igreja, no comando do papado foi tracejar um perfil ideal de comportamento para ser seguido pelos clérigos (regulares e seculares). Tal esforço era pauta da Reforma Papal, que só reconhecia a relevância social, política e religiosa de um grupo eclesial extremamente correto com total capacidade para atender os anseios e críticas dos leigos. A Reforma tendia a ampliar a presença da Igreja no meio social, através da instrução e da pastoral, eliminando a influência laica diante das questões eclesiais, lutando, assim, pela preservação do patrimônio eclesiástico (GALLEGO BLANCO, 1973)[72].

Nas palavras de Silva e Lima (2002):

> Dessa forma, o papado formulou estratégias para controlar mais de perto o comportamento de clérigos, pois os casados ou em concubinato não estavam habilitados, na perspectiva de Roma, para reger a ordem matrimonial, pois não preenchiam o principal papel almejado pelos reformadores romanos: o de serem imunes às práticas matrimoniais dos leigos. Neste sentido, os reformadores papais procuraram, dentre outras iniciativas, impor a continência e o celibato aos homens da Igreja. É necessário ressaltar, porém, que nem todos precisavam aceitar o celibato como uma obrigação. Essa distinção relacionava-se à ordem sagrada que o clérigo portava (SILVA; LIMA, 2002, p. 95).

Assim sendo, essa imposição do celibato aos clérigos regulares e seculares relacionava-se a uma gama de questões práticas, como a preocupação com a preservação do patrimônio eclesiástico, a necessidade de uma maior dedicação às funções eclesiásticas, além da ideia de que estes clérigos deveriam ser santificados, estar acima dos demais devido a um comportamento irrepreensível, privando-se dos prazeres, especialmente dos carnais, para estarem mais próximos de Deus e competentes para exercerem os ofícios pastorais, adquiridos

---

[71] BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média.* Lisboa: Ed. 70, 1985.
[72] GALLEGO BLANCO, Enrique. *Relaciones entre la Iglesia y el Estado en la Edad Media.* Madrid: Revista de Occidente, 1973.

após a ordenação. Adotava-se, então, a convicção de que o corpo eclesiástico deveria ser diferenciado dos leigos, estando totalmente comprometido com as causas da reforma da *ecclesia universalis*, para se conseguir a unidade da Igreja e a submissão dos fiéis (MCGOVERN, 2004)[73].

A Reforma Gregoriana teve uma consequência importante: o II Concílio de Latrão, que declarou como ilegítimos os matrimônios contraídos por clérigos maiores e por consagrados, ou seja, inválidos. Na verdade, tal fato gerou um "mal-entendido, difundido inclusive hoje em dia: o de que o celibato eclesiástico foi introduzido só a partir do segundo Concílio de Latrão. Quando na verdade, ali só se declarou inválido o que sempre havia estado proibido" (STICKLER, 1993, p. 153).

2.2.1.2 O Concílio Vaticano II e a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*

De acordo com Paulo VI (1967)[74]:

> Julgamos, portanto que a lei vigente do celibato consagrado deve, ainda hoje, acompanhar firmemente o ministério eclesiástico; deve tornar possível ao ministro a sua escolha, exclusiva, perene e total, do amor único e supremo de Cristo e a sua dedicação ao culto de Deus e ao serviço da Igreja, e deve ser característica do seu estado de vida, tanto na comunidade dos fiéis como na profana (PAULO VI, 1967).

Pode-se observar que o texto confirma o celibato clerical no Concílio Vaticano II, legitimando de novo sua importância, obrigatoriedade e sacralidade, para os Ministros da Igreja Católica. O Concílio Vaticano II trouxe uma série de modificações para a Instituição cristã, incluindo uma visão mais progressista para que a Igreja ficasse mais adequada a seu tempo, chegando mesmo a se aventar a ideia de que a prática celibatária se tornasse opcional e não obrigatória (ALMEIDA, 2023).

De acordo com o Dossiê Fides (2006)[75], haviam muitas objeções relacionadas à obrigatoriedade do celibato dos presbíteros, como por exemplo: não foi uma imposição de Jesus, apenas uma sugestão; os motivos do celibato são muitas vezes interpretados com muito pessimismo em relação à carne; nem todos os aspirantes ao sacerdócio teriam o dom de viver o

---

[73] MCGOVERN, Thomas, *El celibato sacerdotal: Una perspectiva actual*. Madrid: Cristiandad, 2004.
[74] Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, 1967: 04.
[75] DOSSIÊ FIDES. (2006). A Igreja Católica e a Importância do Celibato. Disponível em: www.fides.org/pt/attachments/dossier_celibato_110306.doc.

celibato; sua obrigatoriedade é a principal causa da falta de vocacionados; o celibato é uma condição que vai contra a natureza humana. Esses questionamentos eram conduzidos por sujeitos que consideravam o celibato somente como uma construção que a Igreja impôs a seus clérigos, restringindo assim, a uma questão unicamente disciplinar que deveria ser repensada sob o prisma da mentalidade atual.

Assim, o Concílio Vaticano II confirmou a lei do celibato sacerdotal, mas não o tornou obrigatório. O Concílio clamou aos fiéis que rezassem para que Deus concedesse o celibato à Igreja. O Concílio explicou os motivos do celibato e, por outro lado, declarou que a virgindade não era obrigatória para o sacerdócio (DOSSIÊ FIDES, 2006).

No período dos debates do Concílio Vaticano II o Papa Paulo VI publicou, em 1965, o Decreto *Presbyterorum Ordinis*, que abarcava o ministério e a vida dos sacerdotes, as bases da identidade, missão e vida dos presbíteros. No tocante ao celibato afirmava que:

> 16. A continência perfeita e perpétua por amor do reino dos céus, recomendada por Cristo Senhor[76], generosamente aceite e louvavelmente observada através dos séculos e mesmo em nossos dias por não poucos fiéis, foi sempre tida em grande estima pela Igreja, especialmente na vida sacerdotal. É na verdade sinal e estímulo da caridade pastoral e fonte singular de fecundidade espiritual no mundo[77]. De si, não é exigida pela própria natureza do sacerdócio, como se deixa ver pela prática da Igreja primitiva[78] e pela tradição das Igrejas orientais, onde, além daqueles que, com todos os Bispos, escolhem, pelo dom da graça, a observância do celibato, existem meritíssimos presbíteros casados. Recomendando o celibato eclesiástico, este sagrado Concílio de forma nenhuma deseja mudar a disciplina contrária, legitimamente vigente nas Igrejas orientais, e exorta amorosamente a todos os que receberam o presbiterado já no matrimónio, a que, perseverando na sua santa vocação, continuem a dispensar generosa e plenamente a sua vida pelo rebanho que lhes foi confiado[79].

Após o Concílio Vaticano II houve uma maior reflexão e atenção sobre este tema por parte do Magistério, principalmente por causa das mudanças sociais que estavam ocorrendo na

---

[76] Cfr. a chamada *Constitutio Ecclesiastica Apostolorum*, XVIII: «os Presbíteros são symmystai e synepimachoi dos Bispos (ed. Th. Schermann, *Die allgemeine Kirchenordnung*, I, Paderbon, 1914, p. 26; A. Harnack, T. u. U. II, 5, p. 13, n. 18 e 19) ; Pseudo-Jerónimo, *De Septem Ordinibus Ecclesiae*: « … na bênção são participantes dos ministérios juntamente com os Bispos» (ed. A. W. Kalff, Würzburg 1937, p. 45) ; S. Isidoro de Sevilha, *De Ecciesiasticis Officiis*, II, c. VII: «Presidem à Igreja de Cristo e na confecção do Corpo e do Sangue são participantes juntamente com os Bispos, bem como na doutrinação dos povos e no ofício de pregar» (PL 83, 787).
[77] Cfr. Didascalia, II, 28, 4 (ed. F. X. Funk, p. 108); *Constitutiones Apostolorum,* II, 28,4; II, 34,3 (ibid. p. 109 e 117).
[78] Ibid. VIII, 16, 4 (ed. F. X. Funk, I, p. 523); cfr. *Epitome Const. Apost.*, VI (ibid. II, p. 80, 34); *Testamentum Domini:* «…dá-lhe o Espírito de graça, de conselho, e de magnanimidade, o espírito de presbiterado… para ajudar e governar o teu povo em obras com temor e coração puro» (trad. I. E. Rahmani, Mogúncia, 1899, p. 69). Igualmente, na *Trad. Apost.* (Ed. B. Botte, *La Tradition Apostolique*, Münster i. W., 1963, p. 20).
[79] Cfr. Núm. 11, 16-25.

época. Em 1967, o Papa Paulo VI publicou a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, onde explicou a razão do celibato, referindo-se ao Concílio:

> 17. É certo, conforme declarou o Concílio Ecumênico Vaticano II, que a virgindade "não é requerida pela própria natureza do sacerdócio, como se conclui da prática da Igreja primitiva e da tradição das Igrejas Orientais". Mas o mesmo Sagrado Concílio não hesitou em confirmar solenemente a antiga, sagrada e providencial lei vigente do celibato sacerdotal, expondo também os motivos que a justificam aos olhos de quem sabe apreciar com espírito de fé e com fervor íntimo e generoso os dons divinos (PAULO VI, 1967).

Por esse motivo, defende que o celibato consagrado deve, ainda no mundo atual, fazer parte do ministério eclesiástico, tornando possível ao ministro a sua escolha, "exclusiva, perene e total, do amor único e supremo de Cristo e a sua dedicação ao culto de Deus e ao serviço da Igreja, e deve ser característica do seu estado de vida, tanto na comunidade dos fiéis como na profana"[80].

Fala também sobre o significado cristológico do Celibato:

> 19. O sacerdócio cristão, que é novo, só pode ser compreendido à luz da novidade de Cristo, Pontífice máximo e Sacerdote eterno, que instituiu o sacerdócio ministerial como participação do seu sacerdócio único[81]. Portanto o ministro de Cristo e administrador dos mistérios de Deus (*1 Cor* 4, 1), encontra também nele o modelo direto e o ideal supremo (cf. *1 Cor* 11, 1). O Senhor Jesus Cristo, Unigênito de Deus, enviado ao mundo pelo Pai, fez-se homem para que a humanidade sujeita ao pecado e à morte, fosse regenerada e, por meio dum nascimento novo (*Jo* 3, 5; *Tt* 3, 5), entrasse no reino dos céus. Consagrando-se inteiramente à vontade do Pai (*Jo* 4,34; 17, 4), Jesus realizou, por meio do seu mistério pascal, esta nova criação (*2 Cor* 5, 17; *Gl* 6, 15), introduzindo no tempo e no mundo uma forma de vida, sublime e divina, que transforma a condição terrena da humanidade (cf. *Gl* 3, 28) (PAULO VI, 1967).

Ou seja, segundo os princípios de Paulo VI, os sacerdotes estariam mais livres para servir a Igreja e teriam mais intimidade com Jesus se mantivessem uma vida celibatária. Por meio de sua configuração com Cristo, o presbítero compartilha da missão pastoral que Este entregou a seus apóstolos, cooperando com a edificação da Igreja. Por esse motivo, o Papa reconheceu que o modo mais conveniente para participar dessa missão é sendo célibe, consagrado a Deus (MOHLER, 2012)[82].

---

[80] *Sacerdotalis Caelibatus*, 1967, 14.
[81] Conc. Ecum. Vat. II, Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 28; Decr. *Presbyterorum Ordinis*, n. 2.
[82] MOHLER, Johann Adam, *El celibato sacerdotal*. Madrid: Encuentro,2012.

Na realidade, a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* apesar de apresentar uma imagem exigente e rigorosa do sacerdócio, traz em seu bojo uma sensibilidade profunda e uma grande preocupação com a formação e a vida sacerdotal. Sua reflexão teológica encontra-se em perfeita consonância com os ensinamentos do Magistério, "integrando uma grande conformidade e afinidade com a Tradição doutrinal da Igreja, sobretudo, com a reflexão resultante do Vaticano II, do qual recolherá concepções fundamentais" (CARNEIRO, 2017, p. 4)[83].

Não é uma síntese ou repetição da Tradição doutrinal e da disciplina, uma vez que traz orientações a uma visão teológica ampla, abrindo caminho para o desenvolvimento futuro. Paulo VI descreve as razões teológicas do celibato clerical, demonstrando a propriedade de uma vida célibe para o exercício pastoral. Neste entendimento, o Pontífice convida expressamente os sujeitos que são favorecidos de condições espirituais, doutrinais e teológicas, a compreenderem de forma clara a lógica a importância de uma entrega total a Cristo e à Sua Igreja (MOHLER, 2012).

Destaca-se, dessa maneira, que a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* é um documento de grande importância para a Igreja, uma vez que trata do tema celibato de uma maneira abrangente e também clara e elucidativa (ALMEIDA, 2023).

2.2.1.3 Direito Canônico e o Celibato: Câns. 276; § 1,2 e 277; § 1

O Catecismo da Igreja Católica – CIC (2000, 1599), considera o presbítero como um homem escolhido, diferente do homem comum. Do mesmo modo que o pastor se diferencia de suas ovelhas, o sacerdote também necessita adotar uma conduta diferençada. No tocante ao celibato, o Catecismo declara que: "Na Igreja Latina, o sacramento da Ordem para o presbiterado normalmente é conferido apenas a candidatos que estão prontos a abraçar livremente o celibato e manifestar publicamente sua vontade de guardá-lo por amor ao reino de Deus e do serviço dos homens"[84]. Dentro deste contexto a Igreja Católica, e seus representantes, são regulados pelo Direito Canônico.

O Direito Canônico surgiu com o propósito de organizar e manter a ordem de acordo com os anseios da vida em comunidade e dos preceitos divinos estabelecidos e divulgados pela Igreja Católica. "Muitos dos institutos existentes no direito ocidental moderno foram inspirados

[83] CARNEIRO, Fernando Jorge Brandão. *O celibato sacerdotal*: uma reflexão em torno da encíclica Sacerdotalis Caelibatus. Tese de Mestrado em Teologia. Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2017.
[84] CIC, 2000, 1599.

ou copiados do Direito Canônico, pela funcionalidade que este revela para com os fins a que foi criado" (SAMPEL, 2001, p. 37)[85].

A partir do desenvolvimento do mundo moderno, a Igreja Católica sentiu de fato, a necessidade de constituir um Código de Direito Canônico, de uma maneira mais detalhada e próxima da encontrada hoje. Até 1917 a Igreja era regida por um conjunto de normas jurídicas (espirituais e temporais) dispersas, ou seja, não colocadas em código unificado. O Concílio Vaticano I[86] fez referência à necessidade da realização de uma compilação onde fossem agrupadas, ordenadas e codificadas com ordem e clareza todas as normas em vigor, e que fossem eliminadas as que não estivessem mais vigorando (LOMBARDÍA, 2008)[87].

Após doze anos de trabalhos intensos, Bento XV (1914- 1922) promulgou o Código em 27 de maio de 1917, entrando em vigor em 19 de maio de 1918. O Código de Direito Canônico de 1917 ficou conhecido como Código Pio-Beneditino (LIMA, 2004)[88].

Em 25 de janeiro de 1983, foi promulgado o novo Código de Direito Canônico, substituindo o de 1917, entrando em vigor em 27 de novembro de 1983. De acordo com Gruszynski (1999)[89]:

> A história da elaboração do novo Código encontra-se descrito no Prefácio que acompanha suas edições, que transcreve o Decálogo de princípios para a reforma, aprovado no Sínodo dos Bispos de 1967, e justifica a nova sistemática adotada. Esse Prefácio é de leitura indispensável para que se tenha uma visão real, embora sintética, dos trabalhos que resultaram no novo Código. (GRUSZINSKI, 1999, p. 121)

Assim, ao renovar os cânones, a Igreja Católica teve como objetivo principal guiar os cristãos no que se refere aos seus direitos e deveres, uns com os outros e para com a comunidade eclesiástica. Procurou definir um caminho puro para a vida cristã, evidenciando que o respeito e o amor ao próximo são as máximas da vida em Cristo, pois segundo João (13, 35): "Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos"[90].

De acordo com Lourencini (2014)[91], o Direito Canônico está ligado diretamente com a vida de mais de um bilhão de católicos no mundo, estando condensado no Código de Direito

---

[85] SAMPEL, Edson Luiz. *Introdução ao Direito Canônico*. São Paulo: LTR, 2001.
[86] Convocado pelo Papa Pio IX, ocorreu entre 1869 e 1870 (LIMA, 2004).
[87] LOMBARDÍA, Pedro. *Lições de direito canônico*. São Paulo: edições Loyola, 2008.
[88] LIMA, Maurílio C. *Introdução à História do Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 2004.
[89] GRUSZYNSKI, Alexandre Henrique. *Direito eclesiástico*. Ed. Síntese, Porto Alegre, 1999.
[90] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[91] LOURENCINI, Antônio Rogério. O direito canônico e a formação do direito ocidental moderno: Dos fundamentos do direito canônico à sua geral influência no ordenamento jurídico estatal, mormente no direito de família (matrimônio). *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 3919, 25 mar. 2014.

Canônico, sendo reguladas as regras de direito material, processual, entre outras. Após o segundo Concílio Vaticano II, o código precisou ser revisado à luz dos documentos e teologia por este apresentado, onde depois de vários rascunhos e muitos anos de discussão, o atual Código (1983) foi promulgado pelo Papa João Paulo II. Para as Igrejas Orientais o Papa João Paulo II promulgou um Código novo, estabelecido como o Código dos Cânones das Igrejas Orientais em 18 de outubro de 1990, através da constituição apostólica.

A primeira fonte do Direito Canônico é o Direito Divino, proveniente da Sagrada Escritura, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento e dos Principais Testemunhos Patrísticos, os doutores da Igreja. O antigo direito Hebraico, que foi redigido pelos Hebreus, por exemplo, também exerceu forte influência no Direito Canônico, como fonte histórica (LOMBARDÍA, 2008).

Por esse motivo, Leite e Figueiredo (2015) apontam que o Direito Canônico existe desde a criação do homem e da mulher na Terra, estando registrado no Antigo Testamento, no primeiro Livro da Bíblia Sagrada e do Pentateuco, no primeiro capítulo, que versa sobre as origens, no Gênesis, em seus versículos 26 a 30[92].

No que se refere ao celibato, o Código de Direito Canônico (1983) delibera que:

> Cân. 276 - § 1. Os clérigos estão obrigados, por motivo peculiar, a tender à santidade na sua vida, uma vez que, consagrados a Deus por novo título na recepção da ordem, são os dispensadores dos mistérios de Deus para o serviço do seu povo.
> § 2. Para poderem adquirir esta perfeição
> 1º antes de mais, desempenhem fiel e esforçadamente os deveres do ministério pastoral;
> 2º alimentem a sua vida espiritual na dupla mesa da sagrada Escritura e da Eucaristia; pelo que, os sacerdotes são instantemente convidados a oferecer diariamente o Sacrifício eucarístico, e os diáconos a participar também quotidianamente nessa oblação;
> 3º os sacerdotes e os diáconos que aspiram ao sacerdócio têm a obrigação de rezar diariamente a liturgia das horas segundo os livros litúrgicos próprios e aprovados; os diáconos permanentes rezam-na na parte determinada pela Conferência episcopal;
> 4º igualmente têm a obrigação de participar nos exercícios espirituais, segundo as prescrições do direito particular;

[92] Então Deus disse: 'Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar,
sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra'. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou-o homem e a mulher. Deus os abençoou: 'Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra'. Deus disse: 'Eis que eu vos dou toda a erva que dá semente sobre a terra, e todas as árvores frutíferas que contém em si mesmas a sua semente, para que vos sirvam de alimento. E a todos os animais da terra, a todas as aves dos céus, a tudo o que se arrasta sobre a terra, e em que haja sopro de vida, eu dou toda erva verde por alimento' (BIBLIA SAGRADA, 2002).

> 5º recomenda-se-lhes que façam regularmente oração mental, se aproximem frequentemente do sacramento da penitência, honrem com particular veneração a Virgem Mãe de Deus e empreguem outros meios de santificação comuns e particulares.

O Cânon 277 § discorre sobre a continência perfeita:

> Cân. 277 — § 1. Os clérigos têm obrigação de guardar continência perfeita e perpétua pelo Reino dos céus, e, portanto, estão obrigados ao celibato, que é um dom peculiar de Deus, graças ao qual os ministros sagrados com o coração indiviso mais facilmente podem aderir a Cristo e mais livremente conseguir dedicar-se ao serviço de Deus e dos homens.

Cabe destacar que a legislação da Igreja Católica, não se apresenta como uma imposição, ao contrário, como um dom oferecido por Jesus Cristo a todos que são chamados ao sacerdócio. Por isso o celibato deve ser vivido com amor, alegria e gratidão (ALMEIDA, 2023, p. 124).

A origem do Cânon 277 §1 está relacionada com o chamado do presbítero e com o fato dele não estar comprometido com o Sacramento do Matrimônio. Assim, o cumprimento do celibato exige que o clérigo esteja em constante vigilância no que se refere ao compromisso assumido diante de Deus e da comunidade. Por esse motivo, faz-se necessária a devida formação humana, cristã e ministerial, começando na formação no Seminário e prolongando-se por toda a vida presbiteral (can. 247; 248-252).

Para Leite e Figueiredo (2015)[93] a origem do cânon 277;1 é parte do desenvolvimento de um processo de formação de um autêntico cristão que vivencia a vida cristocêntrica. Os autores complementam que:

> A vida cristocêntrica está diretamente vinculada à vida de todo cristão batizado: Sumo Pontífice, Bispos, Sacerdotes, Religiosos Consagrados e não consagrados, os Leigos. A ação do próprio Cristo na vida de cada batizado repercute de acordo com as opções preferenciais do próprio cristão batizado e em como levará a sua vida: se for de comunhão ou não com a Santa Madre Igreja, e é este o grande Mistério que, propositalmente, o próprio Deus vai vislumbrando aos seus filhos na caminhada pela vida. A própria psicanálise apresenta como solução para seus "pacientes" com relação aos problemas particulares que os assolam a grande verdade: só o próprio "paciente" pode mudar alguma coisa (LEITE; FIGUEIREDO, 2015, p. 874).

[93] LEITE, Andrea Regina; FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. Direito Canônico Contemporâneo: Celibato dos Sacerdotes na Igreja Católica Apostólica Romana. *Revista Jurídica Uniandrade* – nº 23 – vol. 02 - 2015.

Foi na antiga Antioquia da Síria que os seguidores de Jesus foram chamados de cristãos pela primeira vez. Uma vida cristocêntrica tem Cristo como centro da existência humana. (LETHAM, 2007)[94]. O sacerdote que assume o celibato, inevitavelmente, terá momentos de solidão, mas também momentos de terna felicidade. Por isso, deve buscar uma vivência afetiva saudável. Uma afetividade benéfica tanto para si como para os outros. Assim o celibatário irá entender como se processa a dinâmica da existência humana no que se refere ao fato do homem ser feito para amar e ser amado. Essas realidades precisam "ser assumidas corajosamente e com sinceridade" (SCIADINI, 2003, p. 35)[95]. Dessa maneira, o sujeito que assume essa prerrogativa deve se reconhecer como um ser com capacidade para amar e receber amor, não o amor reduzido ao sexo, mas um amor que se amplia nas multifacetadas expressões de afeto.

O sacerdote, ao corresponder à vocação divina estará respondendo ao amor que Jesus Cristo mostrou de maneira sublime: "Porque Deus amou tanto o mundo, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna" (Jo 3,16)[96]. Por isso, o presbítero ao escolher o celibato consagrado estará sinalizando amor sem reservas, estímulo de caridade e uma manifestação particular de graça, que se origina no ministério pascal do redentor (BOISVERT, 1994)[97].

2.2.2 Formação sacerdotal e celibato

> O sacerdócio exige a educação para uma vida ascética que capacite para a disciplina, a renúncia, a mortificação e o domínio dos sentidos. A formação deve ajudar a alcançar uma liberdade interior que disponha os candidatos para o seguimento de total doação a Cristo e ao serviço dos homens[98].

Assim, a formação sacerdotal tem como objetivo desenvolver no futuro presbítero um amor profundo pelo sacramento da Eucaristia, constituindo-se como centro e o eixo de sua vida e atividade sacerdotal, e a força que irá impulsioná-lo a ser discípulo missionário. Neste

---

[94] LETHAM, Robert. *A obra de Cristo*. [Tradução Valdeci da Silva Santos]. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
[95] SCIADINI, Patrício. *A castidade*: cântico de amor**.** São Paulo: Loyola, 2003.
[96] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[97] BOISVERT, Laurent. *O celibato Religioso*. São Paulo. Ed. Paulus, 1994.
[98] PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. (2009). *Recomendações Pastorais da Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina.* A Formação Sacerdotal nos seminários. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/pcal/documents/rc_cbishops_pcal_20090220_pastorale_po.html.

entendimento, o ambiente formativo deve promover no seminarista um ato de amor e reverência para com o Santíssimo Sacramento.

Por esse motivo, destaca-se que a formação sacerdotal necessita ser integral, ou seja, todos os seus aspectos precisam ser respeitados. A formação cristã, por sua vez, não pode ser compreendida como um adestramento, pois na verdade trata-se de uma "transformação do próprio ser do homem, e cada mudança ontológica não pode ser senão operada por Deus, por meio do Espírito, cuja obra, como se recita no Credo, é de <<dar a vida>>"[99].

O celibato é um dom recebido pela Igreja, recebido e bem guardado, por se tratar um bem para ela e para o mundo. Assim como toda preciosidade evangélica, deve ser vivenciado pelos futuros sacerdotes como um dom da misericórdia, uma novidade libertadora, pois:

> O celibato é uma antecipação, tornada possível pela graça do Senhor, que nos "atrai" para Si rumo ao mundo da ressurreição; convida-nos sempre de novo a transcender-nos a nós mesmos, este presente, rumo ao verdadeiro presente do futuro, que hoje se torna presente[100].

Observa-se, portanto, que o celibato se trata de uma correspondência de amor do sujeito que deixando "pai e mãe, segue Jesus Bom Pastor, numa comunhão apostólica ao serviço do Povo de Deus (JOÃO PAULO II, 1992)[101]. Para viver o dom recebido com generosidade e amor o sacerdote deve ter a compreensão, desde o tempo de seminarista, da importância da dimensão teológica e motivação espiritual da disciplina eclesiástica sobre o celibato[102].

2.2.3 O Celibato como vocação da libertação em Cristo

Ao se pensar no celibato como vocação, pode-se utilizar como fonte o texto bíblico do Novo Testamento. Assim, encontra-se no Evangelho de São Mateus, o relato de indivíduos que devido ao amor pelo Reino de Deus acabaram se configurando como eunucos. O texto revela "com efeito, há eunucos que nasceram assim do ventre da mãe, e há os que foram feitos eunucos

---

[99] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. (2013). *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cclergy/documents/rc_con_cclergy_doc_20130211_direttorio-presbiteri_po.html.

[100] BENTO XVI, *Vigília por ocasião da conclusão do Ano Sacerdotal* (10 de junho de 2010): *l.c.*, 397-406.

[101] *Pastores Dabo Vobis* n. 29, 1992.

[102] Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Optatam totius*, 10; *C.I.C*, can. 247, § 1; Sagrada Congregação para a educação católica, *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (19 de março de 1985), 48; *Orientações educativas para a formação ao celibato sacerdotal* (11 de abril de 1974), 16: *EV* 5 (1974-1976), 200-201

por mão humana, e há os que a sim mesmos se fizeram eunucos por causa do Reino dos Céus" (Mt 19,12).

Cabe destacar que adotar o celibato pelo Reino requer do postulante a uma vida célibe um exercício devotado de liberdade. Pois ele deverá ter a consciência de que é livre, e somente por causa disso abraçou o celibato. Ou seja, na plena liberdade em Cristo teve condições de se fazer eunuco pelo Reino (SILVA, 2012).

Dessa maneira, conforme assinala a Congregação para o Clero (2103)[103]:

> Este, como dom e carisma particular de Deus, requer a observância da castidade, portanto da continência perfeita e perpétua por amor do Reino dos céus, para que os ministros consagrados possam aderir mais facilmente a Cristo com coração indiviso e dedicar-se mais livremente ao serviço de Deus e dos homens[104]: «o celibato, elevando integralmente o homem, contribui efetivamente para a sua perfeição»[105]. A disciplina eclesiástica manifesta, antes da vontade do sujeito, expressa pela sua disponibilidade, a vontade da Igreja, e encontra a sua razão última no laço estreito que o celibato tem com a ordenação sagrada, que configura o sacerdote a Jesus Cristo Cabeça e Esposo da Igreja[106].

Observa-se que ao se falar sobre liberdade em Cristo, deve-se reconhecer que todos foram libertos por Cristo. Quando se fala em liberdade para ser celibatário tem-se que "encarar não apenas as limitações que restringem a liberdade humana; mas devemos concentrar-nos também na escravidão oriunda do pecado" (HAERING, 1979, p. 118)[107]. Cristo remiu os homens por seu sangue, concedendo-lhes sabedoria, para que tivessem a capacidade de experienciar a liberdade para a qual Ele os libertou. Para se entender como ser liberto o homem necessita exercitar sua mente, sua vivência e sua espiritualidade, pois a vida cristã é relacional.

Cristo, criador e recriador de todos os seres e coisas clama por todo cristão. Mas somente aqueles mais atentos, que se compreendem realmente livres, terão consciência desse amor e chamado. Pois conforme Rinser e Gentili (1999, p. 62)[108] "aquele que fez em plena liberdade e consentimento sua escolha vai a Deus sem a mediação prévia do amor humano, tomado com

---

[103] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, 2013, n. 80.

[104]Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum Ordinis*, 16; João Paulo II, *Carta aos sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa de 1979* (8 de abril de 1979), 8: *l.c.*, 405-409; Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, 29; *C.I.C*, can. 277, § 1.

[105] Paulo VI, Carta enc. *Sacerdotalis caelibatus*, 1967, n. 55.

[106] Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum Ordinis*, 16; Paulo VI, Carta enc. *Sacerdotalis caelibatus*, 1967, n. 14.

[107] HAERING, Benhard. *Livres e fieis em Cristo*: teologia moral para sacerdotes e leigos. São Paulo: Paulinas, 1979.

[108] RINSER, Luise. GENTILI, Egidio. **O amor no celibato**: o que fará o padre que ama e sabe ser amado? Tradução de Severino Cadorin. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

todos os seus componentes de encarnação sensível". Deus, dessa forma, vocaciona o homem, provindo-o de tudo que é próprio de sua sensibilidade, para atender à sua vocação.

Assim, como explica a Congregação para o Clero (2013)[109]:

> Portanto, o celibato não é um influxo que do exterior recai sobre o ministério sacerdotal, nem pode ser considerado simplesmente uma instituição imposta por lei, até porque, quem recebe o sacramento da Ordem, a isso se empenha com plena consciência e liberdade[110], depois duma preparação de muitos anos, de profunda reflexão e de oração assídua. Juntamente com a firme convicção de que Cristo lhe concede este dom para o bem da Igreja e para o serviço dos outros, o sacerdote assume-o para toda a vida, reforçando esta sua vontade na promessa já feita durante o rito da ordenação diaconal[111].

O sacerdote celibatário é um ser como todos os outros. No entanto, traz consigo a plenitude da humanidade, configurando no seu cotidiano uma vida célibe. Tal vida é uma escolha feita livremente em favor do Reino de Deus, onde junta experiência e busca do autoconhecimento, a partir de uma abertura pessoal para si mesmo e para os outros (SILVA, 2008).

Cristo libertou os homens para uma liberdade que possibilita o sacerdote ser celibatário. Além disso, o celibato também pode ser aludido como um dom concedido ao homem, que alicerçado à caridade, torna-se fecundo em virtudes e obras. "Foi para a liberdade que Cristo nos libertou. Portanto, permaneçam firmes e não se deixem submeter novamente a um jugo de escravidão" (Gl 5,1).

O dom do celibato é construído passo a passo na vida, onde o celibatário opta por viver toda a sua capacidade em favor do Reino. Cabe destacar que o celibatário passa por caminhos tortuosos durante o processo de amadurecimento. Rinser e Gentili (1999) pontuam que durante a vivência celibatária o presbítero pode sofrer crises. Segundo os autores:

> Esquecer dessa probabilidade pode fazer com que o celibatário enfrente alguns problemas, que se perfazem de modo quase que insolúveis. E quando a hora da crise chegar, não saberá superá-la; ou então enfrentará dramas eternos, situações impossíveis e uma vida atormentada, de maneira que, não vai conseguir desenvolver uma personalidade que possibilite uma verdadeira doação ao outro (RINSER; GENTILI, 1999, p. 24).

---

[109] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, 2013, n. 80.
[110] Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum Ordinis*, 16; *C.I.C*, cann. 1036; 1037.
[111] Cf. *Pontificale Romanum, De ordinatione Episcopi, Presbyterorum et Diaconorum,* III, 228, *l.c.*, 134; João Paulo II, *Carta aos sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa de 1979* (8 de abril de 1979), 9: *l.c.*, 409-411.

Por esse motivo, a liberdade deve ser nutrida e alimentada, de modo que a opção celibatária seja vivida à luz do mistério pascal de Cristo. O presbítero deve estar consciente de que a "alegria do Senhor é a nossa força" (Ne, 8, 10). Assim, aceitando sua liberdade de escolha, estando consciente dos limites da humanidade, o celibatário poderá em sua vivência acolher os momentos de alegria, tristeza, prazer e dor, pois conforme pontua Haering (1979, p. 197): "somente aqueles que perdem a visão do horizonte e das perspectivas da história da salvação podem entristecer-se com as coisas sem importância". Compreende-se assim que a vida do celibatário não é triste ou sem cores, ao contrário, é alegre por ser consequente de um chamado de Deus.

Neste entendimento de acordo com a Congregação para o Clero (2013)[112]:

> O celibato é um dom que se recebe da misericórdia divina[113], como escolha de liberdade e acolhimento agradecido de uma vocação especial de amor a Deus e aos homens. Por isso, não deve ser compreendido e vivido como se fosse simplesmente um efeito colateral do presbiterato.

Portanto, deve-se valorizar a liberdade da consciência do presbítero para que o mesmo protagonize a sua história. O cume da magnitude humana é a liberdade, que é uma marca permanente do Criador na criatura, uma vez que "na busca da verdade, a consciência do homem é o ponto focal para a partilha da experiência e reflexão numa reciprocidade de consciências" (HAERING, 1979, p. 209).

Desse modo todo cristão possui essa liberdade, pois todo Cristão é livre em Cristo, principalmente aqueles que optaram por assumir o celibato pelo Reino. O presbítero ao responder o chamado e abraçar a vida célibe, necessita nutrir-se constantemente da liberdade achada em Jesus Cristo. "A liberdade e a consciência do Verbo nos é recebida, num chamado à existência que clama para permanecermos com Ele; e, de maneira mais próxima, Cristo chama aqueles que destinam suas vidas para a vida celibatária" (HAERING, 1979, p. 209).

Para se optar de maneira responsável, consciente e livre pela vida célibe o presbítero necessita da maturidade psicológica, afetiva e de muita fé. Boisvert (1994, p. 72) avalia que a maturidade é fundamental para a vivência de um celibato positivo. No que concerne à liberdade, revela que "a liberdade tão primordial, não se trata apenas do livre arbítrio, mas da compreensão

---

[112] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, 2013, n. 80.

[113] Cf. Sagrada Congregação para a educação católica, *Orientações educativas para a formação ao celibato sacerdotal* (11 de abril de 1974), 16: *l.c.*, 200-201.

de uma sexualidade integrada". Pois somente assim, ao se abrir mão da vida sexual, não se estará se estará passando por nenhum processo de castração.

"O celibato é, portanto, dom de si «em» e «com» Cristo à sua Igreja e exprime o serviço do sacerdote à Igreja «em» e «com» o Senhor"[114]. Ou seja, o celibato de Jesus inspira muitas pessoas, que impulsionadas pelo desejo de responderem ao amor e no amor, seguem os passos de Cristo, ofertando suas vidas à mesma causa a que Jesus ofertou o seu ministério.

2.2.4 A construção da identidade celibatária na formação sacerdotal

A formação sacerdotal é a permanência em um único caminho discipulado, iniciado no batismo, aperfeiçoado nos demais sacramentos cristãos, para posteriormente ser acolhido como cerne da própria vida quando se dá entrada no Seminário, continuando por toda a vida. Constituindo com "essa única formação progressiva – aquela que se realiza na vida do discípulo sacerdote, o qual, permanecendo sempre na escola do Mestre, não cessa de buscar a configuração a Ele" (RFIS, 2016, n .3 (Introdução), p. 4).

A RFIS (2016) complementa que:

> O discipulado e a configuração a Cristo, obviamente, acompanham toda a vida; por isso, o que se entende por etapa de discipulado e etapa de configuração é a especial atenção dedicada em dois momentos da formação inicial à compreensão de que se é discípulo e à necessidade de entender a chamada ao ministério e à vida sacerdotal como uma contínua configuração a Cristo (RFIS, 2016, n .3 (Introdução), p. 6).

Assim, a vocação à vida presbiteral é um dom concedido por Deus à sua Igreja. Tal vocação ao ser confirmada pela Igreja permite que os fiéis possam ter acesso à Santa Eucaristia e aos sacramentos que vivificam a fé dos cristãos. No entanto, conforme Benelli (2006)[115] para que isso ocorra faz-se necessário que na formação de sacerdotes sejam utilizadas os melhores recursos e energias para o seu crescimento. Além disso, os candidatos devem ser acompanhados no trabalho pastoral, para que possam desenvolver sentimentos de afeição, empatia e proximidade, para que mais tarde, os novos presbíteros tenham a capacidade de espalhar no mundo o santo perfume da misericórdia de Deus.

---

[114] CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, 2013, n. 81.
[115] BENELLI, Silvio José. O Seminário Católico e a Formação Sacerdotal: Um Estudo Psicossocial. *Psicologia USP*, 17(3): 145-182, 2006.

Após o Concílio Vaticano II, que retomou a ideia basilar do Concílio de Trento, o Seminário passou a ser compreendido como o espaço fundamental para a formação dos presbíteros de Igreja. Toda a educação dos futuros sacerdotes deve estar focada na formação de pastores de almas em consonância com Jesus Cristo, Mestre, Sacerdote e Pastor (PAULO VI, 1965)[116]. Seguindo o mesmo princípio, João Paulo II (1992)[117], definiu o Seminário como um espaço espiritual, um itinerário de vida que beneficie e assegure uma formação que permita ao futuro sacerdote tornar-se uma imagem de Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja, por meio do sacramento da Ordem.

A formação sacerdotal, está, assim, centrada em torno de Jesus Cristo. Na verdade, como dito antes, um dos fatores inspiradores é o cristocentrismo, que deve motivar a formação para o sacerdócio ministerial. Cristo é a origem da vocação e o fim do apostolado; dessa forma, Ele deve estar na base da formação do futuro sacerdote constituindo o centro da individualidade espiritual do mesmo (DENZINGER, 1983). Dentro deste entendimento Paulo VI (1965)[118] pontua que o ministério deve ser animado pelo Espírito de Cristo. João Paulo II (1992)[119] enfatiza que na formação presbiteral é necessária a referência à Igreja, por ser esta essencialmente relativa a Jesus Cristo: sendo de fato, a plenitude, o Corpo e a Esposa d'Ele. Complementa ainda que:

> Por isso o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. O sacerdócio de Cristo, expressão da sua absoluta "novidade" na história da salvação, constitui a fonte única e o insubstituível paradigma do sacerdócio do cristão, e, especialmente, do presbítero. A referência a Cristo é, então, a chave absolutamente necessária para a compreensão das realidades sacerdotais[120].

Observa-se que o Seminário tem o papel de favorecer aos futuros sacerdotes uma educação cujo exemplo principal é Cristo. Para tanto, os seminaristas devem receber uma educação voltada para o estudo da Palavra de Deus para que possam, futuramente, exercer com sabedoria o seu ministério de homens que levam a Palavra[121]. O Seminário deve prepará-los

---

[116] Decreto *Optatam Totius.* Sobre a Formação Sacerdotal, 1965, n. 9.
[117] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 42.
[118] Decreto *Optatam Totius.* Sobre a Formação Sacerdotal, 1965, n. 9.
[119] Pastores *Dabo Vobis*, 1992.
[120] Ibid., 1992, n. 12.
[121] FRANCISCO, *Discurso do Papa Francisco aos Participantes no Congresso Promovido pela Congregação para o Clero, por ocasião do cinquentenário dos Decretos Conciliares "Optatam Totius*" e "*Presbyterorum Ordinis*" (20 de novembro de 2015).

para se tornarem bons pastores, anunciando Cristo a todos os homens (PAULO VI, 1965)[122]. Este objetivo só será alcançado por meio de bons formadores, pois os futuros sacerdotes deverão ser motivados a buscarem a perfeição de Cristo e estarem abertos à ação do Espírito Santo[123].

De acordo com a RFIS (2016):

> 35. Os presbíteros, configurados no seu ser a Cristo Cabeça, Pastor, Servo e Esposo[124], participam do seu único sacerdócio, na missão salvífica, como colaboradores dos Bispos. Desta forma, eles são na Igreja e no mundo um sinal visível do amor misericordioso do Pai. Estas características da pessoa de Cristo ajudam a compreender melhor o sacerdócio ministerial na Igreja, inspirando e orientando, sob a ação do Espírito, a formação dos seminaristas, para que, inseridos no mistério trinitário, alcancem a própria configuração a Cristo[125] (RFIS, 2016, n. 35, p. 20).

Compreende-se, portanto que o Seminário tem como objetivo formar os que se sentiram chamados para exercerem o ministério sacerdotal por meio de uma sólida e autêntica configuração a Cristo Bom Pastor[126], para que se tornem bons pastores do rebanho que lhes será designado. Neste entendimento, o jovem postulante à vida presbiteral terá em Cristo o modelo de uma existência célibe e da continência perfeita. Jesus era celibatário, não gerou filhos, para dedicar suas energias ao anúncio do Reino de Deus, "livre, efetiva e afetivamente, de qualquer laço familiar, mas, sobretudo pelo nexo intrínseco existente entre esta escolha e o conteúdo do seu anúncio" (MANZI, 2012, p. 21).

2.2.5 O celibato como amor de Cristo e do sacerdote para com a Igreja

O mundo pós-moderno tem muita dificuldade para entender, ou mesmo tentar entender a adoção de uma vida célibe. A atual sociedade vive o agora, relativizando normas, princípios e leis. A castidade, ao contrário, lança-se para o futuro, para uma vida disciplinada, onde o que

---

122 122 Decreto *Optatam Tottius.* Sobre a Formação Sacerdotal, 1965, n. 4.
123Ibid.
124 Cf. *Presbyterorum ordinis*, n. 2: *AAS* 58 (1966), 991-993; *Pastores dabo vobis*, n. 3: *AAS* 84 (1992), 660-662; *Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros*, n. 6.
125 Cf. *Presbyterorum ordinis*, n. 2: *AAS* 58 (1966), 991-993.
126 WONG, Jorge Carlos Patrón. Conceitos fundamentais da nova *Ratio Fundamentalis*; comunidade educativa; sujeito da formação; formadores do Seminário. In: *Semana Nacional de Atualização para Formadores*, 11 a 14 de julho 2017, Aparecida do Norte/Brasil. Disponível em: http://www.clerus.va/content/dam /clerus/Dox/Brasile%20-%20JCP/Forma%C3%A7%C3%A3o%201_RFIS_11%20de%20julho%20de%202017.pdf.

mais importa é o domínio sobre si mesmo. De acordo com Benelli (2006) só se consegue o autodomínio por meio de muito amadurecimento e autoconhecimento. Perspectivas essas quase impossíveis na pós-modernidade, principalmente no que se refere à sexualidade, e de como lidar com os apelos sexuais, uma vez que os sujeitos a compreendem como algo externo e não como um conjunto de fatores que expressam valores, comportamentos etc. (SILVA, 2008).

Nas palavras de Moser (2019)[127]:

> A pós-modernidade consideram valores como a castidade como coisas do passado, assim, não cabem mais no mundo atual. A sociedade evoluiu e passou a assumir valores novos, assim como novos modelos de integração e recepção da sexualidade, que passou a ser compreendida de uma maneira mais superficial. Esta visão traz a necessidade urgente de um melhor entendimento do que vem a ser a sexualidade e de como ela constitui o ser humano, numa ótica que priorize a ideia de que torna o homem mais capaz de buscar uma melhor integração consigo mesmo e com os outros (MOSER, 2019, p. 35).

Ou seja, é urgente a necessidade de uma retomada de valores, já que a sexualidade quando bem compreendida auxilia a humanidade a buscar experiências de vida mais prudentes e sóbrias. Neste sentido, o homem que se volta para uma vida virtuosa, passa a compreender o "*ethos* da sexualidade" (MOSER, 2019, p. 36).

A virtude da castidade encontra muitos obstáculos para a sua vivência. A realidade pós-moderna é consequência de uma revolução sexual. No entanto, conforme Boisvert (1999), não se pode esquecer que é através da sexualidade que há possibilidade de castidade. Assim, sexualidade e castidade são paralelas e indissociáveis. "A sexualidade está para a castidade, na mesma ação que a castidade está para a sexualidade. Já que a sexualidade como meio integrador faz com que sua vivência sadia seja virtuosa, colocando-se na possibilidade de tornar-se castidade" (MOSER, 2019, p. 37).

Assim, a vivência da sexualidade possibilita ao homem uma série de probabilidades que lhes foram abertas pela revolução sexual. Dentro dessas possibilidades, por meio de sua liberdade, o homem pode vivenciar a experiência da castidade (SAMPAIO, 2014).

Boisvert (1994, p. 16) avalia que a castidade "uma vez bem compreendida, ultrapassa a continência e é-lhe comparavelmente superior", pois vai além da falta de sexo, cuja vivência parte de aceitação da condição de ser sexuado. Somente os sexuados podem abraçar a castidade. Assim, para se vive a castidade é fundamental ter um coração livre, pois conforme Sciadini

[127] MOSER, Antônio. *Teologia moral*: questões vitais. Petrópolis: Vozes, 2019.

(2003, p. 36) “a castidade torna as pessoas livres, com condições de assumirem os momentos de alegria e solidão”.

O ser consagrado é aquele que se coloca diante do sagrado e quer pertencer a ele. Por isso, o celibato deve ser cultivado, para que a consagração seja renovada todos os dias. Nas palavras de Vidal (1981, p. 288)[128] “a sexualidade é assim, como que uma das coordenadas do ser do agir da pessoa. Coordenada especificamente humana”.

O Filho único de Deus, Jesus Cristo, é constituído Mediador entre o céu e a Terra, ou seja, entre seu Pai e os seres humanos. Em harmonia com sua missão, Cristo manteve toda a sua vida no estado de celibatário, demonstrando sua plena dedicação ao serviço de Deus e dos homens. Tal profunda coerência em Cristo, entre celibato e sacerdócio, está também refletida naqueles que têm a missão de participar como presbíteros consagrados da Igreja. O celibato, é, assim, o mistério da novidade trazida por Jesus, tudo que ele representa e significa, sendo a soma dos mais altos ideais do Evangelho e do Reino (ALMEIDA, 2023).

“Alcançado por Cristo Jesus” (Fl 2,12) até o total abandono de si mesmo a Ele, o sacerdote estará mais configurado a Cristo, também no amor com que o Eterno sacerdote amou a sua Igreja, oferecendo-se totalmente a Ela, para torná-la esposa sua, gloriosa, santa e imaculada (cf Ef 5, 25-27). A virgindade consagrada dos sacerdotes revela, efetivamente, o amor virginal de Cristo para com a Igreja e a fecundidade virginal e sobrenatural fala sobre a natureza divina dos que são nascidos de Deus, “os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus” (Jo 1,13).

O presbítero que se dedica ao serviço de Jesus Cristo e do seu Corpo místico, plenamente livre devido à sua oferta total, pode realizar mais completamente a harmonia e a unidade da vida sacerdotal, tornando-se mais capacitado para ouvir a Palavra do Senhor e de se devotar à oração. Na realidade, a Palavra de Deus, mantida pela Igreja, faz com o sacerdote vivencie e anuncie seus ecos profundos e vibrantes (HAERING, 1979).

Assim, como Jesus Cristo, total e exclusivamente aplicado às coisas do Pai e da Igreja (cf Lc 2,49; 1 Cor 7, 32-33), o presbítero, imitando o Sumo Sacerdote sempre vivo na presença de Deus a interceder por todos (cf Hb 9,24; 7,25), descobre na devota recitação do Ofício divino uma alegria e felicidade infinitas, sentindo-se mais e mais necessitado da assiduidade da oração, no seu dever de sacerdote (cf AT 6,2), que empresta sua voz à Igreja que ora em união com o seu Esposo.

---

[128] VIDAL, Marciano. *Moral das atitudes 1*: moral fundamental. Aparecida: Editora Santuário, 1981.

Agindo dessa maneira o sacerdote irá adquirir uma maior amplitude em suas ações salvíficas. Seu especial compromisso de santificação terá novas motivações no ministério da eucaristia e no ministério da graça, a partir do momento que passa a operar em nome de Cristo, unido a Este em toda a sua vida, em prol do bem das pessoas e da própria Igreja (MENDONÇA FILHO, 2010).

O sacerdote por meio da morte cotidiana de sua pessoa, da renúncia do amor de uma família própria por amor a Jesus e do seu Reino, por meio do celibato, entrará na glória da vida em Cristo, uma vida plena e fecunda, pois Ele ama e se entrega a todos os filhos de Deus. Assim, nas comunidades de fiéis o presbítero representa a imagem de Cristo, devendo, portanto, seguir o exemplo d'Ele tanto na vida pessoal como na vida do ministério. O amor a Cristo e à sua Igreja possibilitará ao sacerdote alimentar a fé e a esperança de todos os cristãos, lhes fortalecendo os sentimentos fraternais e de paz (VIDAL, 1981).

2.2.6 Celibato e espiritualidade presbiteral

Com seu sacrifício da cruz, Cristo compartilhou com seus discípulos a missão e dignidade de sacerdotes da nova e eterna aliança, cumprindo-se, dessa maneira, a promessa de Deus a Israel: "Sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa" (Ex 19,6).

> O novo povo sacerdotal, que é a Igreja, não só tem em Cristo a sua própria e autêntica imagem, mas d'Ele recebe também uma participação real e ontológica do seu eterno e único sacerdócio, ao qual o mesmo povo se deve conformar em toda a sua vida (JOÃO PAULO II, 1992)[129].

Jesus Cristo estabeleceu uma estreita relação entre o ministério que confiou aos Apóstolos e a sua própria missão: "Quem vos recebe, a mim me recebe; e quem me recebe a mim, recebe aquele que me enviou" (Mt 10,40), "Quem vos ouve a vós, a mim me ouve; e quem vos rejeita a vós, a mim me rejeita; e quem a mim me rejeita, rejeita aquele que me enviou" (Lc 10,16); "Como o Pai Me enviou, assim Eu vos envio" (Jo 20,21). Como a missão de Jesus vem diretamente de Deus, concretizada na própria autoridade de Deus (Cf. Mt 7,29; 21, 23; Mc 1,27; 11, 28; Lc 20,2; 24, 19) os apóstolos têm uma missão que vem de Cristo. E como "o filho nada pode fazer por Si mesmo (Jo 5,19), já que a doutrina que prega não é sua, mas d'Aquele que O enviou (cf. Jo 7,16),

[129] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 13.

Cristo também diz aos apóstolos: “Sem Mim nada podereis fazer” (Jo 15,5). Assim a missão dos apóstolos não era deles, mas sim a própria missão de Jesus. Dessa maneira, não por “qualquer mérito particular deles, mas apenas pela participação da graça de Cristo, os apóstolos prolongam na história até à consumação dos tempos, a mesma missão de salvação de Jesus em favor dos homens” (JOÃO PAULO II)[130].

Por conseguinte, os presbíteros são clamados a contemporizar a presença de Cristo, único e sumo Pastor, atualizando seu estilo de vida e apresentando-o ao rebanho a eles confiado. Na Primeira Carta de Pedro fica esclarecido que:

> Recomendo aos presbíteros que estão entre vós, eu presbítero como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que se deve manifestar: apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, olhando por ele não constrangidos, mas de boa vontade segundo Deus, não por ganância, mas por dedicação; não como dominadores sobre aqueles que lhes foram confiados, antes tornando-vos modelo do rebanho. E quando aparecer o supremo Pastor recebereis a coroa eterna da glória (1 Ped 5, 1-4)[131].

Nesta concepção os sacerdotes são na Igreja e para a Igreja, representantes sacramentais de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamando a Sua palavra com autoridade, repetindo seus gestos de perdão e oferta de salvação. Em suma, “os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome da pessoa de Cristo Cabeça e Pastor (JOÃO PAULO II, 1992)[132].

> A relação do sacerdote com Jesus Cristo e, n’Ele com a sua Igreja situa-se no próprio ser do presbítero, em virtude de sua consagração/unção sacramental, e no seu agir, isto é, na sua missão ou ministérios. Em particular, “o sacerdote ministro é servo de Cristo presente na Igreja mistério, comunhão e missão” (JOÃO PAULO II, 1992)[133].

Por participar da unção e da missão de Jesus o sacerdote pode contemporizar na Igreja a sua palavra, a sua oração, o seu sacrifício e a sua ação salvífica. “É, portanto, servidor da Igreja mistério porque atua os sinais eclesiais e sacramentais da presença de Cristo ressuscitado”. É servidor da Igreja comunhão pois unido ao Bispo constrói harmonicamente a

---

[130] Ibid. n. 14.
[131] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[132] Pastores Dabo Vobis, 1992, n. 15.
[133] Ibid., n. 16.

unidade da comunidade eclesial, e, é servidor da Igreja missão por fazer com que a comunidade passe a anunciar e testemunhar o evangelho[134].

O presbítero é convocado para educar os outros para a imitação de Cristo, por isso deve se educar continuamente pelo Espírito Santo para a caridade de Cristo. Assim, desde o Seminário deve ser preparado espiritualmente para a vivência do celibato, "na sua verdadeira natureza e nos seus verdadeiros fins, portanto nas suas motivações evangélicas, espirituais e pastorais". O pressuposto assim como o conteúdo de tal preparação é a virtude da castidade que caracteriza as relações humanas e que o conduz a "experimentar e a manifestar (...) um amor sincero, humano e fraterno, pessoal e capaz de sacrifícios, a exemplo de Cristo, para com todos e cada um"[135].

Assim, não se pode considerar o celibato sacerdotal como uma norma jurídica, nem como estado exterior para admissão à ordenação, mas sim como valor profundo e conexo com a Ordenação Sacra, configurando a Cristo Bom Pastor e Esposo da Igreja, representando, assim, um amor imenso e indivisível a Cristo e à sua Igreja, numa disponibilidade plena e feliz do coração para o ministério pastoral.

O celibato deve ser considerado como uma graça especial, um dom que "nem a todos é dado compreender, mas somente àqueles a quem foi concedido" (Mt 19,11). Com certeza uma graça que determina uma resposta livre e consciente daquele que a recebe. Tal carisma do Espírito faz com que na formação para o celibato sacerdotal seja assegurada ao futuro sacerdote a consciência do precioso dom de Deus, que o conduzirá à oração e à vigilância para que esse dom seja resguardado de tudo lhe possa ameaçar (JOÃO PAULO II, 1992)[136].

Griffin (2019)[137] fala do celibato como liberdade, como um poder do amor, da castidade e da amizade autêntica; mas ao mesmo tempo aborda diretamente os desafios de viver o celibato, principalmente para aqueles que não estão bem certos de sua vocação. Para o autor existem muitas reflexões sobre o celibato sacerdotal como um dom para o sacerdote e os fiéis, por exemplo: "A dimensão sacrificial vivificante da Eucaristia encontra e ecoa no sacrifício pessoal e gerador do celibato." Todos podem aprender com o testemunho celibatário dos sacerdotes.

---

[134] Sínodo dos Bispos, VIII Assem. Ger. Ord. *A formação dos Sacerdotes nas circunstâncias actuais*, « Instrumentum laboris », 16; cf. *Propositio* 7.
[135] Congr. para a Educação Católica, *Ratio fundamentalis institutions sacerdotalis* (6 de Janeiro de 1970): *l. c.*, 354.
[136] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 50.
[137] GRIFFIN, Carter. *Why Celibacy?:* Reclaiming the Fatherhood of the Priest. Washington DC: Emmaus Road Publishing, 2019.

Por meio da vivência do celibato o sacerdote terá um melhor desempenho no seu ministério diante do Povo de Deus. Particularmente, ao ser testemunha do valor evangélico da virgindade, poderá apoiar os esposos cristãos a viverem plenamente o grande sacramento do amor de Cristo Esposo pela Igreja sua Esposa, concomitantemente a sua fidelidade no celibato auxiliará na fidelidade dos esposos[138].

2.2.7 Dificuldades da doutrina do celibato na formação atual

Como dito anteriormente, a preparação para o celibato sacerdotal requer muito cuidado e sensibilidade, principalmente nas condições sociais e culturais atuais. Os bispos exercem uma máxima importância na formação para a castidade no celibato e para a vida fraterna entre os sacerdotes. No seminário, o celibato deve ser apresentado de maneira clara, objetiva e positivamente. O seminarista necessita de maturidade psíquica e sexual, uma vida assídua e autêntica de oração, estando sempre sob a orientação de um diretor espiritual, que deve ajudá-lo a atingir uma decisão madura e livre, fundamentada na estima da amizade sacerdotal e da autodisciplina, como na aceitação da solidão.

Para tanto os seminaristas devem conhecer a doutrina do Concílio do Vaticano II, a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, assim como a instrução para a formação para o celibato sacerdotal, derivada da Congregação para a Educação Católica, em 1974. Desse modo, para que o seminarista abrace livremente a decisão do celibato sacerdotal pelo Reino dos céus, faz-se necessário o conhecimento da natureza cristã, da natureza humana, os fins da sexualidade no matrimônio e no celibato. “É preciso também instruir e educar os fiéis leigos acerca das motivações evangélicas, espirituais e pastorais próprias do celibato sacerdotal de modo que ajudem os presbíteros com a amizade, a compreensão e a colaboração” (JOÃO PAULO II, 1992)[139].

A vivência do celibato, como demonstrado no texto requer muita atenção e cuidado por parte do clérigo. Ninguém pode ser obrigado a vivenciar uma experiência contra a sua vontade. A Igreja, apesar de indicar esta doutrina, não obriga ninguém a adotá-la, ao contrário, busca vocações voltadas para a comunhão com Cristo. Mohler (2012) destaca que a vivência do

---

[138] Cf. *Carta* aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa (8 de abril de 1979): *Insegnamenti*, II/1 (1979) 841-862.
[139] Pastores Dabo Vobis, 1992, n. 50.

celibato sacerdotal é antes de mais nada uma escolha de amor, onde o presbítero se entrega a Cristo, buscando seu desenvolvimento espiritual e a experiência de uma vida de oração, de total entrega ao ministério. O Celibato, na concepção de Lorda (2009) apesar de ser visto como um fardo, principalmente para os leigos, trata-se na verdade de uma grande oportunidade que o sacerdote tem de amar e servir de uma maneira mais livre e indivisa, dedicando maior esperança ao Reino de Deus.

São grandes as dificuldades para a vivência do celibato sacerdotal, mas segundo Cencini (2010), para viver em celibato, o sacerdote precisa, antes de tudo, vivenciar o esforço correspondente à graça de sua própria vocação. E será por meio do cuidado que este tiver em manter sua liberdade pessoal, para viver em constante amor, que poderá conservar a castidade no coração.

Para o mundo contemporâneo, cada vez mais sexualizado, a vivência do celibato pode parecer completamente fora da realidade. Mas conforme Almeida (2023), o celibato sacerdotal é uma questão de vocação, uma questão de identificação com o exemplo de Cristo. Nenhum padre pode ser forçado a ser celibatário, e, se caso isto estiver acontecendo, o mesmo deverá rever seus valores, redescobrir sua fé, buscando encontrar novamente seu caminho nas trilhas de Deus. O celibato é difícil para aqueles que não possuem a meta de servir aos homens e a Deus sobre todas as coisas.

2.2.8 A Dimensão Intelectual como Caminho de Maturidade e Compreensão do Celibato

O celibato sacerdotal é uma das expressões mais profundas do amor e da entrega total a Deus e à Igreja. Ele representa o modo como o presbítero participa, de forma particular, da vida e da missão de Cristo, que viveu casto, pobre e obediente por amor ao Pai e em favor da salvação da humanidade. O sacerdote, ao acolher o dom do celibato, consagra toda a sua afetividade ao Reino dos Céus e testemunha, com a própria vida, que Deus é o bem supremo e o amor que basta. Esse dom, porém, exige compreensão, amadurecimento e integração interior, o que só se torna possível por meio de um processo formativo sólido, capaz de unir fé, razão e vida. Nesse contexto, a dimensão intelectual surge como mediadora indispensável na vivência do celibato, pois permite ao seminarista compreender o sentido teológico, humano e pastoral dessa forma de consagração, transformando-a em escolha consciente e amadurecida.

De acordo com a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016)[140] n. 116-120), a formação intelectual do presbítero deve ocupar um lugar central dentro do itinerário formativo, porque "a fé que não é pensada, enfraquece, e o amor que não se compreende, corre o risco de se apagar". O estudo filosófico e teológico não se restringe, portanto, à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas deve ser visto como um caminho espiritual de assimilação e interiorização da fé. Através do estudo, o seminarista é chamado a compreender profundamente o que vive e aquilo que professa, amadurecendo sua vocação a partir de um diálogo constante entre a razão e a revelação. Desse modo, a dimensão intelectual torna-se também um instrumento de amadurecimento afetivo, já que leva o futuro presbítero a compreender o significado humano e espiritual da castidade e a integrar a própria afetividade na luz da fé.

O Papa João Paulo II (1992)[141], recorda que "a formação intelectual é um elemento essencial da formação sacerdotal, porque está intimamente unida com a própria missão do sacerdote". O sacerdote é chamado a ser mestre da Palavra, e para isso precisa pensar, refletir e compreender aquilo que anuncia. Mas o conhecimento não é apenas um dever pastoral: é também uma via de santificação, pois conduz o homem a conhecer melhor o mistério de Deus e o mistério de si mesmo. Por isso, o estudo torna-se um caminho de fé e, ao mesmo tempo, um meio de maturação interior. O seminarista que compreende a grandeza de sua vocação é capaz de viver o celibato com serenidade e alegria, porque não o enxerga como uma renúncia negativa, mas como uma forma de amor que se abre ao infinito.

A vida celibatária, quando sustentada por uma formação intelectual sólida, deixa de ser vista como peso ou imposição, e passa a ser compreendida como uma resposta de amor livre e consciente. A reflexão filosófica e teológica oferece ao seminarista as bases para compreender o celibato dentro do contexto do chamado universal à santidade. A Filosofia o ajuda a conhecer a natureza humana, o valor da liberdade e o sentido da entrega. A Teologia o conduz à contemplação do mistério de Cristo, que se doou totalmente por amor. O estudo dessas áreas forma no seminarista uma visão equilibrada do homem, do mundo e de Deus, capacitando-o a integrar corpo, mente e espírito. Assim, ele aprende a ver o celibato não como negação da afetividade, mas como sua sublimação e consagração. Como afirma Ratzinger (2005, p. 78)[142], "a fé purifica a razão e a razão ilumina a fé, de modo que o homem possa compreender o mistério sem violentá-lo".

---

[140] RFIS n. 116-120.
[141] *Pastores Dabo Vobis*, n. 50.
[142] RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

O amadurecimento celibatário, portanto, depende também de uma compreensão racional e teológica da vocação. Quando o seminarista entende o significado do dom recebido, ele o vive com liberdade e não por mera obrigação. A compreensão teológica do celibato como sinal escatológico e expressão do amor esponsal de Cristo à Igreja, conforme Paulo VI (1965)[143], faz com que o sacerdote perceba sua entrega como fecunda e necessária para a edificação da comunidade. O estudo dos Padres da Igreja, das Sagradas Escrituras e dos documentos do Magistério amplia a mente e ilumina o coração, permitindo que o celibato seja vivido com sentido e propósito. É o intelecto que ajuda o presbítero a transformar o sacrifício da renúncia em fonte de amor e de comunhão.

Nesse sentido, a filosofia personalista contribui de modo especial para a integração entre o intelecto e a afetividade. Karol Wojtyła, em sua obra *Amor e Responsabilidade* (1995)[144], ensina que a castidade "não é a negação do amor humano, mas o seu domínio consciente, que o torna mais puro e mais verdadeiro". O estudo da antropologia cristã, da ética e da psicologia da pessoa auxilia o seminarista a compreender a estrutura do desejo humano, o valor do corpo e a dimensão espiritual da sexualidade. Essa compreensão o protege de posturas dualistas ou repressivas e o conduz a um equilíbrio afetivo mais maduro. A formação intelectual, portanto, não é apenas uma preparação teórica, mas um verdadeiro exercício de integração interior, onde o seminarista aprende a unir fé e razão, coração e pensamento, espiritualidade e conhecimento.

A teologia também desempenha papel fundamental nesse processo, pois conduz o seminarista à contemplação do mistério de Cristo, fonte de toda virgindade consagrada. O estudo da Cristologia revela o amor esponsal de Cristo pela Igreja, enquanto a Eclesiologia mostra a comunhão entre o sacerdote e o Povo de Deus. Nessa perspectiva, o celibato é visto como um sinal do Reino e como antecipação da vida futura. O estudo da Sagrada Escritura reforça essa verdade ao apresentar a vida de Jesus como total obediência ao Pai e doação sem reservas. A Teologia Moral e a Espiritualidade ajudam o seminarista a compreender que o celibato é um modo de amar, e que esse amor precisa ser constantemente cultivado pela oração e pelo conhecimento. Como afirma Hans Urs von Balthasar (1981, p. 112)[145], "a virgindade é uma forma de pensamento, um logos do amor que se exprime na entrega total".

Vivendo em uma sociedade marcada pela cultura do prazer e pelo individualismo, o sacerdote é desafiado a dar razão de sua esperança[146] (cf. 1Pd 3,15) e a testemunhar a beleza da

---

[143] cf. *Presbyterorum Ordinis*, n. 16.
[144] WOJTYŁA, Karol. *Amor e responsabilidade*. São Paulo: Loyola, 1995.
[145] BALTHASAR, Hans Urs von. *O estado de vida cristão*. São Paulo: Loyola, 1981.
[146] cf. 1Pd 3,15.

consagração total a Deus. Para isso, ele precisa estar intelectualmente preparado, capaz de dialogar com a modernidade e responder aos questionamentos éticos, culturais e espirituais do mundo contemporâneo. Um presbítero que pensa e reflete sobre sua vocação torna-se uma presença profética no meio do povo, porque é capaz de unir a sabedoria do Evangelho à sensibilidade humana. Bento XVI (2010)[147] afirma que "a cultura contemporânea precisa de testemunhos racionais e espirituais que mostrem a beleza da entrega total a Deus". Por isso, a dimensão intelectual é também uma forma de evangelização: o conhecimento bem assimilado torna-se instrumento de testemunho e de serviço à verdade.

A formação intelectual permite ainda que o sacerdote compreenda melhor o próprio ministério e se mantenha em constante crescimento. O estudo contínuo, aliado à oração e à vida comunitária, impede a estagnação espiritual e favorece o equilíbrio interior. O presbítero que alimenta sua mente e seu coração com o conhecimento das coisas de Deus se torna mais sábio, mais compreensivo e mais humano. Ele é capaz de lidar com as fragilidades do povo e com as próprias limitações, encontrando no celibato um caminho de liberdade e maturidade. A RFIS (2016)[148] afirma que "a formação permanente representa uma necessidade imprescindível na vida e no exercício do ministério de cada sacerdote", e essa formação permanente passa também pelo cultivo da inteligência e pela busca constante da verdade.

A maturidade celibatária é, portanto, fruto de uma formação que integra todas as dimensões da pessoa. A espiritualidade fornece o fundamento da entrega; a dimensão humana garante o equilíbrio afetivo; a dimensão pastoral direciona o dom para o serviço; e a dimensão intelectual ilumina o sentido da vocação. Quando essas dimensões caminham juntas, o sacerdote torna-se um homem inteiro, capaz de amar com liberdade e de servir com alegria. O celibato vivido sem compreensão intelectual corre o risco de se tornar mero formalismo; mas o celibato iluminado pela razão e pela fé transforma-se em testemunho vivo de amor. Como ensina Cencini (2018, p. 142)[149], "a castidade consagrada necessita de uma inteligência afetiva, capaz de compreender o coração humano e de o orientar à luz do Evangelho".

Dessa forma, é possível afirmar que o celibato e a dimensão intelectual estão intimamente ligados. O primeiro expressa o amor total de quem se doa; a segunda sustenta e aprofunda esse amor, dando-lhe clareza e sentido. A formação intelectual é, portanto, o terreno onde o dom do celibato floresce e se fortalece, pois oferece ao seminarista os instrumentos

---

147 BENTO XVI. *Homilia na Missa Crismal*. Vaticano, 1 abr. 2010.
148 n. 56
149 CENCINI, Enrico. *Psicologia e vida espiritual*. São Paulo: Paulus, 2018.

necessários para compreender, discernir e viver sua vocação com maturidade e equilíbrio. A razão iluminada pela fé transforma-se em sabedoria, e a sabedoria se converte em vida. O sacerdote que une a inteligência e o coração torna-se reflexo do próprio Cristo, que amou com plenitude e doou-se sem reservas. É nesse equilíbrio entre pensamento e amor, estudo e oração, conhecimento e entrega, que se encontra a verdadeira maturidade sacerdotal e a fidelidade ao dom do celibato.

2.3 – CAPÍTULO 3: FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PRESBITERAL

Pode-se conferir no versículo: “Jesus subiu a um monte e chamou para junto de si aqueles que entendeu, e eles foram ter com ele. Escolheu doze, designando-os como apóstolos, para que estivessem com ele e também para os enviar...” (Mc 3, 13-14)[150], que Jesus acompanhou a vocação de seus apóstolos. Depois de os terem reunido, o Senhor exige-lhes um tempo de formação para que atinjam um desenvolvimento de amizade e comunhão com Cristo (JOÃO PAULO II, 1992)[151].

Assim sendo, o Seminário trata-se de um espaço espiritual, um itinerário de vida, que assegura e favorece um “processo formativo de modo que aquele que foi chamado por Deus ao sacerdócio possa tornar-se uma imagem viva de Cristo (JOÃO PAULO II, 1992)[152]. Neste entendimento:

> Viver em Seminário, escola do Evangelho, significa viver o seguimento de Cristo como os apóstolos, significa deixar-se iniciar por Ele no serviço do Pai e dos homens, sob a orientação do Espírito Santo; significa deixar-se configurar a Cristo Bom Pastor, para um melhor serviço sacerdotal na Igreja e no mundo. Formar-se para o sacerdócio significa habituar-se a dar uma resposta pessoal à questão fundamental de Cristo: 'Tu amas-me?'. A resposta, para o futuro sacerdote, não pode ser senão o dom total da sua própria vida (JOÃO PAULO II, 1992)[153].

Observa-se que o Seminário não se trata somente de uma escola que prepara os discípulos, mas sim uma casa/escola que aprimora as vivências do discipulado, através da experiência de convivência fraterna destes com seus pares e com seus mestres. O diálogo, o encontro e a convivência com Jesus são a base desse ensinamento. Assim o papel do Seminário é proporcionar o verdadeiro encontro dos discípulos com o Mestre, por meio da oração e da Palavra, buscando-se a formação de um verdadeiro discipulado (ROCHA, 2009)[154].

Os fundamentos da formação sacerdotal devem ser compreendidos, no Seminário, como um projeto de “seguir Jesus Cristo”. Por outro lado, pode-se também destacar que esses

---

[150] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[151] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 42.
[152] Ibid., 1992, n. 43.
[153] Ibid., 1992, n. 43
[154] ROCHA, Sergio da. Desafios e propostas para a formação Sacerdotal à luz de Aparecida. In *PONTIFICIA COMISIÓN PARA AMÉRICA LATINA*. La Formación Sacerdotal en los Seminarios de América Latina. Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009.

fundamentos são coincidentes com os fundamentos da teologia do presbiterado, que são: "os sacramentos da Iniciação à Vida Cristã" e o "Sacramento da Ordem" (CNBB, 2010)[155].

A formação dos futuros presbíteros faz parte de uma jornada iniciada no batismo que foi se expandindo com a força dos sacramentos cristãos. O jovem, ao ingressar no Seminário, está inaugurando uma nova etapa em sua vida, buscando responder ao chamado de Deus, em seguimento a Jesus (WONG, 2017)[156].

De acordo com as Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil (2010)[157] a formação sacerdotal é caracterizada pela fundamentação do batismo, como prática para o seguimento de Cristo, marcando toda a trajetória humana. Tratando-se de um processo sucessivo de conversão, iniciado no encontro pessoal com Deus, fortalecido na decisão de assumir-se como discípulo missionário de Jesus a serviço do Reino do Senhor e de sua justiça divina.

O segundo elemento basilar na formação sacerdotal é o Sacramento da Ordem, caracterizado como fonte da conformação sacramental a Cristo Pastor e Cabeça da Igreja e, também, como fonte da identidade presbiteral (CNBB, 2010)[158]. De acordo com Paulo VI (1965)[159]: "Pelo Sacramento da Ordem, o presbítero é configurado a Jesus, no seu ser e no seu agir". As Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil (2010) destacam que:

> Com o rito da Ordenação, o presbítero é introduzido em um novo gênero de vida, que une a Cristo com um vínculo original, inefável e irreversível e o habilita a agir *in persona Christi*. Configurado a Cristo, Cabeça, Pastor, Esposo e Servo da Igreja, como seu representante e na união com Ele, o presbítero tem uma relação especial com a Igreja de Cristo[160].

---

[155] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documentos da CNBB – 93. *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, Edições CNBB. 2010.

[156] WONG, Jorge Carlos Patrón. Conceitos fundamentais da nova *Ratio Fundamentalis*; comunidade educativa; sujeito da formação; formadores do Seminário. In: *Semana Nacional de Atualização para Formadores*, 11 a 14 de julho 2017, Aparecida do Norte/Brasil. Disponível em: http://www.clerus.va/content/dam/clerus/Dox/Brasile%20-%20JCP/Forma%C3%A7%C3%A3o%201_RFIS_11%20de%20julho%20de%202017.pdf.

[157] Ibid. 2010, 32.

[158] Ibid., 2010, 29.

[159] PAULO VI. (1965). *Presbyterorum Ordinis*, 15. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_en.html.

[160] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documentos da CNBB – 93. *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, Edições CNBB. 35, 2010.

Observa-se, portanto, que a formação dos candidatos como seguidores de Cristo é processo com objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral é "contribuir para que os presbíteros sejam configurados a Jesus Cristo, levando-os a santidade" (CNBB, 2010)[161].

Apontando para o caminho e o panorama do processo formativo utilizado como centro de eixo para o atingimento da identidade presbiteral, estruturada no Cristo. Os objetivos específicos buscam a preparação dos candidatos e a animação dos presbíteros para viverem em profunda comunhão com Jesus Cristo, ou seja, além da promoção do crescimento humano, "aprimorar a experiência da oração e capacitar para o ministério da Palavra (CNBB, 2010)[162].

Tais objetivos concorrem para as qualidades do pastor que deverão ser desempenhadas no processo de formação, como descrito no Documento de Aparecida[163]:

> O Povo de Deus sente a necessidade de presbíteros-discípulos: que tenham profunda experiência de Deus, configurados com o coração do Bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da Oração; presbíteros-missionários: movidos pela caridade pastoral que os leve a cuidar do rebanho a eles confiado e a procurar os mais distantes, pregando a Palavra de Deus, sempre em comunhão profunda com seu bispo, com os presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas e leigos; de presbíteros servidores da vida: que estejam atentos às necessidades dos mais pobres, comprometidos na defesa dos direitos dos mais fracos e promotores da cultura da solidariedade. Também de presbíteros cheios de misericórdia, disponíveis para administrar o sacramento da reconciliação.

Assim, o seminarista se transforma no protagonista de sua formação. "Toda e qualquer formação, incluindo a sacerdotal, é, no fim das contas, um autoformação" (JOÃO PAULO II, 1992)[164]. Neste entendimento, o tempo de formação presbiteral é um tempo de prova, amadurecimento e discernimento do seminarista e da instituição formativa.

O seminarista é convocado a "sair de si mesmo, para caminhar, em Cristo em direção ao Pai e aos outros, abraçando a chamada ao sacerdócio, e empenhando-se em colaborar com o Espírito Santo para realizar uma síntese interior, serena e criativa, entre força e fraqueza" (RFIS, 2016, n. 29, p. 18).

---

[161] Ibid., 72, 2010.
[162] Ibid., 2010, 73.
[163] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida, 13-31 de maio de 2007, Documento Final, n.199.
[164] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 69.

A formação sacerdotal é uma trajetória que transforma, renova o coração e a mente do futuro presbítero, a fim de que ele possa "discernir qual é a vontade de Deus, aquilo que é bom, aquilo que é agradável, aquilo que é perfeito (Rm 12, 2)[165].

O contínuo crescimento interior "no caminho formativo, de fato, deve favorecer especialmente que o futuro presbítero seja um homem de discernimento, capaz de interpretar a realidade da vida humana à luz do Espírito, e assim escolher, decidir e agir de acordo com a vontade divina (RFIS, 2016, n. 43, p. 23).

O capítulo discorre a seguir sobre os desafios da formação sacerdotal, a formação da identidade do presbítero e as dimensões do processo pedagógico-formativo.

2.3.1 Desafios da Formação Sacerdotal

Constata-se em Wisniewski (2019, p. 5)[166] que:

> Os desafios morais quanto à identidade e à missão dos presbíteros nas circunstâncias atuais pedem o testemunho da fé e da caridade; profunda espiritualidade, renúncia e despojamento de si; prioridade da tarefa de evangelização; capacidade de acolhida, superando a tentação de um serviço burocrático e rotineiro; solidariedade efetiva com os sofredores; opção preferencial pelos pobres; maturidade para enfrentar os conflitos existenciais; cultivo da dimensão ecumênica; diálogo inter-religioso; respeito à pluralidade; apoio às justas reivindicações do povo; capacidade de respeitar, discernir e suscitar serviços e ministérios; promoção e manutenção da paz e da concórdia e a decisão de evitar mera submissão por conveniência.

De acordo com a Ratio (2016, n. 84), depois de alguns anos de experiência pastoral, podem emergir novos desafios que atinjam o ministério e à vida do presbítero, como a experiência da própria fraqueza, o risco de sentir-se um funcionário do sagrado, o desafio da cultura contemporânea, a atração do poder e da riqueza, o desafio do celibato, a dedicação total ao próprio ministério.

---

[165] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

[166] WISNIEWSKI, Eliseu. Formação Presbiteral: Os desafios morais de uma empreitada. *Vida Pastoral*. Ano 60, nº- 328, p. 3- 12, 2019.

2.3.1.1 A experiência da própria fraqueza

Devido as contradições ainda abrigadas na sua personalidade que devem ser enfrentadas, a experiência da própria fraqueza poderá conduzir o sacerdote a uma maior humildade e confiança na ação misericordiosa do Senhor – cuja "força se manifesta plenamente na fraqueza" (2 Cor 12, 9)[167] – e ainda uma atitude de uma compreensão benévola nas suas relações interpessoais. O presbítero não pode viver isolado, tendo, ao invés disso, necessidade de apoio e acompanhamento no aspecto espiritual e/ou psicológico. Na verdade, é muito útil o processo de intensificação da sua relação com o Diretor espiritual, buscando-se eliminar as contrariedades por meio de ensinamentos positivos, aprendendo a fazer luz sobre a verdade da própria vida e a compreendê-la melhor à luz do Evangelho.

2.3.1.2 O risco de sentir-se um funcionário sagrado

Com o passar do tempo o sacerdote começa a ter a sensação de ser como um empregado da comunidade ou um funcionário do sagrado[168], sem um sentimento de pastor. Quando essa situação se inicia, será importante que o presbítero compreenda da necessidade de uma maior proximidade com seus irmãos, tornando-se mais acessível. Nas palavras do Papa Francisco[169]:

> Não servem [...] sacerdotes funcionários que, enquanto desempenham um papel, procuram a sua própria consolação longe do Senhor. Somente quem mantiver fixo o olhar naquilo que é verdadeiramente essencial conseguirá renovar o seu sim, ao dom recebido e, nas várias fases da vida, não deixará de se entregar a si mesmo; só aqueles que se deixam conformar com Bom Pastor encontram a unidade, a paz e a força na obediência do serviço (FRANCISCO, 2014).

Observa-se que o sacerdote deve ao longo de sua existência desenvolver sua espiritualidade para estar sempre em consonância com os ensinamentos de Jesus Cristo, o Bom Pastor. Além disso, deve ser testemunha viva do comprometimento consigo mesmo e com o outro.

---

[167] Ibid., 2002.
[168] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n.72.
[169] FRANCISCO, *Carta aos participantes na Assembleia Geral Extraordinária da Conferência Episcopal Italiana* (08 de novembro de 2014): *L'Osservatore Romano* 258 (12 de novembro de 2014), 7; cf. *Presbyterorum ordinis*, n. 14: *AAS* 58 (1966), 1013-1014.

2.3.1.3 O desafio da cultura contemporânea

Viver a vocação sacerdotal é um grande desafio, uma vez que o mundo da atualidade é bastante secularizado. Assim, conforme a Ratio faz-se necessária (2016, n. 84, p. 38):

> A inserção adequada do ministério sacerdotal na cultura hodierna, com todas as diversidades problemáticas que esta comporta e que exigem abertura e atualização por parte dos sacerdotes[170] e, sobretudo, uma sólida ancoragem nas quatro dimensões da formação: humana, espiritual, intelectual e pastoral.

Compreende-se, portanto, que os presbíteros devem ter uma boa formação e não podem se deixar influenciar pelo mundo secularizado. Ao contrário devem procurar santificar cada vez mais esse mundo por meio do exercício de uma verdadeira vivência de fé e espiritualidade sacerdotal.

2.3.1.4 A atração do poder e da riqueza

> O apego a uma posição, a obsessão por criar espaços exclusivos para si mesmo, a aspiração de uma carreira, o surgimento do desejo de poder ou riqueza, com a consequente falta de disponibilidade à vontade de Deus, às necessidades do povo que lhe foi confiado e ao mandato do Bispo. Em tais situações, será oportuna a correção fraterna, ou a repreensão, ou um outro meio da solicitude pastoral, a menos que tais comportamentos não configurem um delito que comporte a aplicação de penas canônicas (RFIS, n. 84, 2016, p. 39).

O presbítero tem que ter em mente que o chamado ao sacerdócio frui do coração de Jesus, que ao necessitar de homens como ministros do seu Evangelho, escolheu aqueles que "Ele quis" (Mc 3, 13)[171], para que o seguissem como seus discípulos, por meio do ensinamento de serem como Ele, e se configurassem ao seu modo de vida.

2.3.1.5 O desafio do celibato

> Viver o celibato pelo Reino, quando os estímulos novos e as tensões da vida pastoral, ao invés de favorecer o crescimento e o amadurecimento da pessoa, provocam uma regressão afetiva, que, sob a influência de tendências

[170] Pastores *Dabo Vobis*, 1992, n. 78.
[171] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

> socialmente difundidas, induz o presbítero a dar um espço indevido às próprias necessidades e a procurar compensações, impedindo assim o exercício da paternidade sacerdotal e da caridade pastoral (RFIS, n. 84, 2016, p. 39).

O celibato sacerdotal é uma condição de entrega total da pessoa ao serviço de Deus e da comunidade. Não se trata de uma imposição, mas sim um "um dom precioso de Cristo à sua Igreja, um dom sobre o qual deve-se sempre meditar no sentido de revigorá-lo, principalmente no mundo contemporâneo, cada vez mais profundamente secularizado" (ALMEIDA, 2023, p. 13).

Na concepção de Cencini (2010)[172], os seminaristas têm que aprender a lidar com os desafios físicos e emocionais da castidade, atingir a paz interior adotando uma espiritualidade positiva e celibatária, assim como viver o celibato, oferecendo o corpo e sexualidade a Deus.

2.3.1.6 A dedicação total ao próprio ministério

> Com o decorrer do tempo o cansaço, o natural enfraquecimento físico e o surgimento das primeiras fragilidades da saúde, os conflitos, as desilusões relativas às expectativas pastorais, o peso da rotina, a fadiga da mudança e outros condicionamentos socioculturais podem vir a enfraquecer o zelo apostólico e a generosidade na própria dedicação ao ministério pastoral (RFIS, 2016, n. 84, p. 39).

O ministério presbiteral é um chamado do Senhor, uma missão que deve ser cumprida com amor e serviço ao próximo. Cada sacerdote é um instrumento nas mãos de Deus na edificação de Sua Igreja, fortalecendo a fé dos crentes, levando a mensagem do Evangelho a todas as pessoas. Nesse entendimento, enquanto ministro do Senhor, o sacerdote deve guiar-se pelo Espírito Santo, refletindo a compaixão do coração de Cristo. Suas palavras e ações devem se pautar no amor incondicional do Pai, procurando, através de sua fé, não esmorecer diante das adversidades.

---

[172] CENCINI, Amedeo. Virgindade e celibato, hoje: Para uma sexualidade pascal. São Paulo: Paulinas, 2010.

2.3.2 A formação da identidade do presbítero

Cabe ao sacerdote o entendimento que a construção de sua identidade é um processo contínuo. O ser humano está sempre em formação, involuntariamente da idade e da posição que ocupa no planeta.

"Um formador que pensa que já não precisa ser formado se torna arrogante, autoritário, indiferente às questões positivas e negativas do outro; é sempre um desastre na vida dos que desejam seguir o caminho da vida presbiteral" (WISNIEWSKI, 2019, p. 7).

Os sacerdotes trabalham com o cotidiano da vida de diversas comunidades, pregando e testemunhando o amor de Cristo. Devem, portanto, ser dedicados, alegres, generosos, desapegados, desenvolvendo um espírito de serviço e obediência, unidos a seus bispos e irmãos no sacerdócio, sendo responsáveis pela promoção, animação e coordenação da obra da evangelização, junto às comunidades. De acordo com a Ratio (2016):

> 122. Uma sólida formação pastoral exige não somente o exercício de uma atividade de caráter apostólico, mas também o estudo da teologia pastoral, a qual, sempre que necessário, serve do profícuo contributo das ciências humanas, especialmente da psicologia, da pedagogia e da sociologia (RFIS, 2016, n. 122, p. 55).

Ou seja, no processo de formação da identidade do presbítero, o fundamental é a dinâmica que move as relações de Deus e seres humanos, fazendo com que o sacerdote busque o fundamento do ensinamento de Cristo e vivencie esse fundamento perante sua comunidade. Para tanto deve estar munido de conhecimentos que favoreçam esse tipo de relação.

Por esse motivo o presbítero não pode apenas obedecer, sem refletir suas práticas criticamente, pois agindo dessa forma se tornará dependente, irresponsável e sem criatividade. "Desejará sempre ser mimado, cuidado e usufruirá de todos os privilégios possíveis, na expectativa do sucesso pessoal, cercando-se de aduladores, fechando-se ao diálogo e não aceitando críticas" (WISNIEWSKI, 2019, p. 7).

A identidade do presbítero deve passar pelo discernimento pastoral, conforme a Ratio (2016).

> 120. A chamada a serem Pastores do Povo de Deus exige uma formação que faça dos futuros sacerdotes peritos na arte do discernimento pastoral, isto é, capazes de entendimento profundo das situações reais do quotidiano e de realizar um bom juízo em suas escolhas e decisões. Para realizar o discernimento pastoral, deve colocar-se no centro do estilo evangélico da escuta, que liberta o Pastor das tentações da abstração, do protagonismo, da

> excessiva segurança de si e daquela frieza que o tornaria um contabilista do espírito, ao invés de um bom samaritano[173]. Quem se coloca à escuta de Deus e dos irmãos sabe que é o Espírito a guiar a Igreja para toda a verdade (Jo 16, 13)[174], e que esta, em coerência com o mistério da Encarnação se desvela lentamente na vida real do homem e nos sinais da história (RFIS, 2016, n, 120, p. 54).

Assim, no processo de formação da identidade, o sacerdote terá que estar inteiro, ou seja, protegendo sua integridade, vivendo de acordo com sua verdade e de acordo com a verdade dos outros, não podendo se fragmentar, por isso deve lutar contra a massificação, repudiando situações corruptivas, mesmo diante da fraqueza de sua condição humana, apostando na força do pensamento para o atingimento de sua maturidade espiritual, intelectual, afetiva e social.

2.3.3 As dimensões do processo pedagógico-formativo

As dimensões da formação presbiteral são correspondentes "às exigências essenciais de identidade e missão dos presbíteros, ainda mais importante na atualidade, devendo ser definidas e integradas harmonicamente ao longo do processo formativo em um consistente projeto pessoal de vida" (CNBB, 2010, n. 246)[175].

As dimensões da formação presbiteral constituem num conjunto harmonioso de cinco orientações: humano-afetiva, espiritual, comunitária, intelectual e pastoral-missionária, que são constantemente exercitadas em diversos momentos e expedientes do processo formativo, garantindo que sejam estabelecidos fundamentos sólidos e eficazes para a vida e missão dos presbíteros (JOÃO PAULO II, 1992)[176].

2.3.3.1 Dimensão humano-afetiva

A formação humano-afetiva dos seminaristas, fundamenta todo o processo de formação sacerdotal. "Sem uma oportuna formação humana, toda a formação presbiteral ficaria privada

---

[173] Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium,* n.33: *AAS* 105 (2013), 1034; *Amoris laetitia*, n. 300; FRANCISCO, *Homilia para o Jubileu dos Sacerdotes e dos Seminaristas* (03 de junho de 2016): *L'Osservatore Romano* 126 (04 de junho de 2016), 8.
[174] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[175] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documentos da CNBB – 93. *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, Edições CNBB. 32, 2010.
[176] *Pastores Dabo Vobis* 1992, n. 43.

do seu fundamento" (JOÃO PAULO II, 1992)[177]. Assim, "A grande meta é levar o formando a tornar-se uma pessoa voluntariamente oblativa, por meio da superação de amarras egoísticas e do aprendizado de amar segundo o modelo de Jesus" (CNBB, 2010, n. 250).

Na relação do futuro sacerdote consigo mesmo, são traçados objetivos que devem ser alcançados como o conhecimento pessoal; a valorização de si próprio, e o trabalho de construção de uma autoimagem e autoafirmação como pessoa original e singular. Neste sentido, essa dimensão revela sua especial importância aos destinatários da sua missão.

Para que seu ministério seja humanamente aceitável e credível, faz-se necessário que sua personalidade humana seja modelada no sentido de torná-lo ponte e não empecilho para os outros. Assim, a exemplo de Jesus que "sabia o que existe no coração de cada homem" (Jo 2, 25; cf. 8, 3-11) o sacerdote deve desenvolver a capacidade de conhecer profundamente a alma humana, intuindo dificuldades e problemas, facilitando o encontro e o diálogo, obtendo confiança e colaboração, exprimindo juízos e tranquilos e objetivos (JOÃO PAULO II, 1992)[178].

Neste sentido, conforme Ribeiro (2012, p. 19)[179]:

> É importante sentir-se aceito, vencer a timidez, o complexo de inferioridade e a insegurança; crescer no senso crítico, desenvolvendo o senso de autonomia: fazer a experiência positiva e estável da própria identidade e de opções livres, tomando decisões responsáveis. Vivenciar experiências concretas de relações sociais, superando possíveis carências afetivas, assumindo atitudes de cooperação, diálogo e respeito; liderança e iniciativa sem autoritarismo, relacionando-se de forma madura com pessoas de ambos os sexos.

Destaca-se ainda que as Diretrizes da Formação Presbiteral da Igreja no Brasil discorrem sobre a necessidade do futuro sacerdote assumir e integrar sua própria afetividade e sexualidade na jornada vocacional, procurando uma vivência que seja coerente ao celibato consagrado (CNBB, 2010, n. 255-256).

2.3.3.2 Dimensão Espiritual

De acordo com o Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília (2023):

---

[177] Cf. *ibid.*, 1992, n. 43.
[178] *Cf. Ibid*. 1992, n. 44.
[179] RIBEIRO, Miguel Ângelo Freitas. *A Formação dos Presbíteros na Diocese de Oliveira*. Oliveira: MG: Gráfica Santa Cruz LTDA, 2012.

> A formação espiritual deve ser ministrada de tal modo que os seminaristas aprendam a viver em intima comunhão e familiaridade com o Pai por meio do seu Filho Jesus Cristo no Espírito Santo. Destinados a configurar-se a Cristo Sacerdote por meio da ordenação, habituem-se também a viver intimamente unidos a Ele, como amigos, em toda a sua vida. Vivam o mistério pascal de Cristo, de modo a saberem um dia iniciar nele o povo que lhes será confiado. Sejam ensinados a procurar Cristo por meio da fiel meditação da Palavra de Deus; pela participação ativa nos mistérios sacrossantos da Igreja, sobretudo na Eucaristia, e na Liturgia das Horas; por meio do Bispo que os envia e dos homens a quem são enviados, especialmente, os pobres, simples, doentes, pecadores e descrentes. Com confiança filial, amem e venerem a Santíssima Virgem Maria que foi entregue por Jesus moribundo na cruz, como Mãe, ao seu discípulo.

Assim, "a espiritualidade do presbítero constrói-se ao redor da identidade com Cristo na docilidade ao Espírito de Deus e na prática da caridade pastoral" (CNBB 2010, n. 277). A formação espiritual deve ser trinitária, eclesial e cristocêntrica.

Neste sentido, o formando é motivado a trilhar seu caminho em íntima comunhão com a Santíssima Trindade, adotando como centro o mistério Pascal de Cristo (cruz e ressureição) e da Igreja, devendo aprofundar seu exercício de vida cristã e da vida pastoral, por meio da escuta e do estudo da Palavra de Deus e, consequentemente, da oração, vivenciando, dessa maneira, a docilidade ao Espírito Santo (BENTO XVI, 2010)[180].

O formando necessita de um aprofundamento do exercício da caridade pastoral e da vida cristã, tornando-se inteiramente todo de Deus e da Igreja, estando cada vez mais disponível à missão que Ele convocou no caminho da cruz (Lc 9, 23) e na resposta amorosa ao dom do celibato acolhido por amor ao Reino de Deus.

Vivenciando o uno e trino mistério de Deus, confirmando-se a Cristo, Bom Pastor, integrando-se inteiramente à causa dos mais pobres, em sua ação missionária, a vida do formando passa a ganhar um cunho "celebrativo na experiência de aprofundamento dos gestos salvíficos dos sacramentos e no culto litúrgico, na espiritualidade mariana, e na contemplação e imitação da vida dos santos como ícones de Cristo na história" (RIBEIRO, 2012, p. 21).

Ao se inteirar da realidade diocesana, priorizando os serviços da Igreja, em união com o Bispo e seu presbítero, assim como o povo, o formando irá aprender a cultivar uma espiritualidade que considera e respeita as inúmeras expressões da piedade popular, aumentando sua própria fé e espiritualidade cristã.

---

[180] *Verbum Domini* n. 82, 2010.

2.3.3.3 Dimensão comunitária

"Somente a efetiva e profunda experiência de comunidade poderá formar o presbítero segundo o modelo deixado por Jesus" (JOÃO PAULO II, 1992).[181] Jesus clamou a seus apóstolos para que "ficassem com ele" (Mc 3, 14). Por meio da experiência da comunhão e convivência com os outros discípulos missionários, o formando passa a fazer parte da família de Jesus e experimentar a sua intimidade (Mt 12, 49; At 2,42).

Nas suas relações interpessoais, os futuros sacerdotes devem ser instruídos a respeito da importância do relacionamento com o próximo e com a comunidade, e a serem corresponsáveis na missão e discípulos em comunhão (BRANDES, 2017).[182]

O formando necessita de auxílio para expressar-se e sentir-se membro do grupo, superando pequenas limitações e colaborando para o crescimento de todos. A vida em comunidade posiciona o formando em duas realidades essenciais na vida presbiteral: a comunhão de fé com o bispo e com todo o presbitério e; a partilha da vida com o Povo de Deus, o qual deve amar, acolher e servir (CNBB, 2010, n. 267).

Por isso é fundamental o bom ambiente de acolhida na casa de formação, onde deve ser facilitado do desenvolvimento de amizades sadias e o cultivo da afetividade num clima de convívio fraterno e alegre (CNBB, n. 212, 2010). O formando também deverá ser auxiliado a compreender a dimensão positiva dos conflitos, que só poderão ser solucionados por meio do diálogo franco e aberto. Outro dado importante é a corresponsabilidade na administração financeira e dos bens disponíveis a todos na casa de formação (CNBB, 2010, n. 272-273).

2.3.3.4 Dimensão pastoral-missionária

Quanto maior for o conhecimento do homem sobre a realidade do mundo, maiores serão as chances de conhecer a si mesmo na sua unicidade, compreender o sentido da vida e sua própria existência. A formação intelectual é essencial ao ministério ordenado, ligando-se de maneira profunda à formação humano-afetiva, espiritual e pastoral missionária.

Nas palavras de Magalhães (2017, p. 4)[183]:

---

[181] *Pastores Dabo Vobis* 1992, n. 60.
[182] Cf. DAp n.324.
[183] MAGALHÃES, Almir. (2017). *A dimensão intelectual na formação presbiteral para uma missão sem fronteiras*. Disponível em: https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj//www.missiologia.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/almir1.pdf.

> Numa sociedade do conhecimento, é inevitável que coloquemos a formação intelectual no centro das atenções, não como uma expressão que leve à vaidade, mas que nos qualifique para uma compreensão e prática missionária, tanto na configuração eclesial básica que é a Paróquia, como também numa compreensão universal, além-fronteiras.

Assim, o atual contexto cultural preconiza uma formação voltada para o anúncio do Evangelho, de uma maneira crível mediante as legítimas exigências da razão humana. Essa dimensão pastoral da formação acadêmica deve estar ligada a um caminho espiritual assinalado pela experiência pessoal de Deus (BRANDES, 2017)[184]. Configurando-se como uma exigência incoercível da inteligência onde o homem "participa da luz da inteligência de Deus" e busca uma sabedoria que, eclode e orienta para o conhecimento e a adesão a Deus (JOÃO PAULO II, 1992;[185] CNBB, 2010, n. 300).

O curso de Filosofia é um momento especial e essencial para formação do futuro presbítero, pois nele se aprende a entender e interpretar com maior profundidade o ser humano, a liberdade e suas relações com o mundo e Deus. Ribeiro (2012, p. 22) assinala que para conseguir tal intento:

> [...] é preciso educar-se ao estudo, ao rigor metodológico e à reflexão crítica, de modo a comunicar, de forma ordenada e orgânica, o que é realmente essencial. Educar-se para a seleção do essencial e à capacidade de síntese, em face da multiplicidade das informações e da crescente especialização das diversas disciplinas; promovendo o crescimento conjunto dos estudos com a vida espiritual e pastoral, de modo que, mutuamente, Fé e Vida sejam alimentadas.

Percebe-se, portanto, que no contexto da formação dos presbíteros, a dimensão intelectual deve voltar-se para a fidelidade a Deus, ao seu povo e a si mesmo. Para tanto deve haver uma interação entre a teoria e a prática, onde se aprenda a discernir a cultura contemporânea, para que se possa dialogar com os sujeitos do tempo presente.

De acordo com Magalhães (2017, p. 6) a dimensão intelectual atualmente é imprescindível para que os formandos sejam capazes de fazer a leitura do mundo, que está em constante mudança, para se capacitarem a dialogar com ele, assim como identificar os

---

[184] BRANDES, ORLANDO. (2017). Documento de Aparecida. Síntese popular. *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo a serviço da vida*. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.a12.com/source/files/originals/Documento_de_Aparecida_2017.pdf.

[185] *Pastores Dabo Vobis* n.51, 1992.

elementos que os afastam de suas missões, “para a construção do Reino de Deus na universalidade da missão da Igreja”.

2.3.3.5 Dimensão intelectual

Paulo VI (1965)[186] assinala que:

> É necessário que os alunos aprendam a arte de exercer o apostolado não só de maneira teórica, mas também prática, e saibam comportar-se com responsabilidade própria e em colaboração com os outros; para isso, sejam iniciados já durante os estudos e até no tempo de férias, na prática pastoral com exercícios convenientes, que devem ser levados a cabo, de harmonia com a idade dos alunos e circunstâncias dos lugares, segundo o prudente juízo dos Bispos, de forma metódica e sob a orientação de homens peritos em assuntos pastorais, não esquecendo a força superior aos auxílios sobrenaturais.

Assim, a formação pastoral-missionária trata-se de um princípio que unifica todo o processo formativo, consistindo na devida qualificação específica para o ministério pastoral, sempre ungido pela ação e condução do Espírito de Deus (CNBB, 2010, n. 300). Neste sentido, “é necessário que o presbítero seja testemunho da caridade do próprio Cristo que passou fazendo o bem” (At 10, 38). Ninguém poderá ser ordenado presbítero “se não tiver feito uma experiência pastoral positiva” (CNBB, 2010, n. 312).

A educação dos futuros presbíteros deve se voltar para a formação de verdadeiros pastores de almas, a exemplo de Jesus Cristo, Mestre, Sacerdote e Pastor. O formando deve ser levado à compreensão de que Jesus o chama e o envia para a missão (Mc 3,18; Mt 28, 19-20). Devem, portanto, ser preparados para o ministério da Palavra, onde a Palavra de Deus revelada seja, por eles, cada melhor compreendida, para que possam apropriar-se dela pela meditação e passem a comunicá-la verbalmente e por exemplo de vida.

Na concepção de Ribeiro (2012, p. 21):

> Esta dimensão o capacita para a liderança, o planejamento, a organização e a avaliação participativas. Envolve um despertar para a responsabilidade e para a capacidade de organizar e coordenar trabalhos, comunicar-se, viver em grupo, a trabalhar em equipe, participar da tomada de decisões, execução e

[186] *Optatam Totius* 1965, n. 21. Disponível em: /www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decr.e_19651028_optatam-totius_po.html.

> revisão da ação. A partir das pequenas ações refletidas e avaliadas, o formando deve crescer em sua inserção eclesial e social, de modo a ser presença transformadora no mundo.

Percebe-se que esta dimensão cria um maior vínculo do seminarista com o povo de Deus, permitindo-lhe uma experiência concreta dos trabalhos pastorais que se realizam nas paróquias da diocese. E será por meio das atividades prático-pastorais realizadas com iniciação adequada, inserção cuidadosa, engajamento e progressiva responsabilidade por serviços ministeriais, que o formando poderá descobrir, valorizar e colocar seus talentos a serviço da Igreja (JOÃO PAULO II, 1992).[187]

Portanto, quando um jovem deseja consagrar a sua vida a Deus como presbítero, deve ter como primeiro propósito, o de aproximar-se cada vez mais de Jesus Cristo, o Bom Pastor. Todas as atividades realizadas dentro das casas de formação necessitam adotar como meta principal auxiliar o vocacionado a experienciar um verdadeiro encontro com Jesus Cristo, amando-O progressivamente e, consequentemente, fortalecendo seu desejo de seguir o Mestre incondicionalmente, doando sua vida em favor de todos, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, principais alvos da ação cristã.

Nas palavras de um seminarista:

> A dimensão pastoral oferece-nos grande ajuda para crescermos na assimilação das atitudes do Cristo, o Bom Pastor. Crescemos também no compromisso pessoal com a vida do povo, educando-nos para o exercício fiel e amadurecido das responsabilidades de pastor. A formação pastora nos leva ser fermento de transformação da sociedade e capacita-nos para uma visão de conjunto de ação missionária da Igreja (BRUNO ANDRADE apud. SILVA, 2014, p. 1)[188].

Observa-se que a dimensão pastoral-missionária irá possibilitar ao formando se preparar para ser pastor, auxiliando ao Povo de Deus a ter mais fé, vivendo de maneira concreta as propostas de caridade e amor ao próximo defendidas por Jesus.

Deve-se destacar que o simples fato do candidato ao ministério ordenado morar no Seminário não é suficiente para um bom processo formativo. Os seminaristas precisam ser acompanhados individualmente por membros de uma comunidade formativa, dentro de um processo formativo unitário, dividido em fases. Os formadores, em comunhão com o Bispo possuem a responsabilidade de acompanhar esses candidatos, desde o ingresso nos seminários até a conclusão da formação inicial.

---

[187] *Pastores Dabo Vobis* 1992, n. 58.

[188] SILVA, Edmar José da. (2014). *A importância da dimensão pastoral na formação presbiteral*. Disponível em: https://seminarioauxiliadoragv.com/2014/11/a-importancia-da-dimensao-pastoral-na.html.

A RFIS (2016, n. 44) define que os seminaristas necessitam ser acompanhados de maneira individualizada. Pode-se assim, compreender o acompanhamento formativo como um tipo específico relação entre o formador, dentro das suas competências e funções, e o formando. Nesse processo formativo o principal componente deve ser a relação interpessoal. Quando tal não acontece não se consegue chegar à profundidade do sujeito, no que se refere à interiorização dos valores assim como à transformação das atitudes, para que se consiga a produção de comportamentos ligados à identidade sacerdotal.

A formação sacerdotal requer certos requisitos indispensáveis, para que as dimensões possam ser efetivadas, de maneira adequada, nas diferenciadas etapas, por meio do acompanhamento individual e comunitário, visando a formação integral dos seminaristas. Os resultados das etapas, serão os escrutínios da qualidade do acompanhamento, do entendimento da identidade sacerdotal e do grau de sensibilidade dos formadores.

Querer nem sempre significa poder. Existem muitas situações em que os formadores, quando participam de cursos de capacitação sentem-se angustiados, em decorrência da discrepância da formação sacerdotal que oferecem e o que é proposto pela Igreja. Existem casos em que apesar de haver o desejo de aprimoramento do trabalho formativo, não existem meios e recursos necessários para fazê-lo.

Neste sentido a Ratio pode ser benéfica, pois propõe uma nova reflexão sobre o processo formativo. No entanto, devem ser observados alguns pontos de críticas que este documento da Igreja Católica vem sofrendo como a ênfase excessiva na dimensão humana negligenciando outros aspectos importantes da formação como as dimensões pastoral e espiritual; a dificuldade em lidar com a diversidade de contextos e experiências; poucas orientações sobre a integração da sexualidade; maior clareza no papel e responsabilidade de cada membro da comunidade formativa; excessivo foco no Seminário; risco de aplicação mecânica e burocrática, sem levar em conta as necessidades específicas do contexto e de cada indivíduo; falta de grandes novidades no que se refere à formação sacerdotal, ou seja, poderia ser mais inovadora e ousada.

No entanto, conforme Santos (2023, p. 2)[189], apesar dessas críticas a RFIS é um documento relevante para a formação sacerdotal, objetivando, principalmente, apresentar um ponto de referência para as igrejas locais no processo formativo de seus padres. Para o autor tanto a avaliação crítica como o diálogo sobre o documento "são importantes para garantir que

[189] SANTOS, José Carlos dos. (2023). *Implicações Concretas da Ratio Fundamentalis no processo de atualização da Ratio Nationalis*. Disponível em: https://padrejosecarlos.com.br/noticia/implicacoes-concretas-da-ratio-fundamentalis-no-processo-de-atualizacao-da-ratio-nationalis-pe-jose-carlos-dossantos.

a formação sacerdotal continue a responder aos desafios e às necessidades da Igreja e do mundo atual".

Segundo Silva (2020)[190] durante o período formativo deverá ocorrer o acompanhamento personalizado, continuando por toda a vida, tendo a confiança mútua como pré-requisito. Não se tem como chegar à intimidade do formando por caminho diferente do que foi aberto pelo próprio formando, de maneira espontânea e livre. O formador tem que passar uma imagem de confiança, ser bom ouvinte, estando preparado para auxiliar o seminarista no seu processo de maturação e discernimento vocacional.

Esse acompanhamento formativo deve ser fruto de muito empenho, preparação e experiência. Os formadores devem possuir uma boa preparação em nível psicológico, principalmente nas áreas da psicopatologia e do desenvolvimento humano. Além disso, devem ser oportunizados encontros com especialistas, para maior aprofundamento da capacitação adquirida.

No entanto, deve-se ficar atento, pois muitos formadores recaem no perigo de confiar o acompanhamento personalizado apenas a especialistas. Será através do acompanhamento personalizado que se poderá conhecer realmente o formando, que se poderá ajudá-lo a internalizar seus valores vocacionais.

Silva (2020), por sua vez destaca que o processo formativo é fundamentalmente comunitário, ou seja, deve ser desenvolvido em comunidade. O sacerdote está destinado a ser guia de determinada comunidade cristã. Dessa forma, o Seminário deve preparar o futuro presbítero para a inserção no presbitério, dando-lhe capacidade de manter um relacionamento saudável e maduro com o Bispo, outros presbíteros e com o povo a quem servirá.

Quando os candidatos ao ministério ordenado são formados fora do contexto comunitário terão maior dificuldade de internalizar os valores sacerdotais, de atingir a maturidade humana, vocacional e cristã.

Dentro dessas perspectivas, tem-se observado que a formação sacerdotal vem enfrentando muitos desafios em consequência da crescente secularização, da crise de valores na sociedade e da necessidade de adaptação desse mundo em mudança constante, principalmente com o avanço tecnológico. O processo formativo precisa antes de tudo preparar

---

[190] SILVA, Romário Domingos da. *Gradualidade da formação sacerdotal à luz da Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. Monografia (Bacharelato em Teologia), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2020.

os futuros presbíteros a lidarem com as pressões do mundo contemporâneo e com o complexo ministério sacerdotal.

Quando não bem formados, segundo Cole (2007), os padres podem adquirir certos vícios como orgulho, vaidade, ambição, inveja, avareza, gula, luxúria, ira e acedia (apatia espiritual), destruindo tanto sua vida espiritual quanto seu trabalho. Para o autor saber como não ser mau não é exatamente a mesma coisa que saber como ser bom. Por isso preconiza que todo sacerdote deve estar unido a Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote, e viver toda a sua vocação in persona Christi. Isso só pode ser alcançado por meio da oração – oração profunda e constante que se eleva ao nível da contemplação. Todos os sacerdotes devem aprender a contemplar. É nesse contexto que se desenvolve a vida do sacerdote, uma vida de oração e união que deve estar no cerne da identidade do sacerdote como esposo da Igreja e pai espiritual dos filhos da Igreja. É também nesse contexto que o sacerdote deve travar sua batalha contínua contra aqueles inimigos ocultos – aqueles vícios – que destroem muitas vocações.

Marmion (2005)[191] descreve a formação sacerdotal como um processo cheio de desafios, mas bastante gratificante, que demanda dedicação, oração e constante busca por uma identificação com Cristo, o Bom Pastor.

[191] MARMION, Columba. *Christ* – the Ideal of the Priest. San Francisco: Ignatius Press, 2005.

2.4 – CAPÍTULO 4: DIMENSÃO INTELECTUAL NA FORMAÇÃO PRESBITERAL

O primeiro passo educativo para os futuros presbíteros é a Educação Básica, que apesar das constantes organizações e reorganizações ainda apresenta muitos desafios a serem vencidos, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares. A Educação Básica ainda não pode ser considerada como uma educação de qualidade. As etapas da Educação Básica são Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, que deve atender crianças dos 4 aos 17 anos.

Tem-se observado que apesar da taxa de brasileiros alfabetizados ter aumentado nos últimos anos, o analfabetismo e, principalmente o analfabetismo funcional, ainda são uma triste realidade no país. O processo de alfabetização é aquele que dever oferecer as bases para o aprendizado dos estudantes durante toda sua vida. No entanto, ele está defasado, acumulando dificuldades ao longo do tempo, provocando muita desmotivação e até mesmo abandono dos estudos.

É fato comprovado que uma má infraestrutura afeta diretamente a qualidade do aprendizado dos alunos. Escolas precisam de ambientes como bibliotecas, salas de leitura, quadras de esporte, laboratórios, cantinas e pátios, que são espaços de construção do conhecimento e socializadores. Por outro lado, é importante se dar atenção ao número de alunos dentro de uma mesma sala de aula, às condições de higiene, à manutenção dos equipamentos pedagógicos e aos investimentos em tecnologia.

Se os alunos passam pela Educação Básica com problemas, desinteresse, e dificuldades de aprendizagem, acabarão levando essa defasagem ao longo de suas vidas. Desse modo, uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Uma educação voltada para a qualidade do ensino não fica presa na transmissão de conteúdo, ao contrário, busca fomentar o pensamento crítico, a resolução de problemas e a capacidade de aprendizado ao longo da vida, características fundamentais para o desenvolvimento da intelectualidade.

Sem uma Educação Básica de qualidade o futuro presbítero terá problemas nos seus cursos de Filosofia e Teologia, que dependem de uma base sólida de conhecimento e habilidades desenvolvidas nesse período, para que possam ser efetivamente compreendidas e apreciadas. Uma Educação Básica de qualidade fornece o vocabulário, as habilidades de leitura e escrita, o pensamento crítico e a compreensão de conceitos fundamentais para o engajamento em questões fundamentais para a formação presbiteral.

Depois da Educação Básica a formação intelectual específica do sacerdote será constituída pelo Curso de Teologia e pelo Curso de Filosofia. O primeiro tem como objetivo o estudo da Revelação à luz da Fé e do Magistério da Igreja Católica, de maneira que "os estudantes possam nela penetrar profundamente, torná-la alimento da própria vida espiritual, anunciá-la, expô-la e defende-la no ministério" (ZILLES, 2007, p. 10)[192]. O autor complementa que:

> A Palavra de Deus, por sua vez, recebemos em formulação humana, para homens de diferentes culturas, etc. Ora, para o trabalho de tradução permanente da Palavra de Deus para dentro de novas situações a Teologia precisa da Filosofia, a fim de melhor compreender a pessoa humana, sua liberdade, suas relações consigo, com outros e com Deus (ZILLES, p. 10).

Amado (2019, p. 15) pondera que:

> É importante encontrar caminhos sólidos para a formação dos presbíteros, também no que se refere à dimensão intelectual. O presbítero, insiste a nova *Ratio*, necessita estar preparado para a todo momento, ser capaz de explicar, de modo razoável e inteligível, as razões de sua fé e, a partir daí os motivos pelos quais é necessário seguir determinado caminho ético. Ao fazê-lo já não basta expor a lógica interna de um raciocínio filosófico ou teológico nem apresentar o argumento de autoridade da Escritura, da tradição ou da instituição. Em nossos dias é indispensável que a mensagem seja traduzida em categorias que, mantendo-se fiéis ao conteúdo cristão, sejam igualmente aptas a falar à vida dos interlocutores.[193]

Neste entendimento há a necessidade de um trabalho integrado entre formadores e docentes, pois conforme afirma Zilles (2007, p. 10) "do contrário o estudo degenera em ideologia e perde-se à margem dos problemas e da própria fé". Assim, na formação intelectual do futuro presbítero, a Filosofia e a Teologia são fundamentais, porque a primeira irá fornecer a capacidade de raciocínio lógico, da análise crítica e da compreensão da realidade, já a Teologia irá oferecer o conhecimento da fé, da doutrina e da tradição da Igreja, possibilitando que o sacerdote interprete a Palavra de Deus e a difunda, defendendo com fé e clareza sua argumentação. Sintetizando, "no mundo da tecnociência, exige-se um nível sempre mais alto de formação intelectual dos presbíteros para a própria atividade pastoral" (ZILLES, 2007, p.10).

---

[192] ZILLES, Urbano. Dimensão intelectual dos futuros presbíteros. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 155, p. 5-18, mar. 2007.

[193] AMADO, Joel Portela. A caridade pastoral e o seu diálogo com a razão: algumas reflexões sobre a dimensão intelectual na formação dos presbíteros. *Vida Pastoral*, ano 60, n. 328, p. 13-20, 2019.

2.4.1 A Evolução da Educação no Brasil

No que se refere à história da educação escolar brasileira, do período colonial ao Império, e finalmente na república, pode-se evidenciar que o arquétipo de escolarização populacional assumiu diferenciados significados e contornos ao longo dos tempos, como resultado de diversas políticas educacionais. Transformações econômicas, sociais e mudanças políticas tiveram impactos diretos na escolarização nacional, atribuindo à escola diferentes papéis (GOUVÊA, 2007)[194].

Depois da experiência familiar a escola trata-se do primeiro ambiente social vivenciado pela criança. Assim sendo, o papel da escola é muito relevante na vida dos indivíduos, pois será no período da infância e da adolescência, que ocorrerá o desenvolvimento do processo de interação entre os sujeitos e a sociedade em que estão inseridos. Deste modo, quando a escola promove diariamente, "mecanismos propositivos, como a participação e o diálogo, estará possibilitando que as relações sociais construídas dentro deste contexto se transformem na base de apoio para o desenvolvimento psicossocial e humano das crianças (VIRÃES, 2013)[195].

Tem-se evidenciado, no entanto, que a educação escolar passa por um grande paradoxo, pois ao mesmo tempo que tem como missão educar todas as pessoas, nem sempre está atenta às diferenças sociais culturais dos alunos. Cunha e Dazzani (2016, p. 61)[196] descrevem que existe uma certa dissonância entre a teoria e a prática cotidiana "atrelados à identidade da instituição escolar, subordinados a uma extensa e sólida tradição normatizante e conservadora, com pouco ou nenhum espaço para a singularidade e a diversidade".

Historicamente falando, a escola como é hoje conhecida, não teve sempre o mesmo status. Até meados do século XIX, na Europa, a instituição escola era para bem poucos, pois a grande maioria dos indivíduos não tinha condições de pagar para frequentá-la e, consequentemente, formar-se. Assim, as escolas eram frequentadas exclusivamente pelas classes sociais mais privilegiadas, aquelas em que o sustento familiar estava garantido, sem que os jovens fossem obrigados a trabalhar (BARROSO FILHO, 2000)[197].

---

[194] GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: Apontamentos para uma reescrita. *Revista Educação em Questão*, 28(14): 121-146, 2007.

[195] VIRÃES, Maria Betânia Amaral Rodrigues de Almeida. *O Papel da Escola na Educação de Valores*. (Dissertação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa. Lisboa, 2013.

[196] CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Da repulsão da escola à diferença: historicizando raízes, perspectivando saída. In: DAZZANI, Maria Virgínia Machado: SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de (Orgs), *Psicologia Escolar Crítica:* Teoria e Prática nos contextos educacionais. (pp. 57-73). Campinas: Alínea, 2016.

[197] BARROSO FILHO, Geraldo. Universalização da Escola Pública do "Para que?" ao "Quanto?". *Revista Contexto & Educação*, 59(2): 07-20, 2000.

No Brasil, o processo de escolarização assumiu passos bem parecidos. Até o século XIX, a sociedade era totalmente desescolarizada, e o analfabetismo era muito comum. As elites escravocratas do Brasil Colônia e do Império conviviam com milhares de analfabetos sem considerá-los inferiores, pois o analfabetismo era comum até mesmo nas elites portuguesas (BARROSO FILHO, 2000). No período colonial (1500-1822) a educação estava baseada no conteúdo cultural ministrado pelos padres Jesuítas. De acordo com Marçal Ribeiro (1990, p. 72)[198]:

> O período colonial brasileiro, baseado na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, contribuiu para o florescimento de uma sociedade altamente patriarcal caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras. O estilo medieval europeu da cultura transmitida pelos jesuítas, correspondia às exigências necessárias para a sociedade que nascia, do ponto de vista da minoria dominante. A organização social da colônia e o conteúdo cultural se relacionavam harmonicamente. Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditavam ser neutra.

Dessa forma, o ensino prestado pelos Jesuítas era totalmente fora da realidade da vida da Colônia, destinado somente à transmissão de uma cultura geral básica, que não buscava nenhum tipo de qualificação. Esse tipo de estudo não contribuiu para que houvesse mudanças estruturais na sociedade e na economia. Nesse período, segundo Romanelli (1978)[199] a educação não era uma prioridade pois as atividades produtivas não exigiam estudo, nem para os administrados nem para os serviçais. “Dessa maneira, o ensino só tinha utilidade para alguns espíritos ociosos que não eram destinados à administração da unidade produtiva e que podiam se dar ao luxo de se cultivarem (ROMANELLI, 1978, p. 28).

Ainda de acordo com Romanelli (1978, p. 32):

> Na primeira metade do século XVIII, Portugal era administrado com "mão de ferro" pelo Marques de Pombal, que fez uma série de reformas educacionais que repercutiram no Brasil. Tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando assim, um ensino pelo e para o Estado. Porém, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração das Aulas Regias, a situação não mudou, pois, o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às

[198] MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas. Coleção Textos, Volume 4, Araraquara: UNESP, 1990.
[199] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

> autoridades e aos modelos antigos. Até os professores eram, em sua maioria, os mesmos que lecionavam nos colégios jesuítas. As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até nossos dias, visto que temos uma Educação voltada para o Estado e seus interesses.

Surgiram também dificuldades para a educação, pois com a expulsão dos Jesuítas, o país ficou treze anos sem uma substituição de educadores. Leigos começaram a ser introduzidos no Ensino e o Estado passou a assumir atribuições educativas, embora as bases da educação não tenham mudado em nada, ou seja, o ensino continuou a ser destinado aos mais ricos, fato que perdurou até o período imperial (SAVIANI, 2008)[200].

Na época do Império (1822-1889) o Estado passou a ser responsável pela Educação, no entanto, o significado de educação pública não se voltava para o conceito de educação popular, ou seja, não era entendida como uma forma importante para se disseminar conhecimentos fundamentais para a formação de cidadãos e para a constituição da nacionalidade (MIGUEL, 1999)[201].

Os negros e os filhos dos brancos pobres não tinham chance de educação, pois tinham o dever de ser úteis e produtivos trabalhando nas lavouras de café, enquanto os jovens das elites eram assistidos por professores particulares. Nessa época o papel da educação era o de transmitir valores morais, conhecimentos básicos de aritmética e português, voltando-se somente para o ler, escrever e fazer contas. Esses conhecimentos eram considerados como fundamentais para garantir a moral e a instrução das classes pobres, que eram consideradas como potenciais baderneiros e agitadores sociais (VIVEIROS, 2007)[202].

No final do império, de acordo com Barroso Filho (2000), foram registradas várias manifestações isoladas contra o analfabetismo que dominava a classe pobre. No entanto, ainda segundo o autor, no início do período republicano, final do século XIX e início do século XX, a escolarização dos indivíduos pobres era muito temida, pois poderia colocar em risco a estrutura natural da sociedade.

De acordo com Boufleuer e Prestes (2013, p. 243)[203]:

---

[200] SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS – Revista Científica*, 10(2): 147-167, 2008.

[201] MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (1999). O significado da educação pública no Império (Paraná província). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Pesquisa em história da educação:* Perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições. (pp. 87-94).

[202] VIVEIROS, Kilza Fernandes Moreira de (2006). A criança negra no Maranhão: uma leitura a partir da infância afrodescendente no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação.

[203] BOUFLEUER, José Pedro; PRESTES, Rosane Mürmann. A escola que avalia e que é avaliada: o papel da escola na construção de um mundo humano comum. *Revista Educação*, 36(2): 240-249, 2013.

> O fim do Império e início da República (1889-1930) foi caracterizado como era de civilizar, controlar e doutrinar, já que o cenário estava marcado pelo estabelecimento de um novo modelo de Estado. A nova ordem política tinha como interesse a educação de todos, sendo, portanto, necessária a viabilização da educação a todos e, ao mesmo tempo, dentro das condições possíveis, para isso, a sala de aula mostrou-se como uma solução eficaz. A organização da escola passou a centrar-se no conhecimento em disciplinas, transmitidas por professores a classes de alunos.

No período industrial a educação passou por muitos problemas estruturais, ocorrendo um avanço acelerado na educação profissional, produzindo uma nova configuração. A escola começou a voltar-se para a formação de operários e soldados, obedientes, dedicados e centrados, por meio de um ensino prático onde eram passados os conhecimentos técnicos importantes para a Federação em que a escola estivesse inserida (TENÓRIO, 2009)[204].

Nesse mesmo período começou uma série de debates sobre metodologias de ensino, procurando-se conhecer as circunstâncias que levavam os alunos a aprender, por se compreender que havia uma grande distância entre o conhecimento ministrado pelos professores e a aprendizagem significativa e efetiva dos alunos. Neste período a Pedagogia começou a ter destaque, revelando que educar não era somente transmitir conteúdos, implicando também novas maneiras de mediação indo muito além daquelas focadas somente no saber das disciplinas por parte dos mestres (BOUFLEUER; PRESTES, 2013).

Em 1930, na chamada Era Vargas, foi instalado um Governo Provisório, presidido por Getúlio Vargas, criando por meio do Decreto 19.402/30, o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. O papel desse Ministério era estudar e encaminhar todos os assuntos relativos ao ensino, à assistência hospitalar e à saúde. Esse Ministério era comandado pelo Ministro Francisco Campos que realizou uma das primeiras reformas educacionais do país, conhecida com Reforma Francisco Campos, onde foi colocada em prática pela primeira vez no sistema educacional brasileiro a estrutura orgânica ao estudo secundário, comercial e superior (ROMANELLI, 1978).

Entre 1931 e 1961 houve a regulamentação nacional das escolas primárias, secundárias e superiores, incorporando-se uma política pedagógica renovadora. Entre 1961 e 1996 a regulamentação da educação nacional foi unificada, abarcando as redes públicas e privadas, que foram sendo elaboradas de acordo com a produção produtivista de escola. Neste período foi promulgada a Constituição Federal Brasileira de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases

---

[204] TENÓRIO, Nivaldo Corrêa. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos - uma releitura. *Revista Espaço Acadêmico*, 92, 1-7, 2009.

da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, que declaram o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, assegurando também o direito de ensino a jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, assim como a gradual universalização do Ensino Médio gratuito (LOMBARDI; SAVIANI; NASCIMENTO, 2005)[205].

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), acentuou-se a lógica neoliberal, cujos ideais voltavam-se para os interesses capitalistas, impactando a educação. Neste período as escolas começaram a adotar um modelo mercadológico, numa organização escolar gerencial, tendo como focos principais a produtividade e a eficiência, ou seja, a educação era regida por interesses do mercado, "dando prioridade a investimentos que suscitassem custo-benefício para o setor educacional" (FLACH, 2012, p. 6)[206].

Tal modelo foi enfraquecendo após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que começou a tratar de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) não focando mais apenas no Ensino Fundamental (FLACH, 2012).

No entanto, mesmo nos dias atuais, tem-se percebido um conjunto de fatores que afetam negativamente a educação escolar brasileira, onde podem ser destacados problemas que muitas vezes a própria escola não se dá conta, e que querendo eximir-se da responsabilidade, atribui o fracasso às famílias e outros. A escola ainda é um sistema excludente, principalmente no que se refere à sua maneira de avaliar o desempenho dos alunos, ao seu método pedagógico focado na transmissão de conteúdo, sem levar em conta a realidade dos alunos, não dando oportunidades às vivências e expressões dos seus educandos (SCHWERTNER; MUNHOZ, 2017)[207].

Para os autores:

> A escola atual deve se reajustar aos novos e diferentes alunos, para que possa se construir papéis e valores únicos para uma geração que necessita muito mais de vivência de novas experiências do que compreender papéis ou valores obsoletos para os tempos atuais. A função civilizadora da escola de propiciar modelos culturais e racionalizar sujeitos para gerenciar o mundo parece estar enfraquecendo na contemporaneidade (SCHWERTNER; MUNHOZ, 2017, p. 59).

---

[205] LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *A escola pública no Brasil:* história e historiografia. Campinas: Autores Associados.

[206] FLACH, Simone Fátima. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. *Revista Contexto & Educação*, 27(87): 4-25, 2012.

[207] SCHWERTNER, Suzana Feldens; MUNHOZ, Angélica Vier. Imagens da escola e suas funções na contemporaneidade: o discurso de estudantes concluintes do ensino médio. *Revista Imagens da Educação*, 7(1): 58-69, 2017.

Assim, a educação brasileira vem apresentando desafios de diversas naturezas: estruturais, pedagógicos, financeiros, culturais etc. O PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desempenha um papel fundamental na análise do desempenho educacional de vários países. O PISA não está limitado a simples medição de resultados acadêmicos: proporciona uma visão abrangente das habilidades e conhecimentos dos estudantes em áreas-chave. Além de avaliar a capacidade dos alunos de 15 anos, de diversos países, em aplicar seus conhecimentos na resolução de problemas do mundo real. Entre os aspectos que avalia estão: leitura, matemática e ciências. Os resultados do PISA 2022 mostram que o Brasil continua abaixo da média da OCDE em todas as três áreas avaliadas. Em matemática, o Brasil ficou em 65º lugar no ranking. Em leitura ficou em 52º e, em ciências ficou em 62º lugar. Tais resultados mostram que a educação nacional precisa melhorar significativamente, pois os alunos brasileiros não estão sendo preparados para enfrentar os desafios do mundo moderno, o que pode prejudicar o desenvolvimento social e econômico do país (RAMAL, 2024)[208].

De acordo com Faria, Ferreira e Alves (2020)[209], a qualidade do ensino é uma base fundamental para o desenvolvimento educacional e a formação integral dos alunos na educação pública e privada. No entanto, vários aspectos acabam comprometendo essa qualidade, que vão desde a formação de professores até a atualização da base curricular.

A formação continuada dos professores é uma estratégia indispensável para a superação do desafio da qualidade de ensino. Muitos programas oferecem oportunidades para o desenvolvimento desses profissionais, como workshops e treinamentos específicos, que são essenciais para a garantia de que os educadores estejam atualizados com as melhore práticas metodológicas e pedagógicas (RAMAL, 2024).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a permanente revisão e atualização dos currículos escolares, através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que abarca toda a Educação Básica. Apesar do BNCC ainda apresentar vários desafios no seu processo de implantação, estes devem ser superados, quando se pensa numa educação de qualidade, seus benefícios devem ser plenamente realizados para as novas gerações de estudantes (FARIA; FERREIRA; ALVES, 2020).

---

[208] RAMAL, Andrea. *Educação no Brasil:* um panorama do ensino na atualidade. São Paulo: Atlas, 2024.
[209] FARIA, Edna Silva; FERREIRA, Adriano de Melo; ALVES, Amone Inácia. *Ensaios da Educação Básica:* conflitos, tensões e desafios. Curitiba: Appris, 2020.

Apesar da integração da tecnologia na educação ser uma realidade atualmente, ainda existe uma grande desigualdade no que se refere ao acesso à tecnologia, ocasionando uma divisão digital. Poucos alunos possuem acesso à internet, o que acaba produzindo uma desigualdade digital. No entanto, além do acesso, é fundamental a capacitação dos educadores para que possam incorporar efetivamente a tecnologia nas suas práticas educativas. Assim, programa de treinamento contínuo são fundamentais para que os professores possam utilizar plenamente os recursos digitais disponíveis, promovendo métodos de ensino mais motivadores, dinâmicos e interativos (SCHWERTNER; MUNHOZ, 2017).

A gestão escolar precisar ser, assim, muito eficiente, para atender as demandas educacionais crescentes, garantindo que os profissionais da educação estejam motivados, capacitados e em harmonia com os objetivos educacionais (RAMAL, 2024).

O enfrentamento dos desafios da educação no Brasil é um caminho desafiador, mas imprescindível para a construção de um sistema educacional que atenda verdadeiramente às necessidades de todos os alunos. São muitos os obstáculos: desigualdades sociais e econômicas, gestão escolar deficiente, má formação de professores, que demandam esforços coordenados e muito comprometimento para a transformação da educação.

2.4.2 Seminários e a formação católica no Brasil

A formação sacerdotal, ou seja, a produção de um padre católico (produção de subjetividade) trata-se de uma ação que acontece no cerne de uma conjuntura social e eclesial peculiar, processada principalmente no âmbito do seminário, espaço fechado, criado pela Igreja Católica com o intuito de preparar os indivíduos para a vida clerical. São muitos os discursos que circulam acerca desses estabelecimentos e, também são várias as práticas que predominam nesse processo formativo. Na concepção do presente estudo é bastante relevante conhecer as práticas que se desenvolvem no contexto institucional dos seminários católicos, buscando um entendimento do contexto global dessa instituição cujo principal objetivo é produzir pastores para conduzir as ovelhas de Deus. No mundo hodierno é fundamental tal conhecimento quando se busca estratégias políticas-sociais que visem a transformação e o desenvolvimento de metodologias mais adequadas com a realidade do mundo.

2.4.2.1 Breve histórico

Até o início do século XVIII não existiam seminários (episcopais ou diocesanos) no Brasil. O clero era formado e preparado nos colégios Jesuítas, sendo que a maioria dos sacerdotes se ordenava em Portugal. O primeiro Seminário brasileiro foi o Seminário São José, fundado no Rio de Janeiro em 1739, pelo bispo Dom Antônio Guadalupe. Mais tarde foi criado um Seminário na Bahia, no ano de 1747, denominado Seminário Nossa Senhora da Conceição, sendo projeto do Arcebispo D. José Botelho de Matos, que entregou sua direção aos jesuítas. No entanto, em 1759, foi fechado, pois os jesuítas foram expulsos do território nacional (RUBERT, 1992)[210].

Com a expulsão dos jesuítas, outros seminários que haviam sido fundado nesse período (Paraíba, São Paulo, Mariana, Pará e Maranhão) também entraram em crise, pois toda a formação do clero diocesano, durante o período colonial estava a cargo da Companhia de Jesus. Entre os seminários do século XVIII o único que não sofreu instabilidade foi o do Rio de Janeiro, Seminário São José, por não estar vinculado aos Jesuítas (RUBERT, 1992).

Na segunda metade do século XVIII foi criado o Seminário de Olinda, na antiga casa do colégio e habitação dos abolidos jesuítas, fundado por D. Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, em 1799, recebendo o nome de Dona Maria I. Já no início do século XIX foram reabertos alguns seminários como o do Maranhão (1805), Bahia (1816) e Mariana (1821). De acordo com Alencar (2018)[211], nesse período não se exigiam muitos conhecimentos e estudos teológicos, apenas eram requeridos o Catecismo de Montpellier e o Manual de Teologia de Lion, ambos jansenistas e condenados por Roma.

Hauck (1985)[212] destaca que:

> O bispado brasileiro na época do padroado trazia consigo peculiaridades jansenistas e regalista, fundamentadas na Universidade de Coimbra, onde era corriqueiro que certos candidatos ao sacerdócio fossem estudar. Era também fato comum que estes seminaristas aceitassem a autoridade do Monarca até nos assuntos que diziam respeito à religião, havendo mesmo a necessidade da aprovação prévia do rei para a validade de documentos emanados de Roma. Tal fato teve como consequência a demora na implantação das diretrizes tridentinas no Brasil, o que ocorreu somente mais tarde, com a romanização do clero (HAUCK, 1985, p. 82).

[210] RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia del Brasil*. Madri: Mapfre, 1992.
[211] ALENCAR, Flávio L. *História da Igreja no Brasil*. Curitiba: Intersaberes, 2018.
[212] HAUCK, José Fagundes. A Igreja na emancipação: 1808-1840. In: HAUCK, José Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1985. p. 7-139.

Não existia unidade na orientação passada pelos bispos e nos critérios para a ordenação dos presbíteros. Não era exigido dos candidatos que frequentassem o seminário, bastando apenas um exame de conhecimentos, que pode ser considerado como bastante indulgente. Esses conhecimentos poderiam ser adquiridos em particular, com sacerdotes mais cultos. Para o exame de subdiaconato exigia-se o latim e o catecismo de Montpellier, para o diaconato, "história sagrada e eclesiástica, exegese e patrística, para o presbiterado, teologia, liturgia e cantochão" (RUBERT, 2010, p. 301)[213].

De acordo com Azzi (2008)[214]:

> Um dos maiores problemas relacionados à formação de um clero nativo foi o celibato. A formação tridentina acentuava a rigidez das regras morais. No entanto, as populações indígenas apresentavam padrões morais diversos e a castidade se tornava um desafio não somente às vocações nativas, mas também aos europeus que chegavam no Brasil. A vida dos primeiros missionários jesuítas era toda ela envolta em defesas para salvaguarda da castidade. Nessas circunstâncias, a vida de muitos missionários na nova terra tornava-se uma contínua luta contra as tentações (AZZI, 2008, p. 205).

Os Bispos de Mariana adotavam uma conduta pessoal exemplar, exigindo um curso sério com provas de penitência. No entanto, muitos candidatos que não eram aceitos em Mariana conseguiam ser ordenados em São Paulo, cujo bispo D. Mateus de Abreu Pereira era conhecido pela facilidade de ordenar, sem se importar muito com as legislações e regras canônicas. Após a independência houve uma extrema necessidade de reformas na Igreja brasileira, pois era facilmente comprovado que o clero não levava a sério sua missão evangelizadora e ministerial (CEHILA, 1980)[215].

A reforma que começou no Pará, com D. Romualdo de Souza Coelho, no início do século XIX, espalhou-se pela Bahia com o Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas, e também no Maranhão através do Bispo D. Marcos Antônio de Souza. Os bispos do Sul assumiram essa reforma somente na segunda metade do século XIX (RUBERT, 2010).

Essas reformas seguiam o programa do Concílio de Trento (1545-1563)[216] que era a formação de um clero ilustrado e santo. Em 1553, o decreto *Cum asulescentium aetas* impôs a

---

[213] RUBERT, Arlindo. *Igreja no Brasil. Expansão Missionária e Hierárquica*, Vol. II, Santa Maria: Palloti, 2010.
[214] AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época – período colonial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 153-242.
[215] CEHILA. *História da Igreja no Brasil*, *II*. Petrópolis: Vozes, 1980.
[216] CONCÍLIO de TRENTO, Sess. XXIII, Cânon XVIII *Cum adolescentium aetas* em COD, 750-753.

criação de seminários em todas as dioceses. Essa determinação foi fundamentalmente importante institucionalmente e dogmaticamente, ao definir as pessoas do bispo e do padre de acordo com um novo espírito, acabando com mentalidade funcionalista que vigorava na época, que causou a decadência da missão clerical (GALLI-GRANDI, 1964)[217].

O Concílio criou, pela primeira vez, a imagem do bom clérigo, que vivia modestamente, solitário, com inteira disponibilidade para os pobres e necessitados, tendo como única preocupação e comprometimento com as almas e o serviço de Cristo. O Concílio elegeu o Seminário como o único espaço para a formação sacerdotal. O cânon que instituiu os seminários episcopais foi aprovado por causa da compreensão de que a Igreja necessitava de um instituto preparado para a formação sacerdotal (GALLI-GRANDI, 1964).

As principais determinações fundamentais estão inseridas no Quadro 1.

Quadro 1 – Determinações fundamentais para a instituição dos Seminários

— Localização junto à Catedral, para haver estreita ligação com o bispo;
— Os candidatos serem rapazes com 12 anos no mínimo, que soubessem ler e escrever, possuindo inclinação para a vida eclesiástica;
— De preferência, mas sem exclusividade, para os filhos dos pobres;
— No regime espiritual, deveriam assistir missas diárias no seminário e, na catedral, nos dias festivos; confissão mensal e comunhão segundo a orientação do confessor;
— No regime escolar, eram divididos pelo Bispo em classes, segundo idade, número e rendimento nas disciplinas eclesiásticas;
— No regime disciplinar recebiam a tonsura e usavam todos e constantemente o hábito talar. Eram mantidos sob vigilância particular os caracteres difíceis e incorrigíveis, punidos e, se necessário até expulsos;
— No currículo havia preparação gradativa – na primeira etapa eram instruídos na gramática, nos deveres eclesiásticos, no canto e nos estudos humanísticos. Na segunda etapa estudavam a Sagrada Escritura, os livros eclesiásticos, as homilias dos Santos Padres e tudo que fosse necessário para o ministério.

Fonte: Adaptado Galli-Grandi (1964)

Essas disposições tinham como finalidade garantir o papel determinante dos bispos na formação de seu clero, assegurando-lhe ter sempre à disposição um clero bem disciplinado e

[217] GALLI-GRANDI, *História da Igreja,* Lisboa: Edições Paulistas, 1964.

formado. O Concílio também se preocupou com problemas econômicos como a construção de prédios, a manutenção de Seminários, pois os candidatos eram na sua maioria pobres e educados gratuitamente. Chegando mesmo a sugerir a construção de Seminários interdiocesanos ou provinciais, para as dioceses paupérrimas. Diante disso, o grande desafio residia no fato de se conseguir materiais para sua edificação (HASTENTEUFEL, 1987)[218].

Por volta de 1872, quase todas as dioceses brasileiras já possuíam um Seminário, estando em fase de construção a do Rio Grande do Sul, projetada para ser um dos maiores do país. No Império havia 1.277 seminaristas, 977 destes estavam em cursos preparatórios e 300 dos Seminários maiores. Com a reforma do clero, a fundação dos Seminários passou a ser a principal preocupação (CEHILA, 1980).

De acordo com Cehila (1980):

> Os aspectos destacados sobre a formação sacerdotal estiveram presentes no Concílio Plenário dos Bispos da América, realizado em Roma, entre maio e julho de 1899, convocado pelo Papa Leão XIII, onde ficou realçada a necessidade de cada diocese ter seu seminário diocesano, realizando-se nos seminários menores os estudos das humanidades e, nos maiores, estudos de Filosofia e Teologia (CEHILA, 1980, p. 32).

Na virada do século XIX para o século XX começou um novo período, conhecido como o da romanização. O Papa Leão XII criou, em 1893, as dioceses do Amazonas, Paraíba, Niterói e Curitiba. No ano de 1895 foi fundada a Diocese do Espírito Santo. Entre 1890 e 1900 o país contava com 17 dioceses. De 1901 a 1910 o número subiu para 30 dioceses.

Serbin (2008)[219] revela que o período da romanização foi caracterizado pela educação do clero baseando-se nas perspectivas da Santa Sé, o que não ocorria no Brasil, pois, como visto, o clero estava atrelado ao sistema do padroado e, por conseguinte, aos interesses da Coroa Portuguesa. Na Concepção de AZZI (1992)[220] a romanização no Brasil pode ser compreendida em duas fases históricas, ambas com fundamentação tridentina, tendo como personagens principais o Cardeal Carlos Borromeu, que reformou a Diocese de Milão, na Itália, assim como o modelo de formação do clero, adotando os seminários como estratégias de formação, e o frei Bartolomeu dos Mártires, que reformou a Diocese de Braga, em Portugal. Sobre o processo de romanização Serbin (2008) descreve que:

---

[218] HASTENTEUFEL, Zeno, *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Acadêmica 1987.
[219] SERBIN, Kennet. P. *Padres, celibato e conflito social:* uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[220] AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono:* um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992.

> A romanização dominou a Igreja brasileira de 1840 a 1962 e, em muitos aspectos, prossegue até hoje. Em contraste com os débeis esforços reformadores do período colonial, a romanização conseguiu impor obediência a Trento. Os sacramentos, a moralidade e autoridade eclesial suplantaram como principal eixo da vida da Igreja os rituais e organizações autônomos e de base laicas típicas do catolicismo luso-brasileiro tradicional. A romanização clericalizou o catolicismo e transformou o modelo de sacerdócio. Como resultado a Igreja institucional atingiu sua postura mais influente de todos os tempos (SERBIN, 2008, p. 78).

Em agosto de 1922, surgiu a Epístola Apostólica *Officiorum Omnium Sanctissimorum*[221] de Pio XI, trazendo orientações sobre os Seminários e os estudos dos sacerdotes. Esse documento deixou clara a preocupação da Igreja a respeito do ministério sacerdotal, destacando, entre outros pontos, a importância dos estudos de Teologia pastoral, assim como a necessidade da fundação de seminários diocesanos, interdiocesanos ou regionais. Em 1935 o documento pontifício *AD Catholici Sacerdotti*, tratou de itens como a santidade e a ciência exigida pelo sacerdócio católico no cuidado necessário para a formação clerical[222].

De acordo com Fragoso (1985)[223] a Teologia se desenvolveu no Brasil, do período de colonização ao Império, numa perspectiva bem mais pastoral do que científica ou acadêmica. Entre as características que podem ser apresentadas para o entendimento dessa ideia a principal é a de que o pensamento teológico estava atrelado ao serviço de formação do clero, se caracterizando mais como um discurso repetitivo com bases doutrinárias do que um entendimento criativo com bases teológicas. Não era interessante a formação de teólogos, mas sim de padres que representassem o catolicismo diante da sociedade civil.

O clero brasileiro durante o período imperial, ou seja, no século XIX, possuía pouca instrução teológica, dedicando-se "às desobrigas e à religiosidade popular" (HAUCK, 1985, p. 85). Esse clero atuava com a população rural ou em pequenas comunidades, que apesar de serem chamadas de cidades, eram pequenos sítios rurais. A estes sacerdotes não se atribuía o desempenho de pensar a religião ou a fé. Eram simplesmente funcionários do sistema hierárquico (HAUCK, 1985).

Como já constatado em Cehila (1980) naquele período a maioria dos padres não estava bem preparado para o trabalho pastoral junto à sociedade, que iniciava um processo de

---

[221] ENCÍCLICAS PONTIFÍCIAS 1832-1965, *Epístola Apostólica Officiorum Omnium Sanctissimorum,* Sobre os Seminários e os Estudos dos Clérigos, I Tomo, p. 996-1001, IV Edição, Editorial Guadalupe, Buenos Aires.
[222] DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, Pio XI, *Ad Catholici Sacerdotti,* 2ª Edição. São Paulo: Vozes, 1950.
[223] FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do estado liberal: 1840-1875. In: HAUCK, José Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1985. p. 141-253.

urbanização, apesar de serem considerados como autoridade religiosa nas pequenas vilas e cidades. Outro fato relevante levantado por Marchini (2018)[224] foi a diminuição de religiosos, por causa da decisão do Marques de Pombal, fazendo com que o clero diocesano passasse a assumir maiores responsabilidades.

No século XIX foram criados no Brasil os primeiros cursos de bacharelado, objetivando, quase que prioritariamente, servir aos filhos da elite, que buscavam, principalmente, os cursos de Direito. Antes era comum que brasileiros mais abastados estudassem em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra. A formação do clero, como falado anteriormente, não era nada exigente e para que fosse ordenado o futuro presbítero não tinha a necessidade de frequentar o Seminário. Os conhecimentos requeridos para a aprovação do candidato geralmente eram adquiridos por alguns padres ou por professores particulares (HAUCK, 1985).

Na primeira metade do século XX o clero católico era quase todo formado por padres regulares e de ascendência europeia. Tais padres tinham como ocupação as missões que objetivam a evangelização de sítios interioranos e longínquos. Nessa época "o clero diocesano se abrasileirava e assumia as funções religiosas nos centros urbanos. Os religiosos, por sua vez, continuavam administrando dos templos e paróquias que já estavam sob sua responsabilidade" (VIEIRA, 2016, p. 248)[225].

Devido à romanização, ocorreu nessa época uma mudança efetiva no perfil do clero brasileiro. O número de padres teve um aumento significativo, e o catolicismo adotou um novo perfil para a formação do novo clero que se apresentava apologético. Vieira (2016) preconiza que:

> Por consequência, o clero, que antes não possuía quase nenhuma formação teológica, começou a necessitar de maior preparo para que defender a fé católica, o que era entendido principalmente como defesa dos interesses da instituição ante a República e, posteriormente, no século XX, como o combate ao crescimento de novas formações religiosas; protestantes, maçonaria ou mesmo religiões e práticas de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé (VIEIRA, 2016, p. 246).

Foi nesse contexto que a formação teológica começou a ser valorizada, passando a ser inserida no Brasil de maneira formal, assumindo, entretanto, uma perspectiva doutrinária, pois

---

[224] MARCHINI, Welder Lancieri. *Descolonizando um concílio europeu:* a Revista Eclesiástica Brasileira e a recepção do Vaticano II. São Paulo, 2018. 438p. Tese. Programa de Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[225] VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil:* 1889-1945. Aparecida: Santuário, 2016. v. II.

tinha como objetivo a defesa dos interesses institucionais especialmente por meio do poder da oratória diante das necessidades pastorais (AZZI, 2008)[226].

Serbin (2008) destaca que os padres lazaristas desempenharam um papel fundamental na reforma do clero do país, principalmente por ocuparem a administração dos Seminários. Juntamente com as irmãs vicentinas, parte feminina dos padres da Congregação da Missão, os lazaristas chegaram da Europa para trabalhar nos Seminários das dioceses. Atuando nos seminários fizeram uma reorganização das suas estruturas, assim como dos métodos de formação dos futuros presbíteros. Os seminaristas tiveram que residir nas casas de formação durante todo o período de estudos teológicos e filosóficos. Alguns ingressavam mais cedo nos Seminários, cursando os estudos básicos. A formação de um seminarista passou a ter o tempo mínimo de oito anos, entretanto, alguns ficavam mais tempo no Seminário, especialmente com a fundação dos Seminários Menores. Ainda segundo o autor:

> As reformas não se limitaram ao tempo de estudo. Foi reformulado, também, o simbolismo do sacerdócio. O uso da batina e a valorização da liturgia foram dois elementos muito significativos. A batina é a veste civil do sacerdote e dos seminaristas. Seu uso passou a ser opcional após o Concílio Vaticano II (1962-1965), mas durante o período da romanização era incentivada e obrigatória, o que fazia com que os seminaristas fossem facilmente reconhecidos nas poucas vezes que saiam do Seminário, o que configurava uma maneira de controle por parte dos padres responsáveis pela formação (SERBIN, 2008, p. 105).

Serbin (2008) destaca ainda que nos séculos XIX e XX houve um aumento expressivo das vocações sacerdotais, por isso, o preparo teológico e a disciplina do clero foram consolidados.

O Quadro 2 apresenta o crescimento dos Seminários no Brasil.

Quadro 2 – Crescimento dos Seminários no Brasil no período entre 1880 e 1960

Década	Número de Seminários inaugurados
1880-1890	5
1891-1900	9
1901-1910	16
1911-1920	14
1921-1930	49

[226] AZZI, Riolando. Organização institucional católica. In: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 381-671.

1931-1940	86
1941-1950	102
1951-1960	221

Fonte: Serbin (2008)

Atualmente, segundo Ortiz (2023)[227], há uma expressiva diminuição no número de padres e seminaristas no Brasil, apesar da demanda ser grande são poucos os sacerdotes para atende-la. De acordo com a autora, a Igreja tem muito menos seminaristas hoje do que há 30 anos, o que significa que no futuro se terá muito menos padres do que hoje em dia. E esse fenômeno é mundial.

De acordo com Staf Hellenans (2019)[228] uma das explicações dessa diminuição do número de padres tem relação com o processo de secularização. Para o autor a secularização significa o fim do período de dominância de certas religiões mundiais como o Cristianismo, o Islamismo, Hinduísmo, entre outras na sociedade moderna. O autor pondera também que a secularização se trata de um processo evolutivo de monopólios e oligopólios eclesiais para um palco religioso plural e turbulento, assim como a desintegração parcial e lenta decomposição deste palco religioso.

Veiga (2025)[229] também aponta uma crise na formação e vocações sacerdotais no Brasil, que traz como consequência a diminuição de padres e seminaristas. O autor acredita que a crise de identidade dos padres jovens e a questão do celibato são os maiores motivos. No entanto, destaca que as causas são complexas, onde está incluído o processo de secularização, a perda de credibilidade da Igreja devido a escândalos, o enfraquecimento na formação humanística e teológica dos seminaristas, e o conservadorismo que acabou afastando fiéis das classes populares. As atuais estatísticas vêm demonstrando uma redução de 8,4 pontos percentuais entre 2010 e 2022. O que define o cristão não é o sacramento por ele recebido no ato de iniciação, mas a maneira que este sacramento impacta concretamente em sua vida. Assim, o cristão é um ser que constrói.

---

[227] ORTIZ, Brenda. (2023). *Sacerdotes diminui no Brasil e no mundo*. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/04/dia-do-padre-numero-de-sacerdotes-diminui-no-brasil-e-no-mundo-entenda.ghtml

[228] HELLEMAN, Hellemans. *De grote transformatie van religie en van de katholieke kerk*. Tilburg University, 2019.

[229] VEIGA, Edson. (2025). *Por que faltam padres no Brasil*. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/por-que-o-brasil-esta-perdendo-padres/#:~:text=Escassez%20de%20seminaristas,institui%C3%A7%C3%A3o%20em%20maior%20descr%C3%A9dito%20social.&text=Dia%20do%20Irm%C3%A3o:%20por%20que,celebrada%20em%205%20de%20setembro?

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos principais problemas, os principais desafios e as principais causas relacionados com vocacionados e sacerdotes na atualidade.

Quadro 3 – Problemas, desafios e causas da diminuição de seminaristas e sacerdotes

Principais problemas
— Queda no número de seminaristas e padres: o Brasil acompanha a tendência global de diminuição de padres e seminaristas. A Igreja tem um número cada vez menor de clérigos.
— Redução de Católicos: o Censo de 2022 revelou que o número de católicos no Brasil caiu de 65,1% para 56,7% da população entre 2010 e 2022, um reflexo da secularização da sociedade.
Desafios na formação e identidade sacerdotal
— Crise de identidade: padres jovens, especialmente nos primeiros anos de sacerdócio, enfrentam crises de identidade, levando a um abandono precoce da vocação.
— Enfraquecimento da formação: há a percepção de um enfraquecimento da formação sacerdotal, com um declínio no ensino humanístico e teológico mais aprofundado.
— Afastamento de jovens: as gerações mais novas enfrentam um contexto social e cultural diferente, o que pode ser menos favorável à escolha do sacerdócio, e muitas vezes não encontram nos seminários uma formação que os prepare para os desafios atuais.
Causas da crise
— Secularização: o aumento da secularização na sociedade e a maior influência de outras religiões e do pensamento sem religião no Brasil contribui para a redução das vocações.
— Perda de credibilidade: escândalos de abusos sexuais e outros problemas na instituição religiosa diminuem a credibilidade da Igreja, afetando o número de padres e a adesão de fiéis.
— Dificuldade na formação: a formação dos sacerdotes pode não estar adequada para enfrentar o contexto atual de mudanças e desafios.
— Mudanças culturais: a falta de padres, a diminuição do número de seminaristas e as novas dinâmicas sociais e culturais em transformação no país são fatores que exigem uma profunda reflexão sobre o futuro do sacerdócio.

Fonte: Adaptado Veiga (2025).

De acordo com Azzi (2008)[230] o catolicismo vem perdendo fiéis devido à ascensão das igrejas evangélicas, que oferecem propostas mais dinâmicas e adaptadas ao contexto da pobreza, o crescimento de movimentos espirituais não-institucionais e laicos, assim como uma insatisfação com a estrutura da Igreja Católica, onde se vê escândalos de abuso, rigidez em questões sociais como o divórcio e a falta de adaptação a novas realidades culturais.

2.4.2.2 Reflexões de educadores e impactos da educação brasileira na formação intelectual do seminarista

A formação intelectual dos seminaristas no Brasil não pode ser compreendida à margem do contexto educacional mais amplo em que o país está inserido. O sistema de ensino brasileiro, historicamente marcado por desigualdades, fragilidade estrutural e carência de políticas públicas consistentes, produz consequências diretas na capacidade de leitura, interpretação, argumentação e pesquisa dos jovens que ingressam no seminário. Essa deficiência repercute na própria vivência da formação presbiteral, uma vez que o estudo é parte essencial do caminho vocacional e espiritual.

Dermeval Saviani (2008, p. 45)[231] afirma que "a educação é um ato político que visa à emancipação do homem". Quando a educação se enfraquece, perde-se também a capacidade de formar cidadãos críticos e conscientes de sua dignidade. O mesmo princípio aplica-se à formação sacerdotal: o seminarista é chamado a tornar-se não apenas um homem de fé, mas também um sujeito crítico, capaz de compreender a sociedade à luz do Evangelho. Nesse sentido, os seminários tornam-se também espaços de compensação das deficiências herdadas da escola básica, exigindo um trabalho pedagógico paciente e criativo para desenvolver hábitos de leitura, disciplina de estudo e autonomia intelectual.

José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento (s/d, p. 37) observam que a escola pública brasileira tem sido, historicamente, atravessada por contradições entre democratização do acesso e qualidade do ensino. Essa contradição atinge diretamente a formação dos seminaristas, pois muitos provêm de contextos em que o ensino médio não assegurou domínio linguístico nem repertório cultural suficiente para o enfrentamento do estudo filosófico e teológico. O seminário, ao acolher tais vocações, precisa também assumir o

---

[230] AZZI, Riolando. Organização institucional católica.
[231] SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia.* Campinas: Autores Associados, 2008.

papel de reeducar intelectualmente, oferecendo bases sólidas de raciocínio lógico, capacidade argumentativa e leitura compreensiva.

Geraldo Barroso Filho (2000, p. 12) ressalta que a universalização da escola pública no Brasil foi acompanhada por uma queda acentuada na qualidade de ensino e pela expansão de modelos pedagógicos massificados. Essa constatação reflete o que muitos formadores percebem nas casas de formação: jovens generosos e piedosos, mas com lacunas cognitivas significativas. É nesse cenário que se revela o desafio de unir a dimensão pastoral à intelectual, formando presbíteros que não apenas rezem e sirvam, mas também **pensem** a fé e a transmitam com profundidade e clareza.

Para João Batista Libânio (2001, p. 22), "formar-se é arte que exige paciência e método, pois ninguém amadurece sem esforço interior e sem um caminho de reflexão constante". Essa afirmação sintetiza bem o desafio da formação intelectual no seminário: cultivar o gosto pelo saber, o hábito do estudo e o amor à verdade como atos espirituais. A falta de preparo escolar de base não deve ser encarada como obstáculo intransponível, mas como convite a redescobrir o valor do estudo como vocação, como serviço ao Reino.

Paulo Freire (1970, p. 72)[232] denuncia a "educação bancária", na qual o aluno é tratado como recipiente passivo de conteúdos, sem liberdade para pensar criticamente. Essa lógica, ainda presente em muitos ambientes escolares e, por vezes, também eclesiásticos, impede o desenvolvimento da consciência reflexiva. A formação sacerdotal, ao contrário, deve inspirar-se em uma pedagogia do diálogo, em que o seminarista participa ativamente de seu processo formativo, questiona, interpreta e integra o saber teológico à vida pastoral. Como lembra Rubem Alves (1994, p. 15)[233], "educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu"; o estudo no seminário deve abrir horizontes, e não apenas repetir fórmulas.

Além disso, Mario Alighiero Manacorda (2018, p. 312) observa que a história da educação ocidental sempre oscilou entre a transmissão mecânica do saber e a formação integral da pessoa. No caso da Igreja, o seminário deve situar-se no segundo polo: formar integralmente o futuro presbítero, cultivando nele não só o intelecto, mas a sensibilidade cultural, a imaginação e o senso ético. Isso significa reconhecer que o estudo não é simples requisito acadêmico, mas caminho de configuração interior à verdade.

Em perspectiva contemporânea, Maurice Tardif (2014, p. 68)[234] enfatiza que "a formação é, antes de tudo, um processo de construção de saberes profissionais", e Philippe

---

[232] FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
[233] ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar.* Campinas: Papirus, 1994.
[234] TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis: Vozes, 2014.

Perrenoud (1999, p. 30)[235] propõe que a educação seja orientada por competências concretas, isto é, pela capacidade de mobilizar o conhecimento em situações reais. Aplicados ao seminário, esses princípios significam formar presbíteros que saibam pensar criticamente, comunicar-se com clareza, ler os sinais dos tempos e responder pastoralmente às novas realidades sociais.

A superação das deficiências educacionais brasileiras não é responsabilidade exclusiva da escola, mas passa também pela contribuição das instituições eclesiais, que historicamente tiveram papel formador. Como lembra Almir Magalhães (2017, p. 4), "a dimensão intelectual é essencial na formação presbiteral, pois permite ao futuro presbítero compreender melhor sua missão em um mundo em constante mudança". Essa dimensão só floresce, contudo, quando o seminário se torna um verdadeiro ambiente de cultura e reflexão, em diálogo com as ciências, com a sociedade e com a realidade concreta dos vocacionados.

Dessa forma, a crise da educação nacional desafia a Igreja a pensar a formação dos seminaristas de modo integral, unindo pedagogia e espiritualidade, ciência e fé, teoria e vida. O seminário não é um refúgio do mundo, mas um lugar onde se aprende a interpretá-lo à luz de Deus. A dimensão intelectual, vivida nessa perspectiva, torna-se também um ato de esperança: a esperança de que o conhecimento, quando iluminado pela fé, possa humanizar, libertar e evangelizar.

2.4.2.3 Normas para admissão e permanência no Seminário

De acordo com a RFIS (2016)[236] o Seminário não é somente um prédio, é um espaço de comunidade formativa. Assim, os Bispos devem se atentar para as circunstâncias voltadas para a construção e manutenção de um Seminário diocesano, como o número de vocações e de formadores suficiente para que possa garantir uma comunidade formativa, um corpo docente que ofereça formação intelectual de qualidade, e a adequada sustentabilidade econômica da estrutura.

A formação intelectual como visto no decorrer deste estudo é basilar. Muitos jovens desistem de suas vocações por não encontrarem uma formação que os prepare para os percalços da vida missionária cristã. Principalmente nos casos em que o Bispo diocesano tem que enviar seminaristas a realizar estudos em instituições diversas ao Seminário, procurando sempre garantir a inserção destes numa comunidade formativa de qualidade.

---

[235] PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola.* Porto Alegre: Artmed, 1999.
[236] RFIS, 2016, 180.

No que se refere à adesão do postulante ao Seminário, a Igreja pode verificar cientificamente, psicologicamente e socialmente a idoneidade dos futuros presbíteros. Neste sentido, o Bispo que é o responsável pela admissão no Seminário, juntamente com a comunidade de formadores deverá avaliar se os candidatos possuem as qualidades humanas e morais, espirituais e intelectuais, saúde física e psíquica e reta intenção[237].

Para entrar no Seminário o postulante deve gozar de uma condição de saúde que seja compatível com seu futuro exercício do ministério. Para tanto deverá apresentar resultados de exames médicos, que garantam uma boa saúde, e deve apresentar também eventuais documentos relativos a doenças prévias, cirurgias ou terapias específicas. Tal documentação fica restrita ao conhecimento do Bispo e do Reitor do Seminário diocesano, e a sua divulgação será regulada de acordo com as leis civis e eclesiásticas adotadas em cada país[238].

No referente à saúde psíquica é norma evitar-se a admissão no Seminário de indivíduos que apresentem qualquer patologia manifesta ou latente, como esquizofrenia, paranoia, distúrbio bipolar, entre outras, que comprometam sua capacidade de assumir os compromissos e empenhos da vocação e do ministério[239].

Cada Conferência Episcopal terá a responsabilidade de estabelecer normas a serem inseridas nas *Ratio* nacionais, estabelecendo as modalidades para a realização de perícias psicológicas, estabelecendo também o tempo que os documentos relativos à saúde física e psíquica dos seminaristas deverão ser conservados, levando-se em consideração as possíveis implicações, até mesmo penais, decorrentes da difusão, mesmo que involuntária dos dados neles contidos[240].

O seminarista pode ser demitido em qualquer momento do percurso de formação, caso a comunidade formativa conclua ser necessária sua demissão. Depois que o Bispo for consultado tal ato deverá ser efetuado por meio de documento escrito contendo uma exposição prudente, mas suficientemente indicativa dos motivos que levaram ao ato da demissão[241].

Geralmente após uma demissão ou abandono o sujeito que pede para ser admitido em outro Seminário deve apresentar o pedido por escrito ao Bispo, explicando o próprio percurso e as motivações que o levaram à demissão ou ao abandono de determinado instituto de formação. De acordo com as disposições da Conferência Episcopal, o Reitor do Seminário do qual o indivíduo deseja ser admitido, deve obter a documentação, até mesmo a de caráter

[237] Ibid. 181.
[238] Ibid. 190.
[239] Ibid. 191.
[240] Ibid. 196.
[241] Ibid. 197.

psicológico, relativo ao tempo que o postulante passou no outro instituto de formação. No geral, tratam-se de situações muito delicadas, que requerem dos formadores um discernimento atento suplementar e muita prudência antes de atender a um eventual acolhimento[242].

Em relação aos indivíduos com tendências homossexuais que se aproxima dos Seminários, ou que descobrem tal situação durante o período de formação, em coerência com o próprio Magistério:[243]

> A Igreja, embora respeitando profundamente as pessoas em questão, não pode admitir no Seminário e às Ordens Sagradas aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apoiam a chamada cultura gay. Estas pessoas encontram-se, de fato, numa situação que constitui um grave obstáculo a um correto relacionamento com homens e mulheres. De modo algum, se hão de descuidar as consequências negativas que podem derivar da Ordenação de pessoas com tendências homossexuais profundamente radicadas[244].

Pode-se observar que a Igreja Católica não aceita homossexuais masculinos com tendências profundamente enraizadas para o sacerdócio, de acordo com o documento "Instruções a respeito de critérios de discernimento vocacional que diz respeito às pessoas com tendências homossexuais em vista da sua admissão ao Seminário e às Ordens Sagradas, de 2005, aprovado pelo Papa Bento XVI. Na conclusão do documento pode-se verificar:

> Esta Congregação reforça a necessidade de que os Bispos, os Superiores Gerais e todos os responsáveis interessados façam um atento discernimento acerca da idoneidade dos candidatos às Ordens sacras, desde a admissão no Seminário até à Ordenação. Este discernimento deve ser feito à luz de uma concepção do sacerdócio ministerial que esteja de acordo com o ensinamento da Igreja[245].

No entanto, novas diretrizes italianas de 2025, formuladas pela Conferência Episcopal Italiana (CEI) passaram a permitir um discernimento mais amplo a respeito dos candidatos. Tais diretrizes permitem que homens gays sejam seminaristas desde que se abstenham de atos sexuais, mantendo o celibato, de acordo com as orientações que devem ser seguidas por todos os sacerdotes (gays ou não). A partir de então a orientação sexual de um gay precisa ser avaliada

---

[242] Ibid. 198.
[243] Ibid. 199.
[244] CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (2005). *Instruções a respeito dos critérios de discernimento vocacional que diz respeito às pessoas com tendências homossexuais em vista da sua admissão ao Seminário e às Ordens sagradas*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html
[245] Ibid.

num contexto mais amplo e complexo de sua personalidade, e não servir apenas como um critério de exclusão. Cabe destacar que a decisão é da Itália, dentro de um período experimental de três anos, não sendo aplicada a outras conferências episcopais. Percebe-se que embora o Papa Francisco tenha assumido uma postura mais acolhedora em relação à comunidade LGBTQIA+, até hoje a instrução do Papa Bento XVI, de 2005, é que continua sendo documento oficial do Vaticano[246].

A atenção ao tema da proteção dos menores e dos adultos vulneráveis deve ser máxima, vigiando com atenção para que os que pedem admissão no Seminário ou numa casa de formação, não tenham incorrido em delitos ou estado em situações problemáticas neste quesito[247].

No referente aos escrutínios[248]:

> Para um exame cuidadoso e atento, o Bispo com prudente antecipação, assegure-se por meio de consultas (escrutínios) se cada um dos candidatos possui idoneidade para as ordens sacras e se está totalmente decidido a viver as exigências do sacerdócio católico. Nunca proceda precipitadamente em matéria tão delicada e, nos casos de dúvida, prefira adiar a sua aprovação até que se dissipe qualquer sombra de falta de idoneidade[249].

Para a investidura na Sagrada Ordenação deve ser observado o cumprimento do tempo de formação prescrito, a presença das devidas qualidades humanas e espirituais, a ausência de impedimentos ou irregularidades, a recepção dos sacramentos e a participação dos exercícios espirituais prescritos para a ordenação[250]. Desse modo:

> É notório que o Bispo tem a responsabilidade canônica última e definitiva relativamente a chamada às Ordens Sagradas; ele tem o dever moral de considerar com a máxima atenção a avaliação final da comunidade formadora, expressa pelo Reitor, que recolhe os frutos da experiência vivida no curso de vários anos de formação. A experiência indica que o não acolhimento por parte dos Ordinários do Juízo negativo da comunidade formadora foi, em muitos casos fonte de grande sofrimento para os interessados e também para as Igrejas locais. O Bispo abstenha-se de publicar a data da ordenação diaconal e de consentir os preparativos para celebração do diaconato, antes que seja

---

[246] POVOLEDO, Elizabetta. (2025). *O Vaticano aprovou novas diretrizes permitindo que homens gays ingressem nos seminários, contanto que permaneçam celibatários, ou seja, não pratiquem sexo*. A decisão vale apenas para a Itália. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/vaticano-permite-que-homens-gays-se-tornem-padres-desde-que-nao-facam-sexo-nprm/#:~:text=A%20Igreja%20Cat%C3%B3lica%20vem%20lutando,n%C3%A3o%20devem%20considerar%20diretrizes%20semelhantes.&text=Um%20resumo%20leve%20e%20descontra%C3%ADdo.

[247] RFIS, 2016, 202.

[248] Ibid. 203.

[249] *Apostolorum successores*, n. 89: *Enchiridion Vaticanum* 22 (2006), 1778.

[250] RFIS, 2016, 206.

> certo que todos os estudos exigidos foram regularmente realizados, ou seja, que o candidato superou efetivamente todos os exames exigidos no curriculum dos estudos filosóficos-teológicos, inclusive aqueles do quinto ano[251].

Outro dado relevante destacado por Wisniewski (2019), que se encontra no texto das Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil (2019), refere-se ao fato de que nos processos formativos deve-se dar particular importância ao aumento das vocações adultas, havendo a necessidade de um discernimento realizado com muito cuidado no tocante à autenticidade destas vocações. Será através dessa análise cuidadosa que os adultos vocacionados serão auxiliados a refletir sobre as verdadeiras motivações de sua vocação, fazendo-os compreender sobre o desacerto entre motivações declaradas e suas motivações pouco consistentes, tais como: "fuga de compromissos estáveis com o casamento e a família; problemas de identidade sexual; desilusões amorosas; despreparo para enfrentar a dura realidade do mundo do trabalho; busca ilusória de segurança, bem-estar e honras presumidas"[252].

Assim, de acordo com seu prudente juízo, considerando a avaliação realizada pelos formadores, o Bispo admitirá o candidato à ordenação ou o recusará. É conveniente que o Bispo manifeste a sua vontade em forma de decreto, expondo, de maneira geral, as motivações de sua decisão[253].

2.4.2.3 Organização dos estudos para a formação intelectual do futuro presbítero

A justificativa específica da formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra-se na própria natureza do ministério ordenado, manifestando sua urgência diante do desafio de uma nova evangelização, na qual o Senhor clama a Igreja. A garantia dos futuros sacerdotes de uma formação intelectual adequada, requer que todas as disciplinas sejam ministradas de uma maneira que se perceba a sua íntima conexão, refutando-se a fragmentação. Por se tratar de um percurso unitário e integral, onde todas as matérias são importantes para a apresentação do mistério de Cristo e da Igreja, tem-se como objetivo o amadurecimento de uma visão verdadeiramente cristã do homem e do mundo[254].

Comprova-se que:

---

[251] Cf. C.I.C., cân. 1032, § 1.
[252] Diretrizes para a formação de Presbíteros no Brasil n. 87.
[253] RFIS, 2016, 210.
[254] Ibid. 153.

> A situação atual, profundamente marcada pela indiferença religiosa e ao mesmo tempo por uma difusa desconfiança relativamente às reais capacidades da razão para atingir a verdade objetiva e universal, e pelos problemas e questões inéditas provocadas pelas descobertas científicas e tecnológicas, exige prementemente um nível excelente de formação intelectual, que torne os sacerdotes capazes de anunciar, exatamente num tal contexto, o imutável Evangelho de Cristo, e torná-lo digno de credibilidade diante das legítimas exigências da razão humana. Acrescente-se ainda que o atual fenômeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana, mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico: é um ulterior motivo, que demonstra a necessidade de uma formação intelectual mais séria possível (JOÃO PAULO II, 1992)[255].

Na Ratio *Nationalis* deverá ser definido o plano das matérias voltadas para a formação intelectual em cada fase formativa, apontando os objetivos de cada disciplina, sua contextualização no percurso global, o programa apresentando o plano dos anos e dos semestres, assim como o número de créditos atribuídos a cada curso[256].

Devem ser levadas em consideração o estudo de matérias propedêuticas que deverão ocupar pelo menos um ano; os estudos de Filosofia deverão ter a duração de pelo menos um biênio, ou a um congruente número de horas semestrais, segundo os sistemas escolásticos de alguns países, já os de Teologia deverão prolongar-se por pelo menos um quadriênio (ou em número proporcional de horas semestrais), de tal maneira que ambos os estudos durem pelo menos seis anos[257].

No tocante aos estudos das matérias propedêuticas[258]:

> Embora se trate de uma etapa prévia e preparatória ao estudo filosófico e teológico, o propedêutico coloca o acento não somente sobre o aspecto intelectual, mas também e, sobretudo, humano e espiritual; em particular, é urgente assegurar um justo equilíbrio entre a componente humano-espiritual e a cultural, para evitar uma multiplicação excessiva das matérias de estudo com prejuízo da formação propriamente religiosa e sacerdotal[259].

No que se refere às matérias que devem ser estudadas no período propedêutico, deve-se levar em consideração a situação da sociedade e da Igreja onde o projeto educativo será desenvolvido. O importante é assegurar uma robustez nos elementos essenciais da formação intelectual, que irão contribuir para o contínuo percurso formativo, além de tomar-se o cuidado

---

[255] Cf. Pastores dabo vobis, n. 51: AAS 84 (1992), 749.
[256] RFIS, 2016, 154.
[257] Ibid. 154.
[258] Ibid. 155.
[259] O período propedêutico, III, n. 1.

de assegurar um conhecimento complexo a respeito da doutrina da fé, assim como dos elementos de compreensão do ministério presbiteral, buscando-se corrigir as eventuais lacunas detectadas nos candidatos ao sacerdócio no final dos estudos secundários[260].

O Quadro 4 elenca certas matérias que caracterizam o período propedêutico:

Quadro 4 – Matérias que podem caracterizar o período propedêutico:

— Iniciação à leitura da Sagrada Escritura, que permita um primeiro conhecimento da Bíblia em todas as suas partes;
— Introdução ao mistério de Cristo e da Igreja, à teologia do sacerdócio e à liturgia, mediante o estudo do Catecismo da Igreja Católica e dos livros litúrgicos;
— Introdução ao Magistério da Igreja, antes de tudo, aquele Pontifício, e aos documentos do Concílio Vaticano II;
— Elementos de espiritualidade presbiteral, com particular atenção às principais "escolas" espirituais e aos Santos que ofereceram o testemunho de uma vida sacerdotal exemplar;
— Elementos de história da Igreja universal e da Igreja local, especialmente nos aspectos missionários;
— Hagiografia, com referência aos Santos e aos Beatos próprios da diocese ou da região;
— Elementos de cultura humanística, através do conhecimento de obras de autores nacionais, e das religiões não cristãs do País e da região;
— Elementos de psicologia, que podem ajudar os seminaristas no conhecimento de si.

Fonte: Adaptado RFIS, 2016, 157.

No tocante aos estudos filosóficos[261] estes devem ser conduzidos a uma compreensão e interpretação mais profunda do sujeito, de sua liberdade, de suas relações com o mundo e com Deus. Em conformidade com João Paulo II:

> Aquela revela-se de grande importância, não apenas pelo nexo que existe entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação estudados em teologia, à luz superior da fé, mas também face a uma situação cultural bastante generalizada que exalta o subjetivismo como critério e medida da verdade [...] Nem é de subestimar a importância da Filosofia no sentido de garantir aquela certeza da verdade, a única que pode estar na base da entrega pessoal a Jesus Cristo e à Igreja[262].

[260] RFIS, 2016, 156.
[261] Ibid. 158.
[262] Pastores dabo vobis, n. 52: AAS 84 (1992), 750.

No que referente às matérias que devem ser estudadas em Filosofia, dá-se fundamental importância à Filosofia Sistemática, por conduzir a um sólido e coerente conhecimento do homem, do mundo e de Deus, assegurando uma ampla síntese do pensamento e de perspectivas diferenciadas. Tal formação deve estar baseada num patrimônio filosófico infinitamente válido, de que são testemunhas os maiores filósofos cristãos[263].

As pesquisas filosóficas do mundo moderno devem ser consideradas, principalmente aquelas que exercem grande influência no país. Outro dado importante é o progresso das ciências modernas, para que os seminaristas se conscientizem das características proeminentes da sociedade, sendo, portanto, devidamente preparados para dialogar com os homens. Entende-se que o intuito de facilitar o estudo das matérias filosóficas deve fazer com que os seminaristas estejam preparados por meio da aprendizagem de uma metodologia filosófica específica[264].

Nesse período da formação deverá se reservar um espaço adequado à metafísica[265], pois:

> O caráter sapiencial da Filosofia implica o seu alcance autenticamente metafísico, isto é, capaz de transcender os dados empíricos para alcançar, na sua pesquisa da verdade, a algo de absoluto, de último, de fundamento", embora conhecido progressivamente ao longo da história[266], segundo a vocação originária da filosofia: a pesquisa do verdadeiro e a sua dimensão sapiencial e metafísica. Será também necessário dedicar atenção à teodiceia e à cosmologia, que introduzem a uma visão cristã da realidade[267].

A História da Filosofia também deve ser ensinada para clarificar a gênese e o desenvolvimento de temas mais importantes. A História da Filosofia objetiva recolher a continuidade da reflexão do pensamento humano sobre o Absoluto, sobre a verdade e também sobre a possibilidade de seu conhecimento. Os estudos filosóficos sãos constituídos ainda de um fértil terreno de dialogicidade e de confronto com os que não creem[268].

Nesta fase de estudo também devem ser destacadas a Antropologia Filosófica, a Lógica, a Epistemologia, a Ética, a Filosofia Política e a Filosofia da Religião[269]. Deve-se também dar

---

263 RFIS, 2016, 159.
264 Ibid. 159.
265 Ibid. 160
266 CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Decreto de reforma dos estudos eclesiásticos de filosofia (28 de janeiro de 2011), n. 4: AAS 104 (2012), 219; cf. também SACRA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circular O ensinamento da filosofia nos seminários (20 de janeiro de 1972): Enchiridion Vaticanum 4 (1971-1973), 1516-1556
267 CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Decreto de reforma dos estudos eclesiásticos de filosofia, n. 3: AAS 104 (2012), 219.
268 RFIS, 2016, 161.
269 Ibid. 162.

atenção às ciências humana, como a Sociologia, a Pedagogia e a Psicologia, em seus aspectos mais adequados ao percurso formativo do ministério sacerdotal, para desenvolver nos seminaristas a capacidade de conhecer a essência humana, com suas riquezas e fragilidades, buscando ainda a facilitação de formulação de juízos serenos e equilibrados sobres situações e pessoas[270].

De acordo com a RFIS (2016)[271]:

> Através deste percurso de estudos, será possível estimular nos seminaristas o amor à investigação rigorosa da verdade, observação e demonstração, reconhecendo ao mesmo tempo honestamente os limites do conhecimento humano», também na ótica pastoral, destacando «com cuidado à relação entre a filosofia e os verdadeiros problemas e questões da vida (PAPA PAULO VI)[272].

Os estudos teológicos devem levar os candidatos ao sacerdócio a desenvolverem uma visão das verdades reveladas por Deus em Jesus Cristo, e a compreenderem a experiência de fé da Igreja de maneira completa e unitária[273]. "Daqui a dúplice exigência de conhecer todas as verdades cristãs, sem optar arbitrariamente e de conhecer de modo orgânico" (JOÃO PAULO II, 1992)[274]. Tratando-se, portanto, de uma fase que qualifica, sendo fundamental para o percurso de formação intelectual, porque "por meio do estudo, particularmente da Teologia, o futuro sacerdote adere à palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral" (JOÃO PAULO II, 1992)[275].

A alma da Teologia é o estudo da Sagrada Escritura[276], inspiradora de todas as disciplinas teológicas. A formação bíblica também é extremamente importante para o futuro presbítero, "em todos os níveis da *Lectio* à exegese" (PAPA PAULO VI)[277].

Deve-se partir de uma introdução interessante e conveniente, para que os seminaristas possam ser iniciados nos métodos exegéticos, contando ainda com o auxílio de disciplinas auxiliares assim como de cursos especiais. Os professores devem instruir de maneira idônea sobre a natureza e a solução dos principais problemas hermenêuticos, e ajudá-los eficazmente a adquirir uma visão do conjunto sobre a Sagrada Escritura, e a compreender profundamente os aspectos concernentes da história da salvação e as peculiaridades de cada um dos livros bíblicos.

---

[270] Ibid. 163.
[271] Ibid. 164.
[272] *Optatam totius*, n. 15: AAS 58 (1966), 722.
[273] RFIS, 2016, 165.
[274] Pastores dabo vobis, n. 54: AAS 84 (1992), 753.
[275] Cf. ibid. n. 51: AAS 84 (1992), 749.
[276] RFIS, 2016,166.
[277] Cf. Dei Verbum, n. 24: AAS 58 (1966), 828-829.

Os professores devem se esforçar para oferecer aos seminaristas uma súmula teológica da divina Revelação, em conformidade ao Magistério, para que possam assegurar fundamentos sólidos à vida espiritual dos seminaristas assim como à sua futura pregação[278].

Aconselha-se também que:

> Aos seminaristas seja oferecida a oportunidade de aprender algumas noções de língua hebraica e de grego bíblico, por meio das quais possam aproximar-se dos textos bíblicos originais; uma especial atenção seja dada também ao conhecimento da cultura e do contexto bíblicos, particularmente a história hebraica, a fim de melhorar a compreensão da Sagrada Escritura e atingir uma correta relação interior com os irmãos da Antiga Aliança[279].

A sagrada liturgia também deve ser considerada como disciplina basilar, devendo ser apresentada num prisma teológico, espiritual, canônico e pastoral, de forma conexa com as outras disciplinas, fazendo com que os seminaristas compreendam que os mistérios da salvação estão presentes e operam nos atos litúrgicos. Além disso, a sagrada liturgia deve ser apresentada como expressão da fé e da vida espiritual da Igreja. Os seminaristas necessitam aprender o núcleo substancial e estável da liturgia, assim como o que pertence a sedimentações históricas, ou seja, aquilo que é suscetível de atualização, sempre observando a legislação litúrgica e canônica inerentes à matéria[280].

A teologia dogmática juntamente com os sacramentos deve ser ensinada de maneira sistemática e ordenada, de forma que primeiramente sejam expostos os textos bíblicos, em seguida, a transmissão e o desenvolvimento da compreensão das verdades reveladas, dando a conhecer as contribuições dos padres do Ocidente e do Oriente, ilustrando o progresso histórico da compreensão dos dogmas; para finalmente ensinar aos seminaristas a entrarem de maneira mais plena nos mistérios da salvação e a compreender as conexões que existem entre eles. Além disso, devem ser levados a interpretar e enfrentar as situações da vida à Luz da Revelação, para que possam perceber as verdades eternas nas condições imutáveis da realidade humana e comunicá-las de forma conveniente com o Povo de Deus[281].

A RFIS (2016) complementa que:

> A teologia dogmática, incluindo os sacramentos, seja ensinada sistemática e desde o início da formação teológica, seja apresentada de modo idôneo a doutrinas obre as fontes teológicas e a teologia fundamental; não se omita, no

[278] RFIS, 2016,166.
[279] Ibid. 166.
[280] Ibid. 167.
[281] Ibid. 168.

> espírito ecumênico e nas formas adaptadas às circunstâncias hodiernas, tudo o que diz respeito à introdução à fé, com os seus fundamentos racionais e existenciais, tendo também presentes os elementos de ordem histórico e sociológico que exercem particular influxo sobre a vida cristã[282].

A Sagrada Escritura deve ancorar a Teologia moral, procurando demonstrar sua ligação essencial ao único mistério da salvação. Ela deve evidenciar o modo de agir do cristão e dos fiéis dentro dos parâmetros de sua fé, sobre a esperança e sobre a caridade, como elemento da vocação divina, expondo sistematicamente a sua convocação à santidade e à liberdade. O seminarista deve também ser preparado para o valor da virtude e o sentido do pecado, sem descuidar, para tal fim, as aquisições mais recentes da Antropologia, e propondo-se como um caminho sempre orientado para a alegria da vida cristã[283].

> Esta doutrina moral, compreendida como "lei de liberdade" e "vida segundo o Espírito", tem o seu complemento na teologia espiritual, que deve abraçar também o estudo da teologia e da espiritualidade sacerdotal, da vida consagrada mediante a prática dos conselhos evangélicos, e daquela laical. A ética cristã é chamada a formar os discípulos, cada um segundo os sinais da própria vocação, rumo à via da santidade. Em tal contexto, será necessário prever no curriculum dos estudos um curso de teologia da vida consagrada, para que os futuros pastores possam adquirir os dados essenciais e os conteúdos teológicos identificadores da vida consagrada, que pertence à vida e à santidade da própria Igreja[284].

João Paulo II (1992), considera que a Teologia pastoral:

> [...] é uma reflexão científica sobre a Igreja no seu edificar-se quotidiano, com a força do Espírito Santo dentro da história. A Pastoral não é apenas uma arte nem um complexo de exortações, de experiências ou de métodos; possui uma plena dignidade teológica, porque recebe da fé os princípios e critérios de ação pastoral da Igreja na história, de uma Igreja que se gera em cada dia a si mesma. Entre estes princípios e critérios, se encontra aquele particularmente importante do discernimento evangélico das situações socioculturais e eclesiais, no seio das quais se desenrola a ação pastoral[285].

O mundo hodierno se transformou numa aldeia global, evidenciando o aumento da mobilidade humana, assim não pode faltar no plano de estudos a missiologia, como legítima

---

[282] Ibid. 168.
[283] Ibid., 169.
[284] Ibid., 169.
[285] *Pastores dabo vobis*, n. 57: *AAS* 84 (1992), 758-759.

formação à universalidade da Igreja que tem o poder de promover o impulso evangelizador, não apenas como *missio ad gentes*, mas principalmente como nova evangelização[286].

O ensinamento da Doutrina Social da Igreja também deverá contar com um número suficiente de lições, pois o anúncio e o testemunho do Evangelho, que chama o presbítero, tem um potente modo de ação na sociedade humana, objetivando, entre outras coisas, a edificação do Reino de Deus. Tal fato incide em um conhecimento aprofundado da realidade e uma leitura evangélica das relações humanas, sociais e políticas que definem a existência dos sujeitos e dos povos[287].

Nesta perspectiva são muito importantes os temas a respeito do Povo de Deus, largamente retratados no Magistério de Igreja, abarcando a busca do bem comum, o valor da solidariedade entre as nações e da subsidiariedade, a educação dos jovens, o trabalho com os direitos e deveres relacionados a este tema, o significado da autoridade política, os valores de justiça e da paz, as estruturas sociais de assistência e acompanhamento dos que mais necessitam[288].

Há bastante tempo a atenção de estudiosos e especialistas que se dedicam a diferentes áreas de pesquisa está concentrada na decorrente crise do planeta, que encontra eco no atual Magistério voltando-se ao problema ecológico. Desse modo, a salvaguarda da criação e o cuidado com o planeta Terra está inserido na visão cristã do homem e da realidade a pleno título, representando, de certa maneira, o pano de fundo para a elaboração de uma ecologia sadia nas relações humanas, exigindo, portanto, um convertimento ecológico que comporte "deixar emergir nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã" (PAPA FRANCISCO, 2015)[289]. Assim, será necessário que os futuros presbíteros sejam grandemente motivados e sensibilizados a respeito deste tema, e, por meio das orientações magisteriais e teológicas necessárias, sejam levados a "reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente" (PAPA FRANCISCO, 2015)[290]. Assim, o futuro presbítero poderá traduzi-la no seu próprio ministério pastoral no futuro, tornando-se promotor de um cuidado adequado relativo a diversos temas ligados à tutela da criação[291].

---

[286] RFIS, 2016,171.
[287] Ibid. 172.
[288] Ibid. 172.
[289] FRANCISCO, Carta Encíclica *Laudato si'* (24 de maio de 2015), n. 217: *L'Osservatore Romano* 137 (19 de junho de 2015), 6.
[290] Cf. ibid., n. 15: L'Osservatore Romano 137 (19 de junho de 2015), 4.
[291] RFIS, 2016,172.

Será por meio da história eclesiástica que se poderá ilustrar a origem e o desenvolvimento da Igreja como povo de Deus difundido no tempo e no espaço, observando de maneira científica as fontes históricas. Na sua consecução se deverá levar em consideração o progresso das doutrinas teológicas e da real situação social, econômica e política, assim como das opiniões e maneiras de pensar que influenciaram determinado período, sem deixar de indagar a mútua interdependência e o desenvolvimento de tais aspectos. Também deverá ser colocado em destaque o esplendoroso encontro da ação divina com o ser humano, buscando assim desenvolver no seminarista o verdadeiro sentido da Igreja e da Tradição. Deve-se também levar em conta a devida atenção à História da Igreja assim como a do próprio país[292].

O Direito Canônico deverá ser ministrado a partir de uma rígida visão do mistério da Igreja, sob o prisma do Concílio Vaticano II. Para expor seus princípios e normas deverá ficar demonstrado como todo o ordenamento canônico e a disciplina eclesiástica precisam estar em correspondência com a vontade salvífica de Deus, adotando como lei suprema a salvação das almas[293].

Nas palavras do Papa Francisco (2015)[294] o Direito Canônico presta-se ao serviço da ação do Espírito da Igreja, revelando um discernimento das situações eclesiais, favorecendo o exercício pastoral eficaz. Nesta lógica é interessante que durante a formação inicial seja promovida a cultura e o estudo do Direito Canônico para que os futuros sacerdotes tomem consciência de que, principalmente no âmbito da pastoral familiar, muitos problemas "podem encontrar um remédio nos instrumentos do Direito da Igreja, favorecendo-se continuamente, segundo os dons e a missão de cada um, o bem dos fiéis".

O ecumenismo e a história das religiões também são considerados como partes integrantes dos estudos teológicos. Além disso, deve-se prestar atenção aos destinatários do anúncio da fé, uma vez que "evangelizamos também procurando enfrentar os diferentes desafios que se nos podem apresentar" (PAPA FRANCISCO, 2013)[295], levando-se em consideração os questionamentos e as provocações emergentes da cultura secular como a economia da exclusão, a idolatria do dinheiro, a iniquidade que gera violência, a primazia da aparência do ser, o individualismo pós-moderno e globalizado e a realidade do relativismo ético e da indiferença religiosa[296].

---

[292] Ibid. 173.
[293] Ibid. 174.
[294] FRANCISCO, Carta Apostolica em forma de "Motu Proprio" *Mitis Iudex Dominus Iesus* (15 de agosto de 2015): *L'Osservatorio Romano* 204 (9 de setembro de 2015), 3.
[295] *Evangelii gaudium*, n. 61: *AAS* 105 (2013), 1045.
[296] RFIS, 2016,175.

As matérias ministeriais são disciplinas exigidas por causa das exigências específicas do futuro ministério pastoral[297], que deve exercido numa conjuntura concreta em época específica. De acordo com os tempos e as modalidades que as *Ratio Nationalis* estabelecem será da responsabilidade de cada Seminário garantir que tais disciplinas sejam ensinadas e transmitidas aos seminaristas no seu período de formação. A proposta e o aprofundamento destas matérias irão compor uma base sólida e imprescindível para o desenvolvimento humano e espiritual dos futuros sacerdotes, assim como para o seu ministério[298].

Deve também ser aprofundado o *ars celebrandi*, para que o seminarista aprenda a participar proveitosamente dos santos mistérios[299], assim como a praticar a celebração da liturgia, respeitando e sendo fiel aos livros litúrgicos. A homilia deve ter uma atenção especial (PAPA FRANCISCO, 2016)[300], por ser "o ponto de comparação para avaliar a proximidade e a capacidade de encontro de um pastor com o seu povo" (PAPA FRANCISCO, 2013)[301]. Essa ação terá especial utilidade nos outros setores do ministério, como a pregação litúrgica e a catequese, compromissos inflexíveis para os presbíteros, quando se encontram em missão de favorecimento do crescimento da comunidade que lhes foi confiada. O preparativo do anúncio da mensagem cristã não pode ser somente técnico, já que:

> [...] um pregador é um contemplativo da Palavra e também um contemplativo do povo. Trata-se de relacionar a mensagem do texto bíblico com uma situação humana, com algo que as pessoas vivem, com uma experiência que precisa da Luz da palavra (PAPA FRANCISCO, 2013)[302].

Um curso específico de iniciação ao ministério da confissão será imprescindível para a preparação do sacramento da Reconciliação[303], auxiliando os seminaristas a traduzir os princípios da Teologia moral por meio de casos concretos, e a confrontar-se com os problemas desse ministério delicado em espírito de misericórdia[304]. Neste aspecto, levando-se em consideração o cuidado pastoral dos fiéis, o seminarista também deverá ser formado para discernir a respeito dos espíritos e da direção espiritual, como parte inerente ao ministério presbiteral.

---

297 Cf. C.I.C., cân. 256, § 1.
298 RFIS, 2016,176.
299 RFIS, 2016,177.
300 FRANCISCO, Carta apostólica *Misericordia et misera* (20 de novembro de 2016), n. 6: *L'Osservatorio Romano*, 268 (21-22 de novembro de 2016), 8-9.
301 *Evangelii gaudium,* n. 135: *AAS* 105 (2013), 1076.
302 Cf. *ibid.,* n. 154: *AAS* 105 (2013), 1084-1085.
303 RFIS, 2016,178.
304 CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O sacerdote Ministro da misericórdia divina* – Subsídio para confessores e diretores espirituais. São Paulo: Paulinas, 2001;

Como a fé do Povo de Deus se exprime diversas vezes por meio das formas de piedade popular[305], que "traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar" (PAPA PAULO VI)[306], representando "um lugar teológico a que devemos prestar atenção particularmente na hora de pensar a nova evangelização" (PAPA FRANCISCO, 2013)[307]. Assim, os futuros presbíteros devem conhecer e estimar os seus valores e sentidos mais genuínos, aprendendo a discernir aquilo que pertence à enculturação do Evangelho, que constitui um valioso tesouro para a Igreja, do "apego a modos imperfeitos ou errados de devoção, que distanciam da genuína revelação bíblica"[308]. Também deverá ser apresentado aos seminaristas a hagiografia, referenciando-se a vida dos santos de maior relevância[309].

Os seminaristas também deverão receber uma formação minuciosa sobre a administração dos bens, objetivando corresponder as exigências do ministério presbiteral, aprendendo a gerir segundo as normas canônicas, com sobriedade, desapego e transparência moral (PAPA FRANCISCO, 2014)[310], aprendendo também a exercer específica competência, o que possibilitará um claro testemunho evangélico, privilegiando uma ação pastoral mais incisiva. Essa formação deverá englobar os elementos essenciais sobre as leis civis, dando atenção especial às obrigações competentes a cada pároco e a à precisão de valer-se do auxílio de leigos competentes[311].

Levando-se em consideração as circunstâncias do lugar onde os seminaristas se formam, estes também deverão adquirir certos conhecimentos a respeito de temas como arte sacra, estes conhecimentos lhes darão mais atenção, como futuros párocos, dos patrimônios e tesouros que devem preservar, patrimônios estes pertencentes às Igrejas particulares nas quais trabalham. A sensibilização e uma correta valorização da arte e da beleza por si só já constituem um valor. O conhecimento da música sagrada irá contribuir para a formação global dos seminaristas, oferecendo-lhes as ferramentas para a futura evangelização em suas atividades pastorais[312].

Ao se considerar a extensa atenção dedicada pelo magistério papal ao tema da comunicação social e do saudável campo de evangelização proporcionados pelos novos lugares da rede midiática, tão presente nos dias atuais, não tem como faltar nos Seminários uma

---

[305] RFIS, 2016,179.
[306] *Evangelii nuntiandi*, n. 48: *AAS* 68 (1976), 37-38.
[307] *Evangelii gaudium*, n. 126: *AAS* 105 (2013), 1073.
[308] *Diretório sobre piedade popular e liturgia*, n. 1.
[309] RFIS, 2016,178.
[310] Cf. FRANCISCO, *Discurso aos Reitores e aos alunos dos Pontifícios Colégios e Pensionatos de Roma* (12 de maio de 2014), *l. c.* 5; cf. C.I.C., cân. 282.
[311] RFIS, 2016,180.
[312] Ibid. 181.

sensibilização específica e este respeito. Não será necessário apenas apreender instrumentos e noções técnicas, mas sim, fazer com que os seminaristas usem as tecnologias de uma maneira equilibrada e madura, sem apegos excessivos e dependências[313].

No que se refere à aprendizagem de línguas nos Seminários, tem-se observado que é de extrema importância. Aconselha-se o conhecimento de pelo menos um idioma moderno, levando em conta os falados nos países onde os seminaristas poderão desenvolver o ministério presbiteral. Temas como migrações e turismo também não podem ser descartados na formação dos seminários, o que exige a aprendizagem competente de diversas línguas. Em se tratando de línguas antigas a hebraica, o grego bíblico e o latim, devem ser estudadas pelos seminaristas, desde o início da formação, pois são fundamentais para a compreensão do Magistério e da História da Igreja[314].

As matérias ministeriais citadas e outras tidas como úteis ou necessárias ao ministério presbiteral, devido à relevância delas no processo formativo, deverão ser estudadas ao longo de formação, dentro das normas e tempos estipulados pela *Ratio Nationalis*[315].

No que se refere aos estudos de especialização deverão ser dirigidos aos sacerdotes que necessitem de uma preparação mais aprofundada em cursos ou institutos especializados. Assim, além das ciências sagradas em cursos de especialização, a Igreja pode promover uma formação específica nos aspectos considerados relevantes para a realidade pastoral e para a aquisição de instrumentos e noções que possam servir de apoio a determinadas atividades ministeriais. Pode-se citar como exemplo os cursos para formação de agentes dos Tribunais Eclesiásticos, de formadores para os Seminários, ou de profissionais no campo dos *mass-media*, da administração dos bens eclesiásticos ou da catequese[316].

O Quadro 5 apresenta os objetivos e os métodos de ensino que devem ser empregados nos Seminários.

Quadro 5 – Objetivos e Métodos de ensino

— Ajudar o seminarista, diante da grande quantidade de informações que recebe, a fazer emergir as perguntas essenciais e a despertar aquela sadia inquietude do coração que abre o espírito do homem à procura de Deus;

[313] Ibid. 182.
[314] Ibid. 183.
[315] Ibid. 184.
[316] Ibid. 185.

— Realizar a unidade e a síntese da formação intelectual, através da recíproca harmonia entre o estudo bíblico, teológico e filosófico; em particular, deve-se ajudar os seminaristas a ordenar e coordenar os conhecimentos, superando o risco de estes, se aprendidos em modo fragmentado, formarem um mosaico não orgânico e, logo, confuso (PAPA JOÃO PAULO II, 1992)[317];
— Assegurar um ensino claro e sólido, dirigido a conhecer melhor o mistério de Deus e da sua Igreja, as verdades da fé e a sua hierarquia, o homem e o mundo contemporâneo;
— Promover o diálogo e a partilha entre os seminaristas, e entre estes e os docentes, através da apresentação de argumentações lógicas e racionais;
— Oferecer aos seminaristas uma perspectiva histórica, para que estes colham a ligação entre a fé e o desenvolvimento histórico, aprendendo a exprimir com uma linguagem adequada o conteúdo da formação filosófica e teológica

Fonte: Adaptado RFIS (2016, 186).

Pode-se observar que apesar da diversidade dos métodos, o ensino terá que ter subsídios que garantam, de alguma maneira, o prosseguimento de certos objetivos para a formação dos futuros presbíteros.

O Quadro 6 destaca as indicações práticas para os métodos didáticos.

Quadro 6 – Indicações práticas relevantes para os métodos didáticos

— Nos cursos institucionais, os docentes exponham os conteúdos essenciais das matérias, indicando aos seminaristas, orientações acerca do estudo pessoal e da bibliografia;
— Os docentes tenham o cuidado de ensinar a doutrina católica, com especial referência à riqueza oferecida pelo Magistério da Igreja, privilegiando o dos Pontífices e dos Concílios ecumênicos, para responder aos desafios da nova evangelização e da realidade hodierna;
— Promovam-se seminários interdisciplinares, para tornar mais profícuo o estudo em comum e para promover em modo criativo a colaboração entre docentes e seminaristas, no âmbito científico e intelectual;
— favoreça-se o estudo pessoal guiado por "tutores", de modo a que os seminaristas aprendam uma metodologia para o trabalho científico, e, devidamente apoiados e encorajados, assimilem adequadamente o ensino ministrado;

[317] *Pastores dabo vobis*, n. 54: *AAS* 84 (1992), 753-754.

— Os seminaristas devem ser introduzidos num estudo com método científico dos vários problemas pastorais, a fim de que possam descobrir melhor o íntimo vínculo entre a vida, a piedade e a ciência apreendida nas lições[318];

— Quando a Conferência Episcopal considerar oportuno, poder-se-á prever um período de formação fora do Seminário, até mesmo, por vezes, em outros Países, para aprender línguas úteis e para conhecer a vida eclesial tal como se encontra enraizada numa cultura diversa.

Fonte: Adaptado RFIS (2016, 187).

Ainda segundo a RFIS o estudo só será proveitoso se houver uma organização de base com um número suficiente de professores bem preparados, uma biblioteca cuidada e ordenada por profissionais experientes e, principalmente o acesso à Internet como meio de pesquisa e de comunicação. Os seminaristas devem dar prova dos resultados alcançados nos estudos por meio de exames, orais ou escritos, e de dissertações, de acordo com as normas das Conferências Episcopais[319].

Pode-se comprovar que a RFIS e as *Ratio Nationalis* investem pesado na formação intelectual dos futuros presbíteros. No entanto, conforme dito anteriormente, a baixa qualidade de ensino no Brasil acaba manifestando-se na deficiência do aprendizado em disciplinas básicas, evasão escolar alta, desvalorização dos profissionais da educação, especialmente os professores. Tudo isso agravado por problemas como falta de estrutura escolar, má gestão e o impacto de fatores socioeconômicos. De acordo com Vicente (2025)[320] estudos como o PISA e avaliações nacionais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) confirmam que os alunos brasileiros possuem desempenho abaixo da média. Tal problema para ser superado tem que enfrentar uma série de desafios como uma maior valorização do professor, um melhor investimento em infraestrutura e tecnologias, e a implementação de políticas que abarquem as diferenciadas causas dessa baixa qualidade.

Delfino (2023)[321] destaca que muitos alunos saem das escolas sem possuírem o conhecimento necessário, apresentando um desempenho bem abaixo do considerado ideal.

---

[318] Cf. C.I.C., cân. 254, § 2.
[319] RFIS, 2016,187.
[320] VICENTE, José. (2025). *O grande problema da baixa qualidade da educação no país*. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/jose-vicente/o-grande-problema-da-baixa-qualidade-da-educacao-no-pais/.
[321] DELFINO, Carla. (2025). *Falta de estrutura das escolas compromete a educação pública no Brasil*. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/falta-de-estrutura-das-escolas-compromete-educacao-publica-no-brasil-bc17.

Além disso, milhões de estudantes não concluem os estudos, principalmente o Ensino Médio, devido a fatores como dificuldades familiares, ou necessidade de trabalhar.

A própria carreira de professor não é atraente por causa dos baixos salários, falta de perspectivas de crescimento e condições de trabalho precárias. Por outro lado, fatores como fome, violência e desigualdades sociais e regionais também acabam influenciando de maneira negativa o processo de ensino/aprendizagem, afetando a trajetória e o desenvolvimento dos educandos. A gestão inadequada onde são aplicadas políticas como progressão continuada, onde os alunos são aprovados automaticamente, sabendo ou não, também afetam de maneira contraproducente a aprendizagem dos estudantes (MORI, 2024)[322].

Não são todos, mas muitos desses alunos irão entrar nos seminários, trazendo consigo uma série de defasagens de aprendizagens. Caberá, portanto, aos orientadores e formadores do Seminário encaminharem tais estudantes para aulas de reforço, afim de que possam acompanhar a turma e adquirir os saberes necessários para sua nova jornada acadêmica, que como visto trata-se de um programa amplo e complexo de formação que engloba uma profunda reflexão e interpretação de todos os elementos que compõem a natureza humana.

2.4.3 Algumas considerações sobre formação intelectual e a relevância da dimensão intelectual para futuros presbíteros

De acordo com Libâneo (2001)[323], a formação intelectual é um sistema contínuo de desenvolvimento cujo objetivo é o aprimoramento da capacidade de pensar, raciocinar, analisar informações e resolver problemas de maneira autônoma e crítica. Esse tipo de formação, segundo o autor, não abrange somente a aquisição de conhecimento e habilidades específicas dentro de determinada área, mas também, e principalmente, a capacidade de tomar conclusões e de compreender o mundo de uma maneira mais real e profunda.

O Quadro 7 apresenta uma síntese dos objetivos da formação intelectual na visão de Libâneo.

---

[322] MORI, Letícia. (2024). *Progressão continuada prejudica a qualidade da educação no Brasil?* Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72y0zqnvk1o#:~:text=Em%20matem%C3%.

[323] LIBÂNIO, João Batista. *A arte de formar-se*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

Quadro 7 – Objetivos da formação intelectual

— Desenvolver o raciocínio lógico e analítico – a capacidade de processamento de informações e o atingimento de conclusões lógicas é fundamental.
— Promover o pensamento crítico – possibilita que o indivíduo questione, avalie e forme sua própria concepção sobre diferentes assuntos e problemas.
— Capacitar para a resolução de problemas – a formação intelectual mune o sujeito com ferramentas que os auxilia a encontrar soluções para desafios práticos e teóricos.
— Estimular a autonomia no aprendizado – o principal objetivo é que o sujeito se torne um aprendiz autônomo e sujeito responsável por suas aprendizagens, com capacidade de estar sempre buscando conhecimento ao longo de sua vida.
— Contextualizar o conhecimento – o sujeito precisa compreender como fatos e conhecimentos diferentes se interligam, formando um corpo de saberes que alicerce sua visão de mundo.

Fonte: Adaptado Libâneo (2001).

Edgar Morin (2003)[324] considera que a formação intelectual deve estar baseada num pensamento complexo, superando o conhecimento fragmentado e a especialização excessiva, originando a transdisciplinaridade e a habilidade de unir diferentes saberes para que se possa compreender a complexidade do mundo e a própria condição humana. A educação deve ter como objetivo a formação de indivíduos com capacidade para enfrentar as incertezas, desenvolver o espírito ético, a compreensão e a solidariedade, adotando uma visão do todo sem deixar de perceber a particularidade das partes.

No Quadro 8 encontram-se elencadas, de maneira sucinta, os princípios da formação intelectual segundo o autor.

Quadro 8 – Princípios da formação intelectual

— Superação da fragmentação – deve-se rejeitar a divisão do conhecimento em disciplinas isoladas, defendendo o diálogo e a integração entre as diferentes áreas do saber.
— Adoção do pensamento complexo – a complexidade deve ser reconhecida, assim como a interconexão e as interações entre as partes, o que irá permitir o entendimento do mundo de uma maneira mais ampla e menos reducionista.

[324] MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-77.

— Foco no conhecimento pertinente – faz-se necessário um saber que contextualize e integre, permitindo a compreensão da situação atual, as incertezas e os desafios da realidade.
— Promoção da ética da compreensão – os indivíduos devem ser formados para o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, compreendendo as diversas perspectivas, superando a intolerância e o ódio.
— Ensino da condição humana – o papel da educação deve ser ajudar entender a humanidade como um todo, integrando a identidade terrestre e o reconhecimento da diversidade, para a construção de uma sociedade mais solidária.
— Desenvolvimento da ética do gênero humano – a responsabilidade individual e coletiva deve ser fomentada para o progresso da humanidade, baseando-se na solidariedade e na mútua compreensão.
— Complexidade da formação intelectual – como o indivíduo vive num mundo cada vez mais multifacetado, cheio de incertezas e ambiguidades, que não podem ser compreendidas por meio de abordagens simplificadoras ou especializadas a formação intelectual o capacita para lidar com a incerteza e a ambiguidade inerentes à vida; perceber a realidade como um entrelaçamento de ideias, formas e culturas; desenvolver uma consciência planetária e uma ética que garanta a sobrevivência da espécie humana.

Fonte: Adaptado Morin (2003).

Na concepção de Demo (2006)[325] a formação intelectual não se trata apenas do acúmulo de conhecimentos, mas sim a capacidade do sujeito de questionar a si próprio e ao mundo, de ser um indivíduo autoral e criativo, movido pela pesquisa como princípio educativo e pela reconstrução da realidade, contrapondo-se a um arquétipo de repasse de conteúdo e domesticação.

No Quadro 9 estão apresentados os principais aspectos da visão de Demo.

Quadro 9 – Aspectos da visão de Pedro Demo sobre formação intelectual

— Criação de um ambiente de aprendizado – o intelectual deve ser aquele que busca, questiona e elabora o seu próprio pensamento, processo esse que deve ser cada vez mais incentivado e estimulado.

[325] DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

▬ Importância da pesquisa – a intelectualidade se manifesta por meio da pesquisa, que deve ser entendida como um princípio fundamental em todos processos de ensino e aprendizagem e não algo inatingível e distante do mundo acadêmico.
▬ Autoria sem domesticação – o intelectual deve ser o autor do seu próprio conhecimento e não um mero receptor de informações alheias. O sistema educacional não pode ser entendido como um ato de domesticação e/ou doutrinação.
▬ Questionamento constante – a capacidade de questionar e examinar as próprias ideias, assim como a dos outros é fundamental para a expansão dos limites do conhecimento e da compreensão.
▬ Visão de ciência e conhecimento – a ciência não pode buscar verdades absolutas, mas interpretações e reconstruções da realidade. Argumentar e contra-argumentar são as bases do conhecimento científico, possibilitando a autorrenovação da ciência por meio da crítica.

Fonte: Adaptado de Demo (2006).

O educador Paulo Freire (1987)[326] preconiza que a formação intelectual está intimamente ligada à formação humana, política e social, e que a educação é uma ferramenta para que o indivíduo se liberte e adquira uma conscientização crítica, não sendo um simples depósito de informações. O processo educativo deve ter como norte a realidade e a experiência dos estudantes, por meio da promoção de um diálogo horizontal entre professor e aluno, numa aprendizagem mútua onde todos se transformam em prol do bem comum.

No Quadro 10 encontram-se elencados os principais pontos da formação intelectual para Paulo Freire.

Quadro 10 – Formação intelectual segundo Freire

▬ Consciência Crítica – a formação intelectual deve levar ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade e as relações sociais, possibilitando que o indivíduo atue como um sujeito transformador.
▬ Prática e Experiência – o conhecimento é fruto da prática e da experiência do sujeito, valorizando-se o vocabulário e o cotidiano dos estudantes como ponto de partida para a aprendizagem.

[326] FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

▬ Diálogo e Horizontalidade – A relação entre educador e educando deve ser de troca horizontal, onde ambos, ao ensinar e aprender, se tornem sujeitos do processo.
▬ Emancipação e Libertação – o objetivo da educação é a emancipação dos sujeitos, libertando-os das relações de dominação e da alienação, para que se tornem sujeitos de sua própria história.
▬ Leitura do mundo – além da leitura da palavra a educação tem como papel ensinar o indivíduo a ler o mundo e a intervir sobre ele.
▬ Superação da educação bancária – a formação intelectual deve ultrapassar o modelo de educação bancária, que apenas deposita conhecimento nos alunos, sem promover uma educação problematizadora e libertadora.
▬ Contexto Sócio-Histórico – os estudantes devem ser compreendidos como seres históricos, sociais e culturais, inseridos em uma sociedade concreta, para que as aprendizagens sejam realmente significativas.

Fonte: Adaptado Freire (1987).

Na concepção do Papa Francisco (2020)[327], o objetivo da formação intelectual é educar pessoas para a maturidade e solidariedade, capazes de reconstruir a sociedade e ajudar na construção de uma humanidade mais fraterna, onde sejam integrados o saber científico com os valores éticos e morais do humanismo cristão. O Papa pondera que o conhecimento deve ser utilizado para o bem comum, sempre levando em consideração o respeito pela dignidade humana. Dessa maneira, as instituições educacionais devem promover a reciprocidade entre as gerações e o encontro de diferentes culturas e religiões.

No Quadro 11 encontram-se as principais características da formação intelectual segundo o Papa Francisco.

Quadro 11 – Características da formação intelectual na concepção do Papa Francisco

▬ Caráter Social e Fraterno – A formação intelectual deve sobrepujar o saber puramente técnico, procurando formar sujeitos com capacidade de compromisso social e de promoverem a fraternidade.

[327] JAGURABA, Mariangela. (2020). *Francisco:* pensar na educação é pensar nas gerações futuras e no futuro da humanidade. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-02/papa-educacao-pensar-geracoes-futuras-futuro humanidade.html#: text=fam%C3%ADlia, Francisco.

▬ Visão Ética e Moral – a formação intelectual deve ter como guia a responsabilidade moral, fundamentada no humanismo cristão, para que as escolhas de hoje não sejam prejudiciais para as gerações futuras.
▬ Diálogo e formação de rede – as instituições educativas precisam ser ambientes de encontros e diálogos entre diferentes saberes, culturas e religiões, criando uma rede que tenha o poder de fortalecer o aprendizado e a compreensão.
▬ Valorização da reciprocidade – a escola deve ser uma comunidade educacional onde seus atores participem e partilhem de um programa de vida, educando-se na reciprocidade entre as gerações.
▬ Reflexão sobre as novas tecnologias – é muito importante o desenvolvimento das tecnologias digitais e da inteligência artificial, desde que estas sirvam à causa da paz e da dignidade humana
▬ Conexão entre realidade e ideias – os sistemas teóricos não podem ser priorizados, ao contrário, a formação deve acontecer através do diálogo com a realidade, onde seja valorizado o que é concreto e prático para um melhor entendimento do mundo e das pessoas.

Fonte: Adaptado Jaguraba (2020).

Pode-se facilmente observar que todos os autores acima analisados são unânimes em definir que a formação intelectual tem como principal objetivo a formação de sujeitos comprometidos com a ética, a responsabilidade e com o respeito pelo outro. A formação intelectual, assim como a própria educação, volta-se para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e críticos, que aprimoram a capacidade de viver em harmonia, tentando construir uma sociedade mais justa e igualitária. Todos os autores destacados também concordam que educar não se resume em transmitir conhecimentos, mas também, e, principalmente, vivências diárias que enalteçam valores fundamentais como a solidariedade, o amor, o respeito, a cooperação, o diálogo e até mesmo a fé.

2.4.4 Desafios Contemporâneos da Formação Intelectual nos Seminários

A formação sacerdotal, em nossos dias, encontra-se diante de novos desafios que exigem um olhar atento, capaz de discernir os sinais dos tempos e de responder às profundas mudanças que marcam a sociedade contemporânea. O mundo transformou-se rapidamente; as ciências, as tecnologias, os modos de comunicação e as relações humanas mudaram de maneira intensa. Nesse contexto, a Igreja é chamada a oferecer uma formação que, permanecendo fiel à

sua identidade e missão, saiba também dialogar com a cultura atual e compreender os anseios do homem moderno. A dimensão intelectual, quando compreendida a partir dessa perspectiva, não é um simples componente da formação acadêmica, mas um espaço de encontro entre fé e razão, entre a tradição e a vida concreta do tempo presente.

É inegável que muitos seminários ainda mantêm estruturas e métodos de ensino baseados em modelos ultrapassados, centrados quase exclusivamente na transmissão de conteúdos, sem a devida atenção à realidade existencial dos formandos. O estudo, muitas vezes, é reduzido a um requisito curricular e não reconhecido como verdadeiro caminho de amadurecimento espiritual e humano. Tal situação gera o risco de uma formação intelectual desvinculada da vida e, portanto, incapaz de oferecer respostas aos desafios do mundo contemporâneo. Como adverte a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016)[328] "a formação intelectual deve ser alimentada pelo diálogo com a cultura e pela atenção às transformações sociais", para que o presbítero possa compreender os contextos em que exercerá o ministério e proclamar o Evangelho com linguagem viva e significativa.

A carência de uma formação mais contemporânea se manifesta, sobretudo, na dificuldade de promover o diálogo da teologia com outras áreas do saber. A teologia não pode viver isolada, como se bastasse a si mesma; ela precisa constantemente se abrir ao diálogo com as ciências humanas, com a filosofia moderna, com a pedagogia, a psicologia e a sociologia, que ajudam a compreender as complexidades da pessoa e da sociedade. O sacerdote do século XXI é chamado a ser, antes de tudo, um homem do encontro: alguém que compreende o mundo em que vive e que é capaz de responder aos questionamentos do coração humano com a sabedoria do Evangelho. A formação intelectual, quando aberta ao diálogo interdisciplinar, torna-se um instrumento precioso de evangelização, pois permite anunciar a fé em linguagem compreensível e pastoralmente fecunda.

O Papa Francisco (2013)[329] tem insistido que "a realidade é superior à ideia". Essa afirmação, de grande valor pedagógico, deve orientar também a formação sacerdotal. A teologia não deve ser vivida como um exercício puramente teórico, distante das situações concretas, mas como uma reflexão enraizada na vida e voltada para a missão. O estudo das disciplinas eclesiásticas deve conduzir o seminarista à sabedoria prática, à capacidade de discernir e de responder às questões do homem de hoje. É preciso formar presbíteros que não apenas conheçam as verdades da fé, mas que saibam dialogar com a cultura, compreender os dramas humanos e testemunhar a misericórdia de Deus nas realidades mais desafiadoras. O saber

[328] N.167.
[329] *Evangelii Gaudium*, n. 231.

teológico, iluminado pela oração e pela experiência pastoral, torna-se, assim, uma forma de caridade intelectual, porque busca a verdade que liberta e salva.

O Documento de Aparecida (2007)[330], ao tratar da formação dos discípulos missionários, afirma que "a formação intelectual deve integrar-se harmoniosamente às outras dimensões, de modo que o estudo seja caminho de santidade e de amadurecimento pessoal". Isso significa que a formação intelectual, para ser autêntica, precisa estar unida à dimensão espiritual e humana, mas também dialogar com os desafios do mundo atual. O seminarista deve aprender a pensar teologicamente sem se afastar da realidade concreta. É fundamental que o estudo teológico o leve a compreender o sofrimento, a pobreza, as desigualdades e as novas formas de exclusão social, para que sua pregação e seu ministério sejam verdadeiramente encarnados. Como recorda Cencini (2018, p. 147)[331], "a teologia não é uma torre de marfim, mas um laboratório de humanidade e de fé". Quando o estudo se distancia da vida, perde seu sentido; quando se encarna na vida, torna-se evangelho vivido.

A cultura contemporânea, com suas rápidas transformações, requer do presbítero uma mente aberta e uma fé amadurecida. O sacerdote é constantemente interpelado pelas mudanças nos costumes, pela pluralidade religiosa, pelos debates éticos e pelas novas linguagens digitais. Tudo isso exige uma formação intelectual que não apenas ofereça respostas prontas, mas ensine a pensar, a discernir e a dialogar. O estudo não é um fim em si mesmo, mas um meio para servir melhor o povo de Deus. O presbítero, homem da Palavra e da escuta, precisa compreender as razões da fé e saber comunicá-las com respeito, profundidade e esperança. É essa formação que permitirá ao sacerdote ser "homem de pensamento e de oração", como desejava Bento XVI (2010)[332], capaz de unir a clareza doutrinal com a proximidade pastoral.

Outro desafio contemporâneo está na necessidade de superar a fragmentação do saber. A formação sacerdotal, muitas vezes, apresenta-se dividida entre o campo espiritual e o intelectual, como se o estudo se opusesse à oração ou a vida pastoral à reflexão acadêmica. Essa dicotomia é prejudicial, porque rompe a unidade da pessoa e enfraquece o testemunho vocacional. O seminarista deve ser formado para compreender que o estudo, quando vivido com fé, é também oração; e que a oração, quando iluminada pelo conhecimento, se transforma em sabedoria. Como ensina João Paulo II (1992)[333] "a verdadeira formação intelectual é aquela

---

[330] APARECIDA. *Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007, n. 278.
[331] CENCINI, Enrico. *Psicologia e vida espiritual*. São Paulo: Paulus, 2018.
[332] BENTO XVI. *Homilia na Missa Crismal*. Vaticano, 1 abr. 2010.

[333] *Pastores Dabo Vobis*, n. 53.

que leva à sabedoria, isto é, ao conhecimento impregnado de amor". O objetivo da formação não é apenas produzir teólogos competentes, mas presbíteros sábios, capazes de discernir os caminhos do Espírito no meio das realidades humanas.

Além disso, é preciso reconhecer que a juventude atual apresenta novas formas de aprender e de se relacionar com o conhecimento. Os seminários devem estar atentos a essas mudanças, utilizando metodologias mais participativas e dialogais, valorizando a pesquisa, o trabalho em grupo e o uso responsável das tecnologias. O ambiente acadêmico do seminário deve ser lugar de busca e de partilha, onde o estudo se faça experiência de comunhão e de fé. Um ensino puramente expositivo, sem espaço para o questionamento e para o diálogo, já não corresponde às exigências do tempo presente. O formador é chamado a despertar no seminarista o gosto pela verdade e o amor à sabedoria, mostrando-lhe que o estudo é parte integrante de sua vida espiritual e pastoral.

A renovação da formação intelectual é, portanto, condição indispensável para o florescimento de uma autêntica espiritualidade presbiteral. Somente um sacerdote intelectualmente formado e espiritualmente maduro poderá responder com lucidez às perguntas do nosso tempo e conduzir o povo de Deus com discernimento e prudência. O diálogo com as ciências e com a cultura não ameaça a fé, mas a purifica e a fortalece. A teologia, quando se abre à realidade, torna-se mais viva; e a razão, quando se deixa iluminar pela fé, torna-se mais sábia. Assim, a formação intelectual, compreendida em chave contemporânea, torna-se espaço privilegiado de comunhão entre o Evangelho e a história, entre o mistério de Deus e a experiência humana.

Em síntese, a formação presbiteral precisa ser renovada à luz de uma visão integral e interdisciplinar. A teologia deve continuar sendo o coração da formação, mas um coração que pulsa no ritmo da vida e que dialoga com as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje (PAULO VI, 1965)[334]. Somente assim será possível formar presbíteros capazes de unir fé e cultura, razão e espiritualidade, contemplação e ação. A dimensão intelectual, quando vivida em diálogo com o mundo e animada pela caridade pastoral, torna-se um verdadeiro serviço à Igreja e ao homem. É ela que permitirá ao sacerdote ser, em meio às complexidades do tempo presente, sinal de esperança, de sabedoria e de comunhão.

[334] cf. *Gaudium et Spes*, n.1.

2.4.5 Relevância da dimensão intelectual para os presbíteros

De acordo com Magalhães (2017) a dimensão intelectual é capital para os presbíteros pois através dela podem aprofundar sua fé e compreender as verdades religiosas, além disso, desenvolve o lado espiritual e humano do sujeito, permitindo-lhe ainda a responder os desafios intelectuais da sociedade moderna, auxiliando-os a vivenciarem uma melhor prática pastoral e os ensinamentos da Palavra de Deus. Os documentos da CNBB e a RFIS (2016) comprovam essa importância, objetivando um contínuo aprofundamento dos presbíteros em seu preparo para a vida Pastoral.

O Quadro 12 apresenta as principais ideias de Magalhães sobre a importância da dimensão intelectual para o presbítero.

Quadro 12 - Argumentações de Magalhães sobrea a importância da dimensão intelectual

— Na sociedade do conhecimento é forçoso que se coloque a formação intelectual no centro das atenções, não num sentido de vaidade, mas no sentido que qualifique para um entendimento e prática missionária, tanto na configuração eclesial básica (Paróquia), como também numa abrangência universal, além das fronteiras.
— A dimensão intelectual convoca o sacerdote a sair de uma prática autoritária, que só evidencia sua incapacidade de pensar, dialogar e argumentar.
— A dimensão intelectual auxilia no espírito crítico, numa sociedade que manipula as consciências. Assim sendo, o principal papel da educação do sacerdote é fazer pensar, e a Filosofia exerce um papel fundamental, porque pensar é duvidar e criticar, passar pela triagem da razão os conteúdos que estão sendo veiculados na sociedade.
— A dimensão intelectual se reveste de uma importância fundamental para que os presbíteros possam fazer uma leitura de um mundo que mudou e continua mudando, tanto para serem capazes de dialogar com ele, como também para nele identificarem os elementos que os afastam de sua missão.

Fonte: Adaptado Magalhães (2017).

Segundo o Papa Francisco (2013)[335], a dimensão intelectual está ligada ao desenvolvimento humano absoluto, onde o progresso tecnológico e a inteligência artificial não devem ser confundidos com sabedoria. A dimensão intelectual do presbítero cultiva a sabedoria, a capacidade de discernir e de agir com ética, sempre a favor da fraternidade, da dignidade da pessoa humana e do bem comum. O Papa alerta também para a desigualdade digital e defende uma maior reflexão a respeito do excesso de informações.

O Quadro 13 faz uma síntese da opinião do Papa Francisco sobre a dimensão intelectual.

Quadro 13 – Papa Francisco e o contexto da dimensão intelectual

— Desenvolvimento integral – a educação não deve desenvolver apenas a dimensão intelectual, mas também a humana, através do desenvolvimento de virtudes como lealdade e respeito.
— Tecnologia e inteligência artificial – o impacto da tecnologia é preocupante, o acesso a uma grande gama de informações e dados não pode ser confundido com inteligência ou sabedoria, pois muitas vezes esses acessos levam à superficialidade do conhecimento.
— Dignidade humana – a dimensão intelectual necessita estar a serviço da causa da fraternidade e da paz, dando subsídios ao presbítero para avaliar o uso de novas tecnologias de maneira ética respeitando a integridade de cada pessoa.
— Sabedoria em vez de conhecimento – a inteligência artificial pode trazer um volume enorme de dados, mas o presbítero deve ter a sabedoria para usá-los de maneira significativa, não se perdendo no meio de tanta informação.
— Discernimento crítico – os jovens, envolvidos num ambiente tecnológico precisam ser ajudados a desenvolver a capacidade de discernimento perante a enorme quantidade de conteúdos disponíveis na internet.
— Ética e responsabilidade – o pensamento intelectual deve estar relacionado com a ética e a responsabilidade, para que a tecnologia não torne os indivíduos dependentes, mas que os auxilie a resolver os grandes problemas que afligem a humanidade.

[335] FRANCISCO. Papa Francisco fala para alunos e ex-alunos das escolas jesuítas da Itália e da Albânia, 2013. Disponível em: https://www.colegiocatarinense.g12.br/papa-francisco-fala-para-alunos-e-ex-alunos-das-escolas-jesuitas-da-italia-e-da albania/#:~:text=Papa%2C%20que%20declarou%2C%20ainda%2C%20que%20a%20escola,respondeu%20sorrindo:%20%E2%80%9CPara%20mim%2C%20%C3%A9%20um%20problema.

— Conexão com a realidade – a realidade é mais relevante do que as ideias, assim, o conhecimento intelectual deve estar sempre conectado com o mundo real e com as necessidades das pessoas.

Fonte: Adaptado Francisco (2013).

No que se refere à importância da dimensão intelectual, o Papa Francisco (2013) pontua que uma sólida base intelectual permitirá ao presbítero um maior entendimento das complexidades da doutrina e da Teologia, capacitando-o a ensiná-la e a defende-la com maior autoridade e clareza. Além disso a dimensão intelectual auxilia o presbítero a articular as verdades da fé de um modo mais compreensivo fazendo com que diferentes públicos entendam a Palavra de Deus. Destaca ainda, que nesse mundo secularizado repleto de questionamentos, o presbítero com uma boa formação intelectual poderá dialogar com a cultura, a ciência e as diferentes correntes de pensamento, oferecendo respostas complexas inspiradas pela fé. Outro ponto levantado pela Papa sobre a importância da dimensão intelectual é o desenvolvimento da caridade pastoral, pois o presbítero enriquece sua capacidade de pensar, agir e se relacionar com as pessoas de uma maneira mais elaborada e caridosa, fortalecido pelo estudo e pela reflexão. Assim para o Papa Francisco, a dimensão intelectual é um dos pilares da formação sacerdotal, que deve abranger o desenvolvimento completo da pessoa, preparando-a espiritualmente para estar cada vez mais apta para vivenciar sua missão.

De acordo com o psiquiatra e professor de Bioética da Pontifícia da Universidade da Santa Cruz (Roma), Francisco Insa (2021, p. 28)[336], a dimensão intelectual é a concepção de um propósito ou objetivo, um dos elementos essenciais do querer, que associadamente com a vontade (afetividade), baseia a decisão e atos dos indivíduos. No que concerne à formação sacerdotal Insa organizou a obra "concedo-te um coração sábio e inteligente", abordando essa dimensão, buscando evidenciar que ela está articulada com a dimensão afetiva, seja no contexto educativo ou em outros contextos, como o da vida do cristão e do sacerdócio. Para o autor a dimensão intelectual capacita o sacerdote a definir, planejar e formular os propósitos e objetivos que controlam as ações humanas, não se esgotando, portanto, em saber coisas sobre Deus, mas conseguir uma mente divina, "que conheça o mundo e o homem em toda a sua riqueza e profundidade, também do ponto de vista humano".

[336]GÓMEZ, Francisco Javier Insa. (Org.). *Concedo-te um coração sábio e inteligente:* a dimensão intelectual da formação sacerdotal. São Paulo: Cultor de Livros, 2021.

2.4.6 A homilia como espaço de expressão da maturidade intelectual

Em novembro de 2013, o Papa Francisco, publicou a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG)[337], cujo tradução é Alegria do Evangelho, falando sobre a divulgação do evangelho no mundo hodierno. No terceiro capítulo "o anúncio do evangelho" versa sobre a homilia e a preparação da pregação (EG 135-159).

De acordo com o Papa o primeiro ponto a ser analisado é o conhecimento da situação, por haver muitas reclamações e não se pode fingir de surdo. "A homilia pode ser, realmente, uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontra com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento. A homilia permite avaliar a proximidade e a capacidade de encontro de um pastor com o seu povo (PAPA FRANCISCO, 2013)[338].

Para Francisco (2013) a homilia "é uma pregação no quadro duma celebração litúrgica"[339], sendo também o momento mais alto do diálogo entre Deus e seu povo"[340]. Tais afirmações têm como fonte o Concílio Vaticano II[341], onde fica especificado que a homilia não pode ser parecida nem com conferência e muito menos com lição.

A homilia deve ter como principal característica a atualização da Palavra de Deus dentro do contexto histórico da atualidade, devendo ser conduzida pela ação do Espírito Santo, fazendo com que a Palavra de Deus seja vivenciada por todos os celebrantes, em toda a comunidade.

De acordo com o Papa Francisco (2013)[342]:

> É um género peculiar, já que se trata de uma pregação no quadro duma celebração *litúrgica*; por conseguinte, deve ser breve e evitar que se pareça com uma conferência ou uma lição. O pregador pode até ser capaz de manter vivo o interesse das pessoas por uma hora, mas assim a sua palavra torna-se mais importante que a celebração da fé. Se a homilia se prolonga demasiado, lesa duas características da celebração litúrgica: a harmonia entre as suas partes e o seu ritmo.

Ou seja, a pregação deve orientar a assembleia e o pregador para uma comunhão com Jesus Cristo, para uma transformação de vidas. O ministro, não pode assim, ser mais brilhante e efusivo do que o Senhor. Assim a homilia é o momento mais alto "do diálogo de Deus e seu

337 FRANCISCO. *Exortação apostólica* Evangelii Gaudium *sobre o anúncio do evangelho no mundo atual.* São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.
338 EG 135.
339 EG 138.
340 EG 137.
341 CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum Concilium sobre a sagrada liturgia.* São Paulo: Paulinas, 1963. SC 52 e33).
342 EG 138.

povo, antes da comunhão sacramental"[343]. Por isso: "Aquele que prega deve conhecer o coração de sua comunidade para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus, e também onde é que esse diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto"[344]. Neste sentido, o pregador tem a maravilhosa e árdua missão de unir os corações que amam: o do Senhor e os do seu povo.

A palavra humana é assim imprescindível para a evangelização, a pregação está fundamentada na "convicção de que é Deus que deseja alcançar os outros através do pregador e que Ele mostra o seu poder através da palavra humana"[345]. O coração dos homens foi conquistado com a Palavra de Nosso Senhor. De todos os cantos vinham pessoas para o ouvir (Mc 1,45)[346]. "E todos se admiraram, a ponto de perguntarem entre si, dizendo: Que é isto? Que nova doutrina é esta? Pois com autoridade ordena aos espíritos imundos, e eles lhe obedecem! " (Mc 1,27)[347].

Assim, a homilia/pregação traz como consequências:

> Imitar o jeito de Jesus dialogar: fazer sentir este gosto que Jesus tinha de dialogar com seu povo. Ele dialogava com o seu povo, cativando-o com seus ensinamentos, mesmo quando elevados e exigentes. Creio que o segredo de Jesus esteja escondido naquele seu olhar o povo mais além das suas fraquezas e quedas [...] Jesus prega com este espírito[...], o Senhor compraz verdadeiramente em dialogar com o seu povo, compete ao pregador fazer sentir este gosto do Senhor ao seu povo (PAPA FRANCISCO, 2013)[348].

Percebe-se, portanto, que o homiliasta ao pronunciar uma homilia está assumindo uma grande responsabilidade diante de Deus e da assembleia. Ele tem a responsabilidade não apenas de conhecer a Palavra de Deus – ao estudar e preparar a homilia, mas vivenciando a Palavra que refletirá com a assembleia. Como ensinado por Jesus "a boca fala do que está cheio o coração"[349]. Dessa maneira, o homiliasta necessita ter a Palavra no coração e possuir o coração repleto da Palavra de Deus, para que sua fala ultrapasse a retórica e seja autêntica e inspiradora.

De maneira sucinta pode-se dizer que a homilia, no contexto da celebração litúrgica, é parte do diálogo do contínuo amor entre Deus e o seu povo. O homiliasta, enquanto mediador, tem a incumbência de fazer sentir o gosto de Jesus em dialogar com seu povo, assim como de unir corações que se amam.

---

[343] EG 137.
[344] Ibid.
[345] EG 136.
[346] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
[347] Ibid.
[348] EG 114.
[349] BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Para Francisco (2013) é na preparação da homilia que o pregador deve ter bem desenvolvidas as dimensões espiritual e intelectual, pois o pregador que "não se prepara não é espiritual: é desonesto e irresponsável quanto aos dons que recebeu"[350]. Por outro lado, "o mais importante é descobrir a mensagem principal"[351]. Ou seja, "A mensagem central é aquela que o autor quis primariamente transmitir, o que implica identificar não só uma ideia, mas também o efeito que esse autor quis produzir"[352]. Nesta etapa, é importante que o homiliasta compreenda bem o significado das palavras, para tal deverá possuir uma excelente maturidade intelectual.

Entende-se assim que o bom pregador conhece a Palavra de Deus tanto pelo estudo quanto pela experiência de vida. Portanto, nunca poderá deixar de estudar a Palavra e de viver a Palavra, para que sua homilia seja um reflexo do que vive. Por meio dela a comunidade poderá compreender a fé e estimular-se à prática cristã, motivando-se aos ensinamentos do Evangelho.

Dentro deste entendimento o Papa Francisco (2024)[353] considera a dimensão intelectual de suma importância para a preparação e pregação da homilia, por permitir ao pregador, após aprofundado estudo do texto sagrado, interpretá-lo de maneira clara, conseguindo conectá-lo à vida dos fiéis, escapando de um discurso puramente conceitual e abstrato. Portanto, o presbítero deve ter uma maturidade intelectual bem estruturada, para também poder analisar o público da assembleia, buscando realizar o planejamento de uma estrutura e a utilização de uma linguagem acessível que faça com que todos compreendam a mensagem.

O Quadro 14 destaca aspectos da importância da maturidade intelectual do homiliasta.

Quadro 14 – importância da maturidade intelectual para o homiliasta

▬ Estudar o texto de maneira aprofundada – a homilia exige um conhecimento detalhado das escrituras para que o pregador possa explicá-las.

[350] EG 145.
[351] EG 147.
[352] Ibid.
[353] JAGURABA, Mariangela. (2024). *O Papa:* a homilia deve ajudar a transferir a Palavra de Deus do Livro para a Vida. Disponível em: PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica* Evangelii Gaudium *sobre o anúncio do evangelho no mundo atual.* São Paulo: Paulus/Loyola, 2013 Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-06/papa-francisco-audiencia-geral-homilia-palavra-de-deus-vida.html#:~:text=Evangelho%20de%20Cristo.-,A%20homilia%20deve%20ajudar%20a%20transferir%20a%20Palavra%20de%20Deus,pessoas%20dormem%2C%20e%20t%C3%AAm%20raz%C3%A3o.

▬ Conectividade com a vida real – a formação intelectual possibilita que o pregador traduza a Palavra de Deus do livro para a vida do ouvinte, tornando-a relevante e transformadora.
▬ Comunicação clara e elucidativa – a preparação intelectual conduz a um discurso claro e conciso, onde o público terá condições de compreender e se identificar.
▬ Fugir da superficialidade – o objetivo é ultrapassar o conhecimento conceitual e conectar o saber intelectual à experiência pessoal de Deus e da Vida.
▬ Ter capacidade para analisar o público – a formação intelectual auxilia o pregador na compreensão do público para quem se dirige, fazendo adaptações das mensagens às suas necessidades.
▬ Planejar a mensagem – uma boa homilia é bem estruturada e planejada, apresentando uma imagem, um pensamento ou um sentimento que resuma a ideia central.
▬ Adotar uma linguagem acessível – a linguagem utilizada deve ser planejada de uma maneira que todos possam entender a mensagem.

Fonte: Adaptado Jaguraba (2024).

Observa-se que o futuro presbítero tem que estar intelectualmente preparado até mesmo para a montagem e pregação da homilia, uma vez que se faz necessário um estudo aprofundado dos textos, e uma reflexão pessoal para o entendimento da mensagem para si mesmo e para os ouvintes. O objetivo, como visto, é a transmissão de uma mensagem positiva e de fé, focada no povo e adaptada à sua realidade.

Neste contexto, a dimensão intelectual dará ao pregador todos os subsídios para a consecução de uma boa homilia, pois lhe fornecerá a compreensão de que os resultados são de Deus, por ser Ele quem faz a Palavra crescer e dar fruto.

3 METODOLOGIA

Utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de natureza qualitativa, acerca da formação sacerdotal. O trabalho está fundamentado na análise de artigos obtidos nas bases de dados disponíveis online, além disso, foram feitas consultas em livros e documentos que discorrem sobre o tema.

O estudo partiu da ideia central de que a formação sacerdotal se volta única e basicamente para os vocacionados, ou seja, trata-se de um chamado divino para a consagração à vida de Cristo, somente os chamados e os que aceitam este convite terão condições de se preparar para servir o povo de Deus como representante do Pai Sagrado, uma vez que não existe ministério sem vocação.

As fontes consultadas foram muito abrangentes pois o tema apresenta uma variedade de perspectivas, históricas, socioculturais, filosóficas, teológicas, que influem não somente na formação do futuro presbítero, mas também, e, principalmente na formação do ser humano. Dessa maneira, foram utilizados textos bíblicos, textos de Papas, de intelectuais, sociólogos, educadores e documentos da Igreja que respaldam o objetivo proposto.

Na análise dos textos houve uma profunda preocupação no que diz respeito à verificação das fontes, pois se assim não for feito, não se pode garantir a integridade e a credibilidade das informações utilizadas. Fez-se absoluta questão da utilização de textos e argumentos que estivessem respaldados por sólidas evidências, para que a pesquisa pudesse ser validada.

O texto está alicerçado em muitas fontes históricas, que foram fundamentais para a pesquisa pois forneceram os subsídios para a construção do conhecimento sobre fatos que ocorreram no passado, ou fatos que foram se desenvolvendo ao longo dos tempos, permitindo uma investigação mais abrangente, para que se pudesse compreender e reconstruir épocas e culturas, assim como contextos sociais de períodos mais remotos.

Sem esse tipo de conhecimento não seria possível a geração de argumentos históricos válidos para pesquisa. A compreensão do passado revela elementos essenciais sobre crenças, costumes, momentos políticos e econômicos, que auxiliou bastante na análise da vida dos indivíduos em diferentes épocas. No caso da presente pesquisa o contexto histórico ficou bastante elucidativo pois buscou-se trazer informações de situações do passado que foram evoluindo ao longo dos anos, revelando como o passado molda o presente e o futuro. Como é o caso da história da educação, e da formação dos seminários, ambos apresentados no texto.

No referente à atualização das fontes, principalmente as documentais, adotou-se na pesquisa um profundo cuidado em apresentar os registros que regulam a formação sacerdotal que fossem bastante contemporâneos, ou seja, que se encontram em vigência nos dias atuais.

Nas últimas partes do trabalho apresentou-se síntese de autores e documentos em forma de quadros por acreditar-se que tornaria a leitura mais motivadora e interessante, os quadros apresentaram ideias que ajudaram a elucidar vários temas relativos ao trabalho, de forma predominantemente textual e qualitativa.

Outro dado relevante é que o estudo utilizou textos de diferentes idiomas, o que possibilitou uma visão mais abrangente sobre o tema, por meio de um grande número de abordagens e informações. O uso de diversas fontes acabou fortalecendo a consistência do estudo, auxiliando também no processo argumentativo e no entendimento de que diferentes culturas, assim como diferentes conjuntos de pensamentos podem abordar o mesmo assunto, enriquecendo a análise do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da formação sacerdotal revela-se como um itinerário profundamente exigente e desafiador. A trajetória do futuro presbítero remete, de modo eloquente, ao caminho percorrido por Jesus Cristo com seus discípulos rumo a Jerusalém, conforme atesta o Evangelho: “Estavam no caminho, subindo para Jerusalém. Jesus ia à frente deles” (Mc 10, 32a). Tal imagem ilumina o caráter dinâmico e processual da formação, entendida não como realidade estática, mas como um contínuo de crescimento e amadurecimento. Com efeito, a formação sacerdotal deve ser compreendida como um processo que se estende por toda a vida, uma vez que ninguém pode ser considerado plenamente formado. Há sempre espaço para o aperfeiçoamento, para a aquisição de novos saberes e para o aprofundamento da própria vocação. Nesse horizonte, Cristo, como mestre e guia, precede os seus discípulos, conduzindoos e instruindo-os no seguimento fiel de suas pegadas.

No que concerne ao chamado vocacional, é prudente afirmar que Jesus não escolhe discípulos perfeitos, mas homens concretos, com suas fragilidades e potencialidades. É precisamente nesse contexto que se insere a necessidade de um processo formativo sólido, capaz de preparar adequadamente os vocacionados para a missão. Por conseguinte, a Igreja assume o grave e nobre encargo de cuidar, com especial zelo, da formação de seus presbíteros. Tal responsabilidade foi amplamente corroborada ao longo deste estudo, à luz dos documentos do Magistério e dos pronunciamentos de diversos Sumos Pontífices, que abordam temas fundamentais como identidade vocacional e formação sacerdotal.

O itinerário formativo exige, ademais, uma atenção particular à dimensão da sexualidade. No contexto contemporâneo, muitos jovens são expostos a estímulos desordenados e fragmentadores, que podem comprometer a integração da personalidade e o equilíbrio psíquico. Nesse sentido, o celibato, assumido desde o ingresso no Seminário, requer não apenas adesão normativa, mas um acompanhamento integral que inclua suporte psicológico e espiritual. Tal acompanhamento contínuo é indispensável para auxiliar os candidatos a enfrentarem suas dificuldades e a integrarem, de modo maduro e consciente, essa dimensão essencial da vida sacerdotal. Outro aspecto relevante refere-se às lacunas na formação intelectual de alguns candidatos. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível oferecer um acompanhamento pedagógico específico, que favoreça o desenvolvimento das competências de leitura, interpretação e escrita. A capacidade de síntese e a formação de uma consciência crítica e criativa são elementos fundamentais para que, posteriormente, os futuros presbíteros possam se dedicar com êxito aos estudos filosóficos e teológicos, preparando-se adequadamente para responder aos desafios.

No que se refere ao estudo e análise sobre a dimensão intelectual na vida do presbítero observou-se que esta, lhe oferece as ferramentas essenciais para a realização do ministério missionário de maneira eficaz, tornando um orientador mais preparado para levar as mensagens de fé ao encontro das necessidades dos homens.

Verificou-se também que o desenvolvimento intelectual do seminarista facilitará seu caminho de encontro com sua identidade sacerdotal, pois ele irá aprofundar sua vocação e se preparar para as etapas seguintes da formação.

Como visto no decorrer do estudo a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* volta-se para a formação integral dos candidatos ao sacerdócio, dando à dimensão intelectual um papel de centralidade nessa formação, pois será através desse desenvolvimento que o futuro sacerdote irá desenvolver o seu potencial para compartilhar seus dons com os outros, além disso, terá maiores subsídios para amadurecer sua vocação, construindo caminhos que lhes auxiliarão nos desafios do seu ministério.

Assim, por meio do estudo da Filosofia e da Teologia o presbítero terá a chance de aprofundar seu conhecimento na fé, servindo ao propósito da Igreja, respondendo aos questionamentos da sociedade moderna, estando preparado para pregar a Palavra de Deus, de uma maneira que a assembleia passe a entendê-la e, principalmente a vivê-la.

Conclui-se que a dimensão intelectual humaniza o sacerdote e oferece subsídios para sua espiritualidade, permitindo-lhe uma compreensão mais profunda de si mesmo e do mundo e também da fé que o fará compartilhar os dons divinos com sua assembleia, de uma maneira mais sensível, levando sempre em consideração a fragilidade da realidade humana.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Flávio L. *História da Igreja no Brasil*. Curitiba: Intersaberes, 2018.

ALMEIDA, Frei Humberto Pereira de. *O sacerdócio e sua história*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

ALMEIDA, Júlio Cesar Maia de. *O Celibato Sacerdotal:* Perspectiva Teológica, Histórica e Canônica. Niterói: Angelicum, 2023.

ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar.* Campinas: Papirus, 1994.

AMADO, Joel Portela. A caridade pastoral e o seu diálogo com a razão: algumas reflexões sobre a dimensão intelectual na formação dos presbíteros. *Vida Pastoral*, ano 60, n. 328, p. 13-20, 2019.

APARECIDA. *Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono:* um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época – período colonial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 153-242.

AZZI, Riolando. Organização institucional católica. In: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 381-671.

BALTHASAR, Hans Urs von. *O estado de vida cristão*. São Paulo: Loyola, 1981.

BARBERO, Alessandro. *Charlemagne:* Father of a Continent. Berkeley: University of California Press, 2004).

BARROSO FILHO, Geraldo. Universalização da Escola Pública do “Para que?” ao “Quanto?”. *Revista Contexto & Educação*, 59(2): 07-20, 2000.

BENELLI, Silvio José. O Seminário Católico e a Formação Sacerdotal: Um Estudo Psicossocial. *Psicologia USP*, v. 17, n. 3, p.145-182, 2006.

BENTO XVI. (2010). Exportação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* do Santo Padre Bento XVI ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html. Acesso em: 23 nov. 2024.

BENTO XVI, *Vigília por ocasião da conclusão do Ano Sacerdotal* (10 de junho de 2010). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20100610_concl-anno-sac.html. Acesso em: 18 nov. 2024.

BENTO XVI. *Homilia na Missa Crismal*. Vaticano, 1 abr. 2010.

BENTO XVI. (2011). *Sacerdote não é patrão da fé, destaca Bento XVI*. Disponível em: https://noticias.cancaonova.com/mundo/sacerdote-%C2%93nao-e-um-patrao-da-fe%C2%94-destaca-bento-xvi/. Acesso em: 16 de abril de 2024.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BOISVERT, Laurent. *O celibato Religioso*. São Paulo. Ed. Paulus, 1994.

BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média.* Lisboa: Ed. 70, 1985.

BOUFLEUER, José Pedro; PRESTES, Rosane Mürmann. A escola que avalia e que é avaliada: o papel da escola na construção de um mundo humano comum. *Revista Educação*, 36(2): 240-249, 2013.

BRANDES, ORLANDO. (2017). Documento de Aparecida. Síntese popular. *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo a serviço da vida*. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.a12.com/source/files/originals/Documento_de_Aparecida_2017.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

BUSTILLO, Francois-Xavier. *A vocação do padre perante as crises*. Fátima – Portugal: Secretariado Nacional de Liturgia, 2022.

CARNEIRO, Fernando Jorge Brandão. *O celibato sacerdotal*: uma reflexão em torno da encíclica Sacerdotalis Caelibatus. Tese de Mestrado em Teologia. Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2017.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. *Edição típica vaticana*. São Paulo: Loyola, 2000.

CEHILA. *História da Igreja no Brasil*, *II*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CENCINI, Amedeo. *Virgindade e celibato, hoje:* Para uma sexualidade pascal. São Paulo: Paulinas, 2010.

CENCINI, Amedeo. (2025). *Por uma Igreja e por um padre em missão*. Comentário da 'Ratio Institutionis Sacerdotalis' da Itália. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/648117-por-uma-igreja-e-por-um-sacerdote-em-missao-artigo-de-amedeocencini#:~:text. Acesso em: 22/05/2025.

CENCINI, Enrico. *Psicologia e vida espiritual*. São Paulo: Paulus, 2018.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. (1983). Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Presbyterorum ordinis*, n.16: AAS 58 (1966), 1015.

CONCÍLIO de TRENTO, Sess. XXIII, Cânon XVIII *Cum adolescentium aetas* em COD, 750-753.

COLE, Basil. *The Hidden Enemies of the Priesthood:* The Contributions of St. Thomas Aquinas. The Society of St. Paul/ Alba House, New York, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida, 13-31 de maio de 2007, Documento Final, n.199.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documentos da CNBB – 93. *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, Edições CNBB. 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documentos da CNBB – 110. *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, Edições CNBB, 2018.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O sacerdote Ministro da misericórdia divina* – Subsídio para confessores e diretores espirituais. São Paulo: Paulinas, 2001.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. (2013). *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*. Disponível em:https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cclergy/documents/rc_con_cclergy_doc_20130211_direttorio-presbiteri_po.html. Acesso em: 20 fevereiro de 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. (2016). *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. O Dom Da Vocação Presbiterial. Disponível em: https://www.clerus.va/en/ministri-ordinati/sacerdoti/documenti-dicastero/ratio-2016.html. Acesso em: 02 de abril de 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. (2005). *Instruções a respeito dos critérios de discernimento vocacional que diz respeito às pessoas com tendências homossexuais em vista da sua admissão ao Seminário e às Ordens sagradas*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html. Acesso em 11 abr. 2025.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Decreto de reforma dos estudos eclesiásticos de filosofia (28 de janeiro de 2011). Disponível em: https://www.cnbb.org.br/congregacao-para-a-educacao-catolica-divulga-decreto-sobre-estudos-eclesiasticos/. Acesso em: 15 mar. 2025.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Da repulsão da escola à diferença: historicizando raízes, perspectivando saída. In: DAZZANI, Maria Virgínia Machado: SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de (Orgs), *Psicologia Escolar Crítica:* Teoria e Prática nos contextos educacionais. (pp. 57-73). Campinas: Alínea, 2016.

DELFINO, Carla. (2025). *Falta de estrutura das escolas compromete a educação pública no Brasil*. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/falta-de-estrutura-das-escolas-compromete-educacao-publica-no-brasil-bc17. Acesso em: 12 mar. 2025.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DENZINGER, Enrique. *El Magistério de la Iglesia*. Barcelona: Editorial Herder, 1983.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, Pio XI, *Ad Catholici Sacerdotti,* 2ª Edição. São Paulo: Vozes, 1950.

DOSSIÊ FIDES. (2006). A Igreja Católica e a Importância do Celibato. Disponível em: www.fides.org/pt/attachments/dossier_celibato_110306.doc. Acesso em: 12 mar. 2025.
ENCÍCLICAS PONTIFÍCIAS 1832-1965, *Epístola Apostólica Officiorum Omnium Sanctissimorum,* Sobre os Seminários e os Estudos dos Clérigos, I Tomo, p. 996-1001, IV Edição, Editorial Guadalupe, Buenos Aires.

FARIA, Edna Silva; FERREIRA, Adriano de Melo; ALVES, Amone Inácia. *Ensaios da Educação Básica:* conflitos, tensões e desafios. Curitiba: Appris, 2020.

FONSECA, Thulio. (2024). *Papa aos seminaristas:* trabalhem a maturidade afetiva e humana, essencial para a vocação. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-02/papa-audiencia-seminaristas-napoles-16-02-24.html. Acesso em: 12 mar. 2025.

FLACH, Simone Fátima. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. *Revista Contexto & Educação*, 27(87): 4-25, 2012.

FRANCISCO. *Exortação apostólica* Evangelii Gaudium *sobre o anúncio do evangelho no mundo atual.* São Paulo: Paulus/Loyola, 2013

FRANCISCO, *Discurso na Plenária da Congregação para o Clero* (03 de outubro de 2014): *L'Osservatore Romano* 226 (04 de outubro de 2014).

FRANCISCO, *Discurso aos Reitores e aos alunos dos Pontifícios Colégios e Pensionatos de Roma* (12 de maio de 2014)

FRANCISCO, *Discurso do Papa Francisco aos Participantes no Congresso Promovido pela Congregação para o Clero, por ocasião do cinquentenário dos Decretos Conciliares "Optatam Totius*" e "*Presbyterorum Ordinis*" (20 de novembro de 2015).

FRANCISCO, Carta Apostolica em forma de "Motu Proprio" *Mitis Iudex Dominus Iesus* (15 de agosto de 2015): *L'Osservatorio Romano* 204 (9 de setembro de 2015).

FRANCISCO, Carta Encíclica *Laudato si'* (24 de maio de 2015), n. 217: *L'Osservatore Romano* 137 (19 de junho de 2015).

FRANCISCO, Carta apostólica *Misericordia et misera* (20 de novembro de 2016), n. 6: *L'Osservatorio Romano*, 268 (21-22 de novembro de 2016).

FRANCISCO. *Papa Francisco fala para alunos e ex-alunos das escolas jesuítas da Itália e da Albânia*, 2013. Disponível em: https://www.colegiocatarinense.g12.br/papa-francisco-fala-para-alunos-e-ex-alunos-das-escolas-jesuitas-da-italia-e-da

albania/#:~:text=Papa%2C%20que%20declarou%2C%20ainda%2C%20que%20a%20escola,respondeu%20sorrindo:%20%E2%80%9CPara%20mim%2C%20%C3%A9%20um%20problema. Acesso em: 12 abr. 2025.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do estado liberal: 1840-1875. In: HAUCK, José Fagundes. et al. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1985. p. 141-253.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GALLEGO BLANCO, Enrique. *Relaciones entre la Iglesia y el Estado en la Edad Media.* Madrid: Revista de Occidente, 1973.

GALLI-GRANDI, *História da Igreja,* Lisboa: Edições Paulistas, 1964.

GÓMEZ, Francisco Javier Insa. (Org.). *Concedo-te um coração sábio e inteligente:* a dimensão intelectual da formação sacerdotal. São Paulo: Cultor de Livros, 2021.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: Apontamentos para uma reescrita. *Revista Educação em Questão*, 28(14): 121-146, 2007.

GRIFFIN, Carter. **Why Celibacy?**: Reclaiming the Fatherhood of the Priest. Washington DC: Emmaus Road Publishing, 2019.

GRUSZYNSKI, Alexandre Henrique. *Direito eclesiástico*. Ed. Síntese, Porto Alegre, 1999.

HAERING, Benhard. *Livres e fieis em Cristo*: teologia moral para sacerdotes e leigos. São Paulo: Paulinas, 1979.

HASTENTEUFEL, Zeno, *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Acadêmica 1987.

HAUCK, José Fagundes. A Igreja na emancipação: 1808-1840. In: HAUCK, José Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil:* ensaio de interpretação a partir do povo. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1985. p. 7-139.

HELLEMAN, Hellemans. *De grote transformatie van religie en van de katholieke kerk*. Tilburg University, 2019.

HORTAL, Jesús. Comentário ao cânon 277. In: CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 12ª edição revista e ampliada com a Legislação Complementar da CNBB. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2011, p.151.

JAGURABA, Mariangela. (2020). *Francisco:* pensar na educação é pensar nas gerações futuras e no futuro da humanidade. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-02/papa-educacao-pensar-geracoes-futuras-futuro.humanidade.html#: text=fam%C3%ADlia, Francisco. Acesso em: 05 mar. 2025.

JAGURABA, Mariangela. (2024). *O Papa:* a homilia deve ajudar a transferir a Palavra de Deus do Livro para a Vida. Disponível em: PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica* Evangelii Gaudium *sobre o anúncio do evangelho no mundo atual.* São Paulo: Paulus/Loyola, 2013 Disponível em:. https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-06/papa-francisco-audiencia-geral-homilia-palavra-de-deus-vida.html#:~:text=Evangelho%20de%20Cristo.-,A%20homilia%20deve%20ajudar%20a%20transferir%20a%20Palavra%20de%20Deus,pessoas%20dormem%2C%20e%20t%C3%AAm%20raz%C3%A3o. Acesso em: 15 abr. 2025.

JOÃO PAULO II. (1992). *Pastores Dabo Vobis*. De sua santidade João Paulo II ao Episcopado ao clero e aos fiéis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031992_pastores-dabo-vobis.html. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

LEITE, Andrea Regina; FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. Direito Canônico Contemporâneo: Celibato dos Sacerdotes na Igreja Católica Apostólica Romana. *Revista Jurídica Uniandrade* – nº 23 – vol. 02 - 2015.

LETHAM, Robert. *A obra de Cristo*. [Tradução Valdeci da Silva Santos]. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

LIBÂNIO, João Batista. *A arte de formar-se*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LIÉBAERT. Jacques. *Os padres da igreja*. Tradução Nadyr Salles Penteado. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (V. 1, séculos I-IV).

LIMA, Maurílio C. *Introdução à História do Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 2004.

LLORCA, Bernardino. *Manual de historia eclesiástica*. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1951.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *A escola pública no Brasil:* história e historiografia. Campinas: Autores Associados, s/d.

LOMBARDÍA, Pedro. *Lições de direito canônico*. São Paulo: edições Loyola, 2008.

LORDA, Juan Luis. *El celibato sacerdotal: Espiritualidad, disciplina y formación de las vocaciones al sacerdócio*. Pamplona: Eunsa, 2009.

LOURENCINI, Antônio Rogério. O direito canônico e a formação do direito ocidental moderno: Dos fundamentos do direito canônico à sua geral influência no ordenamento jurídico estatal, mormente no direito de família (matrimônio). *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 3919, 25 mar. 2014.

MAGALHÃES, Almir. (2017). *A dimensão intelectual na formação presbiteral para uma missão sem fronteiras*. Disponível em: https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj//www.missiologia.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/almir1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação:* da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2018.

MCGOVERN, Thomas, *El celibato sacerdotal: Una perspectiva actual*. Madrid: Cristiandad, 2004.

MANZI, Franco. O Celibato Sacerdotal: um pouco de história. O celibato sacerdotal é uma disciplina da Igreja Latina ou tem origem bíblica? In: CATTANEO, Arturo (org.). *Padres casados?* 30 questões provocadoras sobre o celibato. Brasília: Edições CNBB, 2012, p. 20-27.

MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas. Coleção Textos, Volume 4, Araraquara: UNESP, 1990.

MARCHINI, Welder Lancieri. *Descolonizando um concílio europeu:* a Revista Eclesiástica Brasileira e a recepção do Vaticano II. São Paulo, 2018. 438p. Tese. Programa de Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARMION, Columba. *Christ* – the Ideal of the Priest. San Francisco: Ignatius Press, 2005.

MARZOTTO, Damiano, «Sulla natura del celibato sacerdotale. Analisi degli ultimi documenti del Magistero (1964-1974)», in *La Scuola Cattolica*, 107 (1979) 591-628.

MENDONÇA FILHO, João da Silva. A ressignificação da formação permanente, da identidade presbiteral e da identidade do presbítero. *Revista de Cultura Teológica*. v. 18. n. 71, p. 79-89, 2010.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (1999). O significado da educação pública no Império (Paraná província). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Pesquisa em história da educação:* Perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições. (pp. 87-94).

MOHLER, Johann Adam, *El celibato sacerdotal*. Madrid: Encuentro,2012.

MORI, Letícia. (2024). *Progressão continuada prejudica a qualidade da educação no Brasil?* Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72y0zqnvk1o#:~:text=Em%20matem%C3%. Acesso em 12 mar. 2025.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-77.

MOSER, Antônio. *Teologia moral*: questões vitais. Petrópolis: Vozes, 2019.

ORTIZ, Brenda. (2023). *Sacerdotes diminui no Brasil e no mundo*. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/04/dia-do-padre-numero-de-sacerdotes-diminui-no-brasil-e-no-mundo-entenda.ghtml. Acesso em: 23 mar. 2025.

PAPA LEÃO XIII – Encíclica "*Aeterni Patris*" − a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a Santa Sé apostólica. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_li_enc_04081879_aeternipatris_en.html. Acesso em: 14 mar. 2025.

PAULO VI. (1965). *Gaudium et Spes.* Sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: /https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Constituicao-Pastoral-gaudium-et-spes.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

PAULO VI. (1965). Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Sobre a Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

PAULO VI. (1965). Decreto *Optatam Tottius.* Sobre a Formação Sacerdotal. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decr.e_19651028_optatam-totius_po.html. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

PAULO VI. (1965). *Presbyterorum Ordinis*. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_en.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

PAULO VI. (1967) *Carta Encíclica Sacerdotalis Caelibatus de sua Santidade o Papa Paulo VI aos Bispos, aos irmãos no sacerdócio e aos fiéis de todo o mundo católico*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis.html. Acesso em: 14 de março de 2024.

PAXIMADI, Giorgio. O Celibato Sacerdotal: um pouco de história. Não é um resíduo, agora superado da pureza ritual, requerida para o sacerdote do Antigo Testamento? In: CATTANEO, Arturo (org.). *Padres casados?* 30 questões provocadoras sobre o celibato. Brasília: Edições CNBB, 2012, p. 17-20.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola.* Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIO XI. *Ad catholici sacerdotii*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19351220_ad-catholici-sacerdotii.html. Acesso em: 20 de março de 2024.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. (2009). *Recomendações Pastorais da Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina*. A Formação Sacerdotal nos seminários. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/pcal/documents/rc_cbishops_pcal_20090220_pastorale_po.html. Acesso em 03 mar. 2025.

POVOLEDO, Elizabetta. (2025). *O Vaticano aprovou novas diretrizes permitindo que homens gays ingressem nos seminários, contanto que permaneçam celibatários, ou seja, não pratiquem sexo. A decisão vale apenas para a Itália*. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/vaticano-permite-que-homens-gays-se-tornem-padres-desde-que-nao-facam-sexo-

nprm/#:~:text=A%20Igreja%20Cat%C3%B3lica%20vem%20lutando,n%C3%A3o%20devem%20considerar%20diretrizes%20semelhantes.&text=Um%20resumo%20leve%20e%20descontra%C3%ADdo. Acesso em: 12 abr. 2025

RAMAL, Andrea. *Educação no Brasil:* um panorama do ensino na atualidade. São Paulo: Atlas, 2024.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Freitas. *A Formação dos Presbíteros na Diocese de Oliveira*. Oliveira: MG: Gráfica Santa Cruz LTDA, 2012.

RINSER, Luise. GENTILI, Egidio. **O amor no celibato**: o que fará o padre que ama e sabe ser amado? Tradução de Severino Cadorin. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

ROCHA, Sergio da. Desafios e propostas para a formação Sacerdotal à luz de Aparecida. In *PONTIFICIA COMISIÓN PARA AMÉRICA LATINA*. La Formación Sacerdotal en los Seminarios de América Latina. Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ROSE, Michael S. *Goodbye, Good Men:* How Liberals Brought Corruption into the Catholic Church. Washington: Regnery, 2015.

RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia del Brasil*. Madri: Mapfre, 1992.

RUBERT, Arlindo. *Igreja no Brasil. Expansão Missionária e Hierárquica*, Vol. II, Santa Maria: Palloti, 2010.

SALVADOR, Ângelo Domingos. Formação presbiteral inicial e permanente. *Encontros Teológicos*, v. 60, n. 3, p. 45-79, 2011.

SAMPEL, Edson Luiz. *Introdução ao Direito Canônico*. São Paulo: LTR, 2001.

SANTOS, José Carlos dos. (2023). *Implicações Concretas da Ratio Fundamentalis no processo de atualização da Ratio Nationalis*. Disponível em: https://padrejosecarlos.com.br/noticia/implicacoes-concretas-da-ratio-fundamentalis-no-processo-de-atualizacao-da-ratio-nationalis-pe-jose-carlos-dossantos. Acesso em 08 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS – Revista Científica*, 10(2): 147-167, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia.* Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWERTNER, Suzana Feldens; MUNHOZ, Angélica Vier. Imagens da escola e suas funções na contemporaneidade: o discurso de estudantes concluintes do ensino médio. *Revista Imagens da Educação*, 7(1): 58-69, 2017.

SCIADINI, Patrício. *A castidade*: cântico de amor**.** São Paulo: Loyola, 2003.

SERBIN, Kennet. P. *Padres, celibato e conflito social:* uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Andréia Cristina Lopes da; LIMA, Marcelo Pereira. A Reforma Papal, a Continência e o Celibato Eclesiástico: Considerações sobre as práticas Legislativas do Pontificado de Inocêncio III (1198-1216). *História: Questões & Debates*, Curitiba, 37(2): 83-109, 2002.

SILVA, José Amilton da. (2008). *O olhar das religiões sobre a sexualidade*. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

SILVA, Edmar José da. (2014). *A importância da dimensão pastoral na formação presbiteral*. Disponível em: https://seminarioauxiliadoragv.com/2014/11/a-importancia-da-dimensao-pastoral-na.html. Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, Luís Henrique Eloy e. (org.). *O dom do celibato na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2012.

SILVA, Romário Domingos da. *Gradualidade da formação sacerdotal à luz da Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. Monografia (Bacharelato em Teologia), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2020.

SÃO JOÃO CRISÓSTOMO. *Sur le sacerdoce*, VI, 2: SC 272, 307.

STICKLER, Alfonso M. *Celibato eclesiástico- história e fundamentos teológicos* –tradução do Pe. Anderson Alves, 1993. Disponível em: http://www.presbiteros.com.br/site/celibato-eclesiastico-historia-fundamentos-teologicos/. Acesso em: 03 abr. 2025.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis: Vozes, 2014.

TENÓRIO, Nivaldo Corrêa. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos - uma releitura*. Revista Espaço Acadêmico*, 92, 1-7, 2009.

THOMAS, Creola. *How to Resurrect a dying church*. eBook Kindle, 2023.
THURIAN, Max. (2012) *Base Teológica do Celibato Sacerdotal*. Disponível em: http://www.presbiteros.com.br/site/base-teologica-do-celibato-sacerdotal/. Acesso em: 10 mar. 2025.

TOUZE, Laurent. *Célibat sacerdotal et théologie nuptiale de l'ordre*, Dissertationes - Series Theologica, IX, Edizioni Università della Santa Croce, Roma, 2002.

VEIGA, Edson. (2025). *Por que faltam padres no Brasil*. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/por-que-o-brasil-esta-perdendo-padres/#:~:text=Escassez%20de%20seminaristas,institui%C3%A7%C3%A3o%20em%20maior%20descr%C3%A9dito%20social.&text=Dia%20do%20Irm%C3%A3o:%20por%20que,celebrada%20em%205%20de%20setembro?. Acesso em: 12 abr. 2025.

VICENTE, José. (2025). *O grande problema da baixa qualidade da educação no país*. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/jose-vicente/o-grande-problema-da-baixa-qualidade-da-educacao-no-pais/. Acesso em: 09 mar. 2025.

VIDAL, Marciano. *Moral das atitudes 1*: moral fundamental. Aparecida: Editora Santuário, 1981.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil:* 1889-1945. Aparecida: Santuário, 2016. v. II.

VIRÃES, Maria Betânia Amaral Rodrigues de Almeida. *O Papel da Escola na Educação de Valores*. (Dissertação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa. Lisboa, 2013.

VIVEIROS, Kilza Fernandes Moreira de (2006). A criança negra no Maranhão: uma leitura a partir da infância afrodescendente no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação.

WISNIEWSKI, Eliseu. Formação Presbiteral: Os desafios morais de uma empreitada. *Vida Pastoral*, ano 60, n. 328, p. 1-12, 2019.

WOJTYŁA, Karol. *Amor e responsabilidade*. São Paulo: Loyola, 1995.

WONG, Jorge Carlos Patrón. Conceitos fundamentais da nova *Ratio Fundamentalis*; comunidade educativa; sujeito da formação; formadores do Seminário. In: *Semana Nacional de Atualização para Formadores*, 11 a 14 de julho 2017, Aparecida do Norte/Brasil. Disponível em: http://www.clerus.va/content/dam /clerus/Dox/Brasile%20-%20JCP/Forma%C3%A7%C3%A3o%201_RFIS_11%20de%20julho%20de%202017.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

WONG, Jorge Carlos Patrón. *Sacerdotes Profundamente Humanos:* Formação humana e vida espiritual. In: o Encontro com os Reitores e padres Espirituais dos Pontifícios Seminários Regionais da Itália, 13 de abril de 2018. Disponível em: http://www.clerus.va/ contente.dam.clerus/Dox/Incontri/Forma%C3%A7%C3%A3o%20humana.pdf. Acessado em 19/06/2025.

ZILLES, Urbano. Dimensão intelectual dos futuros presbíteros. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 155, p. 5-18, mar. 2007.